

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO STRICTO SENSU**  
**MESTRADO EM DIREITO**

**RENATO MARTINS RAIMUNDO**

**JUSTIÇA E O PARADIGMA DA EFICÁCIA: UMA CONSTRUÇÃO TELEOLÓGICA**  
**APLICADA AOS CAMPOS SOCIAIS EM PIERRE BOURDIEU**

São Paulo

2019

**RENATO MARTINS RAIMUNDO**

**JUSTIÇA E O PARADIGMA DA EFICÁCIA: UMA CONSTRUÇÃO TELEOLÓGICA  
APLICADA AOS CAMPOS SOCIAIS EM PIERRE BOURDIEU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Nove de Julho. Área de concentração: Justiça e o Paradigma da Eficiência, para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientação: Prof. Dr. Guilherme Amorim Campos da Silva

São Paulo

2019

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço à Universidade Nove de Julho pela oportunidade de desenvolver este trabalho. Agradeço ao meu orientador Álvaro Andreucci, que me deu plena liberdade de desenvolver o tema de estudo e que infelizmente não pôde presenciar o fechamento do trabalho. Agradeço também ao meu orientador Guilherme Amorim pelos conselhos para o fechamento da pesquisa. Agradeço ao meu amigo, Osvaldo E. Viegaz, por quase uma década de amizade verdadeira e pelas conversas que enriqueceram o presente trabalho. Agradeço à Ofélia Vieira Rios pelo amor e companheirismo inabaláveis. Agradeço à equipe da Mattos ADV, em especial meu amigo André Mattos por todas as portas que me foram abertas e que permitiram meu desenvolvimento pessoal e profissional.*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo tecer críticas à ideia de “eficiência da justiça” e propor um novo paradigma em função de uma teleologia do Poder Judiciário. A partir da construção dessa teleologia, propõe-se o paradigma da eficácia como a melhor maneira de agir, tendo em vista que a conduta eficiente não é capaz de pacificar a sociedade, ou mesmo reduzir o número de processos que ingressam no sistema de justiça a cada ano. Descortinando processos de dominação que existem por trás das metas de julgamento impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, o presente trabalho se vale dos ensinamentos da filosofia grega para construir uma teleologia própria do Poder Judiciário; e ao relacionar as ideias de eficiência e eficácia com as filosofias de Maquiavel e John Stuart Mill, descobre a melhor maneira de agir para o Poder Judiciário em função de sua teleologia. Com os conceitos de campo social presentes na doutrina de Pierre Bourdieu é possível investigar as razões que fazem com que a eficiência seja utilizada como instrumento de controle, o que beneficia os dominantes do campo em detrimento da sociedade, real destinatária dos efeitos das decisões judiciais. A metodologia de pesquisa utilizada é a dialética, através do confronto de ideias antagônicas para a reconstrução da interpretação da realidade. Utiliza-se, nesse sentido, obras de autores dominantes de várias escolas de pensamento, além de artigos científicos relativos ao tema em discussão. Desta forma, a proposta visa uma revisão bibliográfica sobre o tema, propondo uma reflexão sobre a importante questão que relaciona Direito, Filosofia e Sociologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eficiência – Eficácia – Pragmatismo – Utilitarismo – Campo Social

## **ABSTRACT**

The present work aims to criticize the idea of "efficiency of justice" and propose a new paradigm in function of a teleology of the Judiciary. From the construction of this teleology, the paradigm of effectiveness is proposed as the best way to act, considering that the only efficient conduct is not able to pacify society, or even reduce the number of processes that enter the justice system each year. Uncovering processes of domination that exist behind the goals of judgment imposed by the National Council of Justice, the present work draws on the teachings of Greek philosophy to build a teleology proper to the Judiciary; and by relating the ideas of efficiency and effectiveness with the philosophies of Machiavelli and John Stuart Mill, it discovers the best way of acting for the Judiciary in function of its teleology. With the concepts of the social field present in Pierre Bourdieu's doctrine, it is possible to investigate the reasons why efficiency is used as a control instrument, which benefits the dominant in the field to the detriment of society, a real destination for the effects of judicial decisions. The research methodology used is the dialectic, through the confrontation of antagonistic ideas for the reconstruction of the interpretation of reality. In this sense, works of dominant authors of several schools of thought are used, as well as scientific articles related to the subject under discussion. In this way, the proposal aims at a bibliographical revision on the subject, proposing a reflection on the important question.

**KEY-WORDS:** efficiency – effectiveness – Pragmatism – Utilitarianism – Social Field

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
 <b>CAPÍTULO I</b>	
1.1. Eficiência e Eficácia: Abordagens Iniciais	05
1.2. Eficiência: Um Signo Ideológico	23
1.3. Eficiência: Um Procedimento de Exclusão na Ordem do Discurso	33
 <b>CAPÍTULO II</b>	
2.1. A Teleologia do Poder Judiciário	43
2.2. O Pensamento Grego	45
2.3. Moral Pragmática e Eficiência	53
2.4. Moral Utilitarista e Eficácia	61
 <b>CAPÍTULO III</b>	
3.1. O Pensamento de Pierre Bourdieu	76
3.2. O Campo Jurídico e o STF como Instituição Dominante	87
 <b>CONCLUSÃO</b>	<b>95</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

A eficiência da justiça é um dos assuntos mais discutidos tanto no mundo acadêmico quanto no mundo jurídico, pois é o objetivo do Direito garantir a ordem e a paz social, utilizando-se de mecanismos e valores que possam exprimir – com eficiência e eficácia – a ideia de justiça em suas decisões, haja vista que uma justiça boa – plural e democrática – só pode ser alcançada quando se é garantido a cada um aquilo que lhe pertence, de forma isonômica e tempestiva, ou seja, de forma distributiva, empregando como princípio de interpretação primeira uma igualdade de relações, mais substancial do que uma igualdade meramente formal, constante da letra da lei.

Com o advento da Modernidade, o avanço da tecnologia fez com que o homem mudasse sua forma de se relacionar com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Nota-se que grande parte da sociedade contemporânea está à deriva em um mar de informações superficiais e inúteis que a impede de adquirir o conhecimento exigido para navegar para onde se deseja, haja vista as infinitas possibilidades que se apresentam, que fazem com que descartemos as escolhas no minuto seguinte em que uma nova se apresenta. Essa necessidade de fazer com que tudo seja imediato tomou o mundo jurídico desprevenido e passou-se a exigir que ele fosse, quantitativamente, tão rápido ou “eficiente” quanto o modo em que se constroem e se destroem relações e tendências.

Tal como no mundo corporativo, o mundo jurídico se curvou ao pensamento pragmático e fez com que a justiça se resumisse a números e metas, que mostram, de forma equivocada e superficial, se ela foi ou não alcançada em determinado momento. Nesse período de interregno em que nos encontramos é imperioso saber o que significa eficiência para o Direito, investigar a gênese deste significado, como ele é utilizado e questionar se esta é a melhor forma de conduzir seu trabalho, sem importar modelos prontos de outras áreas que têm objetivos diversos aos buscados pelo Direito. Para tanto, é preciso colocar em xeque o pensamento filosófico do pragmatismo e descobrir quais são suas consequências no longo prazo para o mundo jurídico, ou seja, sua eficácia, contraponto central deste trabalho.

Com esta estrutura, busca-se no presente trabalho apresentar os conceitos de eficiência e eficácia, bem como relacionar seus usos no campo jurídico às ideologias e discursos dominantes, com vistas à conquista e manutenção de uma posição de poder. Buscar-se-á, em um primeiro momento, contrapor as ideias de eficiência e eficácia para estabelecer sua clivagem conceitual,

suas premissas e preparar a investigação sobre a finalidade do Judiciário, que será realizada a partir do segundo capítulo com os suportes filosóficos e utilizadas ao longo de todo o trabalho.

Uma vez analisados os conceitos, bem como discutidos apropriadamente suas implicações – principalmente da análise do discurso e o poder gerado através de sua apreensão pelo Estado – buscar-se-á, com o suporte da filosofia, investigar a teleologia do Judiciário. O que se pretende com esta abordagem é descobrir uma finalidade específica do Poder Judiciário na dinâmica do Estado, que, uma vez descoberta, a análise passará a ser acompanhada dos conceitos de eficiência e eficácia tratados no primeiro capítulo. A partir destas reflexões, conceituais e filosóficas acerca do objeto, pretende-se concluir se para cumprir sua finalidade, o Judiciário deve ser eficiente ou eficaz; se o Poder Judiciário como um todo deve ser apenas eficiente ou apenas eficaz para cumprir sua finalidade, ou se as duas condutas podem ser acomodadas de forma específica para cada instância do Poder.

Esta última conclusão parcial partiria da premissa de que o Poder Judiciário possui finalidades distintas enquanto dividido em instâncias, o que será estudado e verificado. Tal análise é rara em nossa literatura sobre o Poder Judiciário, demandando ao mesmo tempo profundidade e precisão, de tal maneira que serão usados, dentre todas as possibilidades possíveis, as doutrinas pragmática e utilitarista, visto que essas duas estruturas de pensamento – com vistas à consequência da conduta – partem de premissas diversas, tal como os conceitos de eficiência e eficácia. Elas se mostram pertinentes justamente porque analisam a conduta humana “a partir de” e “para” objetivos distintos: enquanto uma visa o triunfo isolado daquele que age – o pragmatismo –, a outra visa a felicidade da maioria dos afetados pela conduta – o utilitarismo –, o que torna estas duas filosofias pilares estruturantes do presente trabalho.

Isso nos mostra que, ao agir, o Judiciário, entendido como uma coletividade de agentes desejantes, pode visar apenas o triunfo isolado, para então colher os frutos profissionais egoisticamente e colocá-los na “bolsa” de sua trajetória, ou pode visar o bem da coletividade, dos jurisdicionados na sua forma mais abrangente, posto que, como serviço público que é, o exercício da magistratura, em todos os seus níveis, exigiria condutas altruístas em prol do bem comum, para que a sociedade possa colher os frutos e com eles alimentar a democracia no seu nível mais sofisticado.

Em relação à teleologia do Judiciário, buscar-se-á apoio na filosofia Grega, em especial com Aristóteles, que construiu sua Ética baseado na premissa de que tudo no *cosmos* possui uma



finalidade e o aperfeiçoamento constante com vistas a cumprir esta finalidade seria o ideal da vida bem vivida, ou seja, transportando esta reflexão para o nosso objeto de análise, teríamos no Poder Judiciário uma finalidade própria de sua natureza, sendo que sua virtude estaria em cumprir com excelência sua finalidade, seja pela conduta eficiente ou pela conduta eficaz, o que será investigado.

Uma vez superados os obstáculos, quais sejam, o descobrimento da teleologia do Judiciário em primeiro lugar e, em segundo lugar, se para cumprir esta finalidade o certo a se fazer seria se pautar pela conduta eficiente ou eficaz – alinhadas às estruturas utilitaristas e pragmáticas – buscar-se-á no terceiro capítulo analisar o *campo jurídico*, em especial o Supremo Tribunal Federal, de uma maneira propriamente sociológica para descobrir os elementos exclusivamente sociais que permitem ou impedem o Judiciário de se pautar pela conduta que mais se alinha às suas finalidades, ou, mais especificamente, por que o Judiciário se comporta como se comporta, e o que isso influencia na dinâmica social.

Pierre Bourdieu (1930 – 2002), sociólogo francês, acredita que a sociedade está dividida em campos sociais, compostos por agentes que ocupam os lugares de dominantes e de dominados. Os campos sociais são espaços ao mesmo tempo de competição e de concordância implícita sobre o seu funcionamento. Ao se relacionarem, os agentes estão à mercê das posições sociais ocupadas por outros agentes dentro do campo social, havendo sempre conflito entre o pensamento revolucionário dos dominados e o pensamento conservador dos dominantes em busca dos “troféus” e do acúmulo de capital social para se tornar um legítimo porta-voz daquele campo. A princípio, pelo que se estabelece por este pensamento, esta dinâmica seria uma barreira contra a implantação de um pensamento inovador, voltado para o bem-estar de outros que não os agentes dominantes do campo jurídico.

Assim, a eficiência da justiça está inserida em um contexto social em que o seu significado é ditado pelos dominantes do campo social jurídico, que usam o pensamento pragmático como instrumento político para controlar o ingresso e a ascensão no campo, sem questionar quais as consequências desse pensamento para a sociedade, no sentido de eficácia da tutela deferida. Neste último capítulo, buscar-se-á descortinar os processos de dominação que se mascaram no discurso da “eficiência da justiça”, para revelar se esta “eficiência” é mais apropriada aos dominantes do campo ou à sociedade, real destinatária dos efeitos das condutas e decisões tomadas pelo Judiciário.

Com esses elementos de investigação – filosóficos e sociológicos – propõe-se a construção de um olhar crítico acerca do papel do Poder Judiciário em nossa sociedade, principalmente no que

se refere à eficiência. Extraíndo elementos-chave das filosofias de Aristóteles, Maquiavel e Mill, constrói-se uma forma própria de análise do objeto, fazendo um contraponto com os estudos de Pierre Bourdieu sobre os campos sociais, onde as doutrinas filosóficas serão postas à prova, mais especificamente no Supremo Tribunal Federal, para verificarmos como a dinâmica estrutural de poder acaba por determinar – em grande parte – quais os melhores modelos de justiça para a manutenção desse mesmo sistema, influenciando, portanto, nos critérios de eficiência e eficácia desta mesma justiça.

## CAPÍTULO I

### 1.1. EFICIÊNCIA E EFICÁCIA: ABORDAGENS INICIAIS

Segundo a lenda, a Deusa da Terra, Gaia, gerou o Deus Urano, o Céu, com o fim de ter para si alguém que a cobrisse completamente, ficando ambos os Deuses rigorosamente sobrepostos. Urano cobria Gaia literal e sexualmente, obrigando-a a gerar seus filhos – doze titãs – em seus grotões, pois era impedida de pari-los por tirania do Deus Urano. O último dos Titãs, Cronos, em aliança com a sua mãe, desenvolve um plano para acabar com a tirania e aguarda o momento propício para executá-lo.

Com a ajuda de uma foice, Cronos decepa o pênis do pai e o joga no mar ainda pulsante. Tomado pela dor incessante, Urano se desprende de Gaia e abre o espaço entre o céu e a terra. Destronando seu pai, Cronos sobe ao trono e governa por um longo período até a batalha contra os deuses do Olimpo<sup>1</sup>. Cronos é o deus do tempo, e esta palavra se tornou o suporte de todas as outras que trazem consigo a ideia de tempo, como cronômetro, cronologia, cronograma, isócrono.

A percepção do tempo e o seu significado ao longo da história humana passou por diversas transformações. Dos enigmas de Zenão aos dias atuais, o tempo e suas características fundamentais foram objeto de indagações pelos melhores pensadores da humanidade. O que seria o presente? O passado existe de fato ou apenas em nossa percepção? O mesmo se diz sobre o futuro, que se torna presente a cada instante e logo se torna passado. Pode-se afirmar que o tempo existe para além da nossa percepção? A noção de tempo foi obtida com a observação dos movimentos dos astros, o dia que vira noite; pela observação da natureza, as folhas que caem no inverno e nascem na primavera; pela observação da trajetória humana, nascimento e morte. Seria o tempo algo cíclico ou linear? A eternidade é o presente que não vira passado; o tempo é aquilo que escorre pelos dedos, que deixa de ser a cada instante<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003, p. 30.

<sup>2</sup> Bem nos traz o professor Willis Santiago Guerra Filho ao nos mostrar em interessante passagem de sua obra: “Tempo e morte, tão intimamente relacionados, como que se confundem. Ter uma origem, ter um fim: ser temporal. A duração, uma ilusão: a realidade do tempo é a do instante. (Bachelard). De outro modo, o tempo é o portador da morte, do que deve morrer. O que é, é só num instante; de repente, por acidente. Ser só no instante: a solidão do ser, do que não se pode transpor, integralmente, de um instante a outro, no fluxo contínuo do que já foi ao que vem a ser. Impossibilidade de ser no passado ou no futuro. Ser, só, no presente. Eis o real, o que sempre nos escapa, essa impossibilidade. (Lacan). Há quem se lembre de um só dia completo de sua vida? Só lembramos instantes...”

Ainda na antiguidade, o homem criou dispositivos que permitiam calcular o tempo com um pouco mais de precisão, seja com o relógio de Sol, seja com as ampulhetas e mais recentemente com a tecnologia digital. O homem passou a ter uma noção mais exata sobre o tempo e isso permitiu que sua vida fosse medida objetivamente, que suas ações pudessem ser cronometradas, permitindo calcular a duração de uma aula, a duração de uma pena imposta, a duração de uma assembleia, a duração da vida. Com essa noção criou-se o entendimento sobre a criança e o adulto, bem como o que se espera de cada fase da vida. O homem é o produto de seu tempo, e como seu tempo era medido e entendido na sua época é uma das razões pelas quais o homem fez o que fez e pensou o que pensou.

Segundo a tradição, o relógio surgiu no século XI como um mecanismo utilizado para fazer com que os sinos dos monastérios tocassem a intervalos regulares. Pela vida regrada que impunham aos seus moradores, os monastérios seriam a instituição que mais se aproximaria, em espírito, às fábricas de nossos dias. O primeiro relógio autenticado, entretanto, só iria aparecer no século XIII e seria apenas a partir do século XIV que os relógios passariam a fazer parte da decoração dos prédios públicos de algumas cidades da Alemanha.<sup>3</sup>

Com a ascensão da burguesia no século XVIII, trazendo consigo seu modelo econômico que veio posteriormente a se tornar o Capitalismo<sup>4</sup>, teve influência direta sobre como compreendemos, significamos, medimos e lidamos com o tempo. O tempo capitalista é aquele que deve ser investido de tal maneira a gerar o lucro, a produzir bens e serviços voltados para o consumo. Relacionado à ideia de produção, a noção de tempo capitalista condenou o homem ao trabalho incessante, infinito, com vistas a geração de riqueza e renda. A afirmação “tempo é dinheiro” reflete o espírito capitalista que impera nos dias atuais.

Com o maior controle sobre o tempo, houve um maior controle sobre a jornada de trabalho, e maior controle sobre a vida dos trabalhadores, que passam cada dia mais a dedicar seu tempo a

---

A duração, dado imediato da consciência? Não! Pura fantasia do ser que tem consciência da morte, porque tem consciência do instante – e se horroriza”.

(GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Para Uma Filosofia da Filosofia**. Fortaleza: Editora Casa José de Alencar/UFC, 1999, p. 91).

<sup>3</sup> WOODCOCK, George. *A Ditadura do Relógio*. In: **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981, p. 121.

<sup>4</sup> Vale aqui citarmos sobre o importante papel desempenhado pelas grandes navegações iniciadas após a expulsão dos mouros da Península Ibérica, ainda no Século XV, quando temos também a queda do Império Romano do Oriente, aproximadamente um milênio após o Império Romano do Ocidente, na qual se trouxe não somente os espectros de uma nova realidade com a renascença, como igualmente e aos auspícios da nova era das navegações, um novo modelo econômico que foi classificado por Karl Marx como “capitalismo mercantil”. (Cf. MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2009).

terceiros que não seus familiares. A dominação de classe foi – e ainda é – a compra do tempo do proletariado pela burguesia, a fim de gerar lucro e riqueza para a classe dominante. Com o controle sobre o tempo, controlou-se também a linha de produção e foi possível calcular a quantidade de trabalho realizado em um certo período de tempo. O tempo capitalista é o tempo que não para, é o tempo que deve ser investido de tal maneira a movimentar a economia, seja produzindo, seja consumindo. A própria noção de dignidade humana foi significada de tal maneira a se enquadrar na lógica capitalista, pois atrela a dignidade ao trabalho, sem trabalho não há dignidade.

Os novos capitalistas, em particular, bem depressa se tornaram cômicos do novo valor do tempo passando a ver nele – que aqui simbolizava o trabalho dos operários – quase a principal matéria-prima da indústria. “Tempo é dinheiro” era um dos mais importantes *slogans* da ideologia capitalista e o “marcador do tempo” era um dos mais importantes entre os novos funcionários criados pelo sistema. Nas primeiras fábricas, os patrões chegavam ao ponto de manipular os relógios ou de fazer com que as sirenes soassem fora de hora para roubar dos trabalhadores um pouquinho dessa nova e valiosa mercadoria.<sup>5</sup>

Se o homem levava quatro horas para montar um determinado produto, com o emprego da tecnologia o mesmo produto pode ser montado em uma hora, mas ao invés de possuir três horas de descanso e se concentrar nas atividades de família e sociedade, o homem sentiu que era necessário montar quatro produtos no mesmo período de tempo, trabalhando mais do que trabalhava e negligenciando o tempo dedicado às atividades de lazer e família, tendo ainda o salário reduzido.

Tal ocorrência tem reflexo sobre como lidamos com a família, com amigos e com a sociedade de um modo geral, principalmente no que tange às questões Políticas. Com menos tempo livre, menos tempo o indivíduo tem para participar dessas questões, muito menos para se interessar por elas. O avanço da tecnologia derrubou a fronteira entre atividades particulares e atividades profissionais, de tal maneira que o trabalho está a todo momento com o indivíduo, seja na mesa de jantar, seja na cama, seja nas folgas, seja nas férias, seja na morte, mesmo aquela em vida, a depressão.

Hoje os acontecimentos são tão rápidos que é preciso correr absurdamente apenas para ficar parado. Dos *fast-foods* às redes sociais, tudo deve ser feito às pressas para que se possa realizar todas as tarefas diárias no período de vinte e quatro horas. Essa insanidade se tornou normal, fomos adestrados a viver correndo sem chegar a lugar algum – e teríamos um lugar para chegar ou apenas correremos? –, não sabemos mais apenas desfrutar das tardes de final de semana sem um aparelho

---

<sup>5</sup> WOODCOCK, George. **Ob. Cit.** Alegre: L&PM Editores, 1981, p. 122.

eletrônico ao lado: visitar um museu deixou de ser uma atividade de contemplação e reflexão e passou a significar uma rápida sessão de fotos; conversar com os amigos deixou de ser um programa prioritário na agenda e passou a ser preterido por diversas outras atividades ligadas ao sistema capitalista, que uma vez realizadas geram novas tarefas, incessante e incansavelmente<sup>6</sup>. Enquanto isso, as amizades se desfazem e os laços familiares ficam cada vez mais frouxos e perdem o sentido, dando ao homem o sentimento de solidão mesmo estando cercado por uma multidão.

Nem se poderia afirmar que a imposição financeira da regularidade de horários tenha contribuído a longo prazo, para o aumento da eficiência. Na verdade, a qualidade do produto parece ter até diminuído, pois o empregador que vê o tempo como uma mercadoria pela qual tem de pagar obriga o operário a trabalhar numa velocidade tal que a produção será forçosamente de qualidade inferior. O critério passa a ser de quantidade e não de qualidade e já não há mais o prazer do trabalho pelo trabalho<sup>7</sup>.

Diante disso, o que falar da eficiência se não como uma das facetas do tempo, um modo dentre outros de se comportar diante do tempo universal? A noção de eficiência nasce com o capitalismo, ela reflete a maneira que se deve comportar um trabalhador em relação a seus instrumentos para utilizar o tempo da melhor forma possível a fim de gerar o resultado esperado: o lucro ao burguês. Lucro este tanto econômico quanto cronológico, tendo em vista que quando o indivíduo tem à sua disposição outros para lhe prover a subsistência, há também um ganho de tempo que pode ser investido em outras tarefas, ou seja, o tempo passa a ser uma moeda de valor<sup>8</sup>. Um conceito de origem claramente econômica que teve suas fronteiras expandidas para outras

---

<sup>6</sup> Sobre este aspecto, nos ensina Byung: “O homem depressivo é aquele *animal laborans* que explora a si mesmo e, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo. O *si-mesmo* em sentido enfático é ainda uma categoria imunológica. Mas a depressão se esquia de todo e qualquer esquema imunológico. Ela irrompe no momento em que o sujeito de desempenho não pode mais *poder*. Ela é de princípio um *cansaço de fazer e de poder*. A lamúria do indivíduo depressivo de que *nada é possível* só se torna possível numa sociedade que crê que *nada é impossível*. Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão. O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma”. (HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, pp. 28-9).

<sup>7</sup> WOODCOCK, George. **Ob. Cit.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1981, p. 123.

<sup>8</sup> No filme “O preço do amanhã” (*In Time*, no original em inglês, de 2011 e com direção de Andrew Niccol) a sociedade retratada mostra o sistema econômico baseado no tempo em que cada indivíduo possui, ou seja, a moeda corrente da economia é o próprio tempo. Assim, as pessoas trabalham em troca de tempo, e pagam pelos produtos e serviços com o tempo que dispõe. Assim como a economia capitalista, onde a concentração de renda é evidente, nessa sociedade fictícia também existe tal concentração, mas esta é de tempo, sendo que alguns indivíduos vivem por séculos, enquanto outros se submetem a trabalhos degradantes para poder ganhar poucas horas, vivendo de dia em dia. A trama se inicia quando um indivíduo que possui milhares de anos é tomado pela infelicidade de viver eternamente, doando todo o seu tempo para um trabalhador comum e cometendo suicídio logo em seguida, por estar cansado de viver e curioso por descobrir o que existe depois da morte.

áreas que buscam – ou deveriam buscar – tudo menos o lucro, como as instituições Estatais e o Poder Judiciário, por exemplo.

E nesta acepção, temos por importante mencionar como o papel desempenhado pela Igreja Católica, ainda nos idos da Idade Média foi preponderante para o estabelecimento de uma forma-de-vida voltada ao trabalho, forma esta inicialmente pautada pela forma com que os monges lidavam com suas horas diárias de orações e penitências (o *horologium vitae*), com a meditação sobre a incidência da obra de Deus (*Opus Dei*), na vida dentro dos mosteiros, numa verdadeira santificação das horas voltadas para Deus (hoje santificada voltada para o capitalismo, uma religião por si só)<sup>9</sup>.

O relógio transformou o tempo, transformando-o de um processo natural em uma mercadoria que pode ser comprada, vendida e medida como um sabonete ou um punhado de passas de uvas. E, pelo simples fato de que, se não houvesse um meio para marcar as horas com exatidão, o capitalismo industrial nunca poderia ter se desenvolvido, nem teria continuado a explorar os trabalhadores, o relógio representa um elemento de ditadura mecânica na vida do homem moderno, mais poderoso do que qualquer outro explorador isolado ou do que qualquer outra máquina.<sup>10</sup>

Ao longo de sua trajetória, o corpo social passou de espectador das políticas públicas para um ator primordial que exerce influências nas suas decisões e estratégias, passando a exigir um funcionalismo público mais transparente, mais coerente e eficiente, tendo em vista que, em especial no Poder Judiciário, muitos processos são iniciados e só chegam ao seu fim na terceira geração da parte que iniciou a demanda, ou até mais<sup>11</sup>. Essa morosidade demasiada não condiz mais com os valores alimentados pela ideologia de uma sociedade de mercado do mundo social em que vivemos,

---

<sup>9</sup>. Bem nos mostra Giorgio Agamben sobre o tema: “E, se a liturgia cristã, que culmina na criação do ato litúrgico e do *cursum horarum* [liturgia das horas], foi eficazmente definida como uma “santificação do tempo”, em que cada dia e cada hora são constituídos como “memorial das obras de Deus e dos mistérios de Cristo”, o projeto cenobítico pode ser mais precisamente definido, ao contrário, como uma santificação da vida por meio do tempo”. (AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima Pobreza: Regras Monásticas e Forma de Vida** [*Homo Sacer IV*, 1]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 23-4).

<sup>10</sup> WOODCOCK, George. **Ob. Cit.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1981, p. 120.

<sup>11</sup> Importante e curioso mencionar um caso emblemático que percorre as Cortes do país por mais de um século e que teve uma decisão recente pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, o que, por sinal, não põe fim à disputa, pois juridicamente ainda é possível interpor recursos à própria Turma do Sodalício Superior ou ao Supremo Tribunal Federal. O caso se refere à ação proposta pela então Princesa Isabel e versa sobre a posse e propriedade do agora Palácio Guanabara – sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro – adquirido por Dom Pedro II por volta de 1865 e entregue à Princesa e ao Conde D’Eu como Dote, em razão do casamento. Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a União incorporou a propriedade em seu patrimônio, dando início a um litígio que se mostra longe de um fim e do qual não houve o trânsito em julgado. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.149.487/RJ. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 15/02/2019. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp nº 1.141.490/RJ. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 14/02/2019).

pautado pelo avanço tecnológico e pela instantaneidade com que se formam e desformam relações e tendências, esperando-se o mesmo do Poder Judiciário e do Direito.

Com os avanços tecnológicos, a noção de tempo e sua importância foram ressignificados, com a consolidação da internet e a transmissão de dados de forma instantânea, exigiu-se que as decisões deveriam ser tomadas de tal maneira a acompanhar essa velocidade digital, para não se perder o fio condutor das oportunidades que brutalmente escorrem pelos dedos. A demora não é mais tolerada como circunstância natural do desenvolvimento de uma ideia ou empreendimento (o ditado “coisa boa leva tempo” perdeu seu valor na sociedade contemporânea e passou a ser entendido como “se leva tempo é ruim, descarte”).

Por essas razões, o Poder Judiciário foi pego nessa onda de imediatismo. Não se admite que um processo demore anos, enquanto que a sociedade caminha a passos largos rumo ao desenvolvimento. Importou-se, portanto, para a ordenação jurídica e para a própria estrutura Judiciária a noção de “eficiência”. Trazida do campo econômico, eficiência é tomar o caminho mais curto, aquele atalho que se abre no meio da floresta, fazer mais com menos. Tal termo foi elevado ao *status* de Princípio Constitucional, inserido pela Emenda 19/1998, no Art. 37 da Constituição.

Nesse ponto cabe uma crítica teleológica sobre a noção de eficiência empregada pela Emenda 19/1998. Há vinte anos atrás, pode-se afirmar com segurança, a internet não possuía o peso social que possui hoje, bem como não tinha o poder de influenciar a trajetória da sociedade. Hoje, a internet se apresenta como uma verdadeira “Ágora digital”<sup>12</sup>, local onde são expostos e discutidos os problemas sociais e onde são organizados movimentos sociais reais na praça pública. Duas décadas atrás, é também seguro afirmar, a campanha Política era feita por partidos dominantes com maior tempo de televisão. Na última eleição presidencial, um partido “dominado” chegou ao Poder com o uso maciço das redes sociais (e das famigeradas “fake news”), sem participar da maioria dos debates televisivos. Ou seja, a noção de eficiência incorporada na Constituição ainda é válida em sua teleologia? Ou o que temos hoje é a eficiência no sentido de melhorar o mesmo trabalho burocrático que sempre existiu? E em sendo este o caso, a eficiência ela mesma precisaria de uma nova significação.

---

<sup>12</sup> A *Ágora* era a praça pública da sociedade grega, local onde eram discutidos os temas relevantes para a *Pólis*, e que aqui é utilizado como analogia para explicar a importância do espaço digital como ferramenta de participação democrática, se assim o considerarmos.



Ao invés de atacar a causa, atacaram o efeito. Se as decisões jurídicas não são eficazes, de nada adianta ser eficiente. E aqui não bradamos a eficácia no sentido de dar cumprimento ao que foi decidido – isso já é feito –, mas eficácia no sentido de decidir uma questão ao seu esgotamento, não casuisticamente, o que faz com que haja uma nova discussão sobre o mesmo assunto em um curto período de tempo. O Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pela “fiscalização externa” do Judiciário, comprou a ideia de eficiência<sup>13</sup> e passou a impor metas de julgamento para os Tribunais de todo o país, o que não significa necessariamente que com esta estratégia se esteja cumprindo seu papel com eficácia.

O Poder Judiciário é apenas uma peça no meio da dinâmica social, passando por ele as demandas da sociedade que geram decisões judiciais, uma vez que as demandas saem do sistema. Atacar a causa é investigar as razões pelas quais a sociedade está doente, dependente de um terceiro para resolver conflitos que poderiam ser resolvidos de outra maneira. Há no mínimo uma crise moral entre os agentes sociais – civis e políticos – que sequer conseguem conviver em harmonia sem a ajuda de um terceiro para impedir transgressões, isso quando muito o próprio Judiciário não ataca a si mesmo, numa crise autoimune do Direito na sociedade informacional<sup>14</sup>. Diversos jornalistas, sociólogos e historiadores concordam que todo esse conflito é efeito, por exemplo, de uma educação precária e de valores éticos contraditórios. Não atacar esses problemas e simplesmente querer solucionar a imensidão de processos em um curto período de tempo é irracional. Precisa-se primeiro fechar a torneira, depois desentupir a pia.

O sistema Judiciário não está inserido em um vácuo, ele faz parte de uma dinâmica que recebe influências de diversas partes de seu meio; forças que o molda, o transforma e o disforma, fazendo refletir em suas decisões e em seus valores, aquilo que o próprio sistema fez dele (lembrando de Sartre uma famosa frase: “o importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós”<sup>15</sup>). Em uma sociedade incapaz de resolver seus conflitos – sejam os privados ou os Políticos – de forma amigável, racional, não há como exigir um Judiciário plenamente eficiente e eficaz que atenda aos desígnios dessa sociedade. Ele é

---

<sup>13</sup> Em relação aos serviços judiciais, onde há diretrizes do próprio Conselho com a finalidade de melhorar as práticas e a celeridade, elaborando e publicando semestralmente relatórios estatísticos sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o País. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>>. Acesso em 30.ago.2018).

<sup>14</sup> Cf. GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do Direito na Sociedade Informacional: Introdução a Uma Teoria Social Sistêmica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

<sup>15</sup> MACIEL, Luis Carlos. **Sartre: Vida e Obra**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

o resultado das forças sociais no meio, e hoje seu papel é o de mediador da Política. Com tantos conflitos a serem julgados, escolheu-se ser mais eficiente do que ser eficaz, uma vez que a eficiência é melhor observada, porque pode ser “medida objetivamente”, com números e estatísticas que apontam o cumprimento de um dever.

Assim, desde o ano de 2004 o Conselho Nacional de Justiça elabora e divulga o chamado “Justiça em Números”, um relatório que mostra a “realidade dos tribunais brasileiros”, que tende a mostrar e concluir, de forma equivocada – pelas razões que serão expostas neste trabalho – que Judiciário bom é aquele que cumpre meta, é aquele que mais rapidamente decidiu uma determinada demanda, fazendo da figura do juiz um gestor de cartório, gestor de equipe, que analisa e redige – em seu nome – os processos e as decisões sob sua competência. A figura do juiz que lê o processo e ele mesmo desenvolve a sentença não existe, uma vez que é humanamente impossível ler a quantidade de processos que estão sob sua responsabilidade, ponderar as estratégias de decisão, redigir uma sentença que seja o reflexo dessa ginástica intelectual e ao mesmo tempo cumprir as metas impostas.

A fim de ilustrar esse posicionamento, observa-se que, no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Edson Fachin possui um acervo atual de 4.171 processos em seu gabinete, sendo que em 2018 foram baixados 6.651 processos, e recebidos 6.452, segundo levantamento do próprio Supremo Tribunal Federal<sup>16</sup>. No mesmo levantamento, o Ministro Celso de Mello possui um acervo atual de 3.062 processos, enquanto que o Ministro Marco Aurélio possui o maior acervo, com 6.510 processos. Tal carga de trabalho influencia diretamente na qualidade das decisões que serão exaradas, o que tem consequência direta na dinâmica social, tendo em vista a importância da Corte e os temas que lhe são apresentados. Para termos um parâmetro, o número de processos de cada Ministro apontado, coincide ou supera o número de casos apresentados à Suprema Corte Americana como um todo, que apresenta da seguinte forma sua quantidade de processos:

A cada período, aproximadamente 7.000-8.000 novos casos são peticionados na Suprema Corte. Este é um volume de casos substancialmente maior do que o apresentado à Corte no último século. No período de 1950, por exemplo, a Corte recebeu apenas 1.195 novos casos, e mesmo recentemente, em 1975, recebeu apenas 3.940. A revisão do plenário, com argumentações orais de advogados, é atualmente garantida em cerca de 80 desses casos em cada período, e a Corte normalmente dispõe de cerca de cem ou mais casos sem revisão plenária. A publicação das opiniões escritas, incluindo opiniões conflitantes, opiniões

---

<sup>16</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Estatísticas do STF – Acervo Processual**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=acervoinicio>>. Acesso em 23.dez.2018.

divergentes e ordens, pode ocupar milhares de páginas. Durante o processo de elaboração, algumas opiniões podem ser revisadas uma dúzia ou mais vezes antes de serem anunciadas.<sup>17</sup>

Nota-se, portanto, que mudanças estruturais devem ser realizadas no sistema, pois se o valor está na meta – nos números que serão mostrados nos relatórios – as estratégias para alcançar esses resultados serão plenamente aceitáveis, porque não importam para o cálculo moral da conduta. Incorporou-se no Poder Judiciário a moral pragmática: há o privilégio do resultado em relação à qualidade do trabalho, privilégio da eficiência em relação à eficácia, principalmente quando descreve a finalidade da meta como meio de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade<sup>18</sup>, de tal maneira que é imperioso investigar as razões pelas quais esse modelo foi adotado, quais as consequências dessa moral pragmática para a sociedade e se é melhor um Judiciário eficiente, mas não eficaz (ou o contrário).

O que se propõe neste capítulo, portanto, não é a análise de uma conduta particularizada, de um exemplo específico de eficiência ou eficácia, nem tampouco discorrer acerca de um método de trabalho que pode ser empregado no Judiciário para trazer mais celeridade ao processo. A proposta, doutro ângulo, é a análise de ideias contraditórias, uma análise sobre o dever-ser, uma investigação sobre conceitos distintos e como esses conceitos são criados na dinâmica social e usados para atingir objetivos que, a priori, não condizem com o papel teleológico do Poder Judiciário. Como papel teleológico do Poder Judiciário entende-se a pacificação dos conflitos sociais, tendo em vista que este órgão possui o poder constitucional de aplicar o Direito ao caso concreto e, no caso específico do Supremo Tribunal Federal, de guardar a Constituição, dando-lhe a interpretação justa e definitiva sobre os litígios sob sua responsabilidade.

---

<sup>17</sup> Do original: “Each Term, approximately 7,000-8,000 new cases are filed in the Supreme Court. This is a substantially larger volume of cases than was presented to the Court in the last century. In the 1950 Term, for example, the Court received only 1,195 new cases, and even as recently as the 1975 Term it received only 3,940. Plenary review, with oral arguments by attorneys, is currently granted in about 80 of those cases each Term, and the Court typically disposes of about 100 or more cases without plenary review. The publication of each Term’s written opinions, including concurring opinions, dissenting opinions, and orders, can take up thousands of pages. During the drafting process, some opinions may be revised a dozen or more times before they are announced”. (SUPREME COURT OF THE UNITED STATES. **The Justices’ Caseload.** Disponível em: <<https://www.supremecourt.gov/about/justicecaseload.aspx>>. Acesso em 23.dez.2018).

<sup>18</sup> Conselho Nacional de Justiça ao apresentar os objetivos das metas estipuladas para o judiciário levando-se em consideração padrões do próprio CNJ como modelo de consecução de uma realidade que podemos chamar de irreal. (Cf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sobre as Metas.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/sobre-as-metas>>. Acesso em 30.ago.2018).

Os juízes são chamados a aplicar o Direito aos casos concretos, a dirimir conflitos que surgem entre indivíduos e grupos; para aplicar o Direito, o juiz deve, evidentemente, realizar um trabalho prévio de interpretação das normas jurídicas, que nem sempre são suscetíveis de uma única apreensão intelectual. Enquanto que as leis físico-matemáticas têm um rigor e uma estrutura que não dão lugar a interpretações conflitantes, as leis jurídicas, ao contrário, são momentos de vida que se integram na experiência humana e que, a todo instante, exigem um esforço de superamento de entendimentos contrastantes, para que possam ser aplicadas em consonância com as exigências da sociedade em determinado momento e lugar<sup>19</sup>.

Aqui, entendemos como necessário tecer uma breve crítica na conjuntura do Supremo Tribunal Federal e na ideia de conjunção dos controles difuso e concentrado de constitucionalidade, ou seja, na concentração tanto do seu papel de julgador (enquanto órgão do Poder Judiciário) e do seu papel Político (enquanto avoca para si as competências de uma pretensa “Corte Constitucional”), criando-se um verdadeiro monstro inserido numa sociedade que não sabe nem mesmo lidar com suas próprias autocríticas, quiçá identificar no órgão supremo do Poder Judiciário brasileiro este duplo papel contraditório em seus termos.

Esta crítica é de extrema necessidade na atual conjuntura do Poder Judiciário e na forma com que o Supremo Tribunal Federal se coloca, não apenas imprimindo caracteres outros aos princípios basilares insculpidos na Constituição Federal – que o diga a total e completa interpretação equivocada e errônea acerca do princípio da proporcionalidade – faz com que a filosofia pragmática e a utilitarista sejam muito bem representadas nas cadeiras do tribunal, não possibilitando que a necessária ponderação valorativa para discussão e resolução de conflitos – que perpassa pela proporcionalidade – encontre campo para sua permanência.

Pensar em Estado Democrático de Direito, sobretudo após a Segunda Grande Guerra Mundial, é considerar que a estruturação de um real e verdadeiro Tribunal Constitucional possa existir e fomentar decisões que encontrem lastros em sua forma de existência, isto é, decisões Políticas que abarquem a realidade social, sem que se tenha, doutra via, a anomalia brasileira chamada Supremo Tribunal Federal.

E nesse ponto não se pode deixar de frisar a importância inexcusável que assume a instituição de um Tribunal Constitucional, com funções judicantes e também, explicitamente, políticas, para servir de árbitro das grandes questões sociais, a serem resolvidas num sentido que realize o comando superior da Constituição brasileira: o estabelecimento de um Estado Democrático de Direito. Esse Tribunal Constitucional nós ainda não temos, sendo essa, a meu ver, a principal razão por

---

<sup>19</sup> REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001, p.172.

que ainda não avançamos mais na concretização desse comando. A ele cabe também manter o equilíbrio entre os Poderes estatais.<sup>20</sup>

Dito isso, temos que para o senso comum, eficiência e eficácia são termos sinônimos e fazem parte da trilogia “eficiência – eficácia – efetividade”, que no final das contas significariam a mesma coisa e traduziriam a ideia de um trabalho bem feito.

Em uma primeira abordagem, portanto, será evidenciada a diferença conceitual entre eficiência e eficácia, a fim de romper com o senso comum. Feita a distinção, será abordado ao longo de todo o trabalho o antagonismo das duas ideias, como elas partem de suportes filosóficos distintos e como elas influenciam na estratégia de manutenção de poder no campo Jurídico. Ao final deste capítulo espera-se ter clara a noção do significado de eficácia e eficiência, sua construção conceitual na dinâmica social como discurso de poder e como isso interfere no papel teleológico do Poder Judiciário.

Começemos, assim, com o significado literal da palavra “eficiência”, pois é a partir dele que o trabalho ganhará desenvoltura, sendo o centro gravitacional deste trabalho, com influência direta nos capítulos seguintes. Para o dicionário de língua portuguesa *Houaiss*, eficiência possui os seguintes significados:

Eficiência – substantivo feminino

3. a virtude ou característica de (uma pessoa, um maquinismo, uma técnica, um empreendimento etc.) conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou de dispêndio de energia, tempo, dinheiro ou meios;
5. fato de (uma pessoa, um objeto) ser apropriado ou ideal para determinada função, operação, objetivo etc.;
6. trabalho ou atuação realizado com pouco ou nenhum esforço perdido;
9. relação entre o rendimento e o esforço (no sentido de ‘experiência subjetiva; intensificação da atividade mental’).<sup>21</sup>

Aqui, os conceitos de eficiência se traduzem em uma visão capitalista, ou seja, voltada para a realização de um determinado trabalho com o mínimo de esforço, sem gerar custos para a concretização do trabalho a ser realizado. Com o auxílio do dicionário filosófico, temos por eficiência o seguinte significado:

Eficiência – (ingl. *Efficiency*; franc. *Efficiency*; al. *Wirksamkeit*). Propriamente, a ação da causa eficiente. Mas o termo hoje é usado, em todas as línguas, com um significado diferente, isto é, como correspondência ou adequação de um

<sup>20</sup> GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria Processual da Constituição**. São Paulo: RCS Editora, 2007, pp. 82-3.

<sup>21</sup> **DICIONÁRIO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#3>>. Acesso em 28.abr.2018.

instrumento à sua função ou de uma pessoa à sua tarefa. Diz também “a E., de uma organização” para indicar a adequação de uma organização às suas funções e se fala, correspondentemente, de “ineficiência”. Nesse sentido também os filósofos se valem muitas vezes do termo, embora não se trate de um termo especificamente filosófico.<sup>22</sup>

Podemos entender este significado de eficiência no sentido Aristotélico, ou seja, no encontro entre a virtude e a finalidade, no desenvolvimento de uma potência no lugar certo do *Cosmos*, cumprindo sua finalidade<sup>23</sup>. Assim, para se pregar um prego o instrumento mais eficiente seria o martelo, pois foi constituído de tal maneira a cumprir esta função. Ao contrário, haveria ineficiência se o martelo fosse usado para pintar uma parede.

Não obstante, sendo que os conceitos até aqui trazidos nos remetem ao trabalho e ao tempo em que esse trabalho será realizado, imperioso se faz a utilização do dicionário de economia, que traz como significado de eficiência a seguinte definição:

Eficiência – Este conceito é distinto do de eficácia por se referir à forma de realizar uma tarefa. Se um trabalhador realizar uma tarefa de acordo com as normas e padrões preestabelecidos, ele a estará realizando de forma eficiente. No conceito de eficiência, não se examina se aquilo que foi produzido com eficiência é eficaz, isto é, se o produto ou o resultado do trabalho eficiente está adequado à finalidade proposta. Por exemplo, se um médico realizar uma intervenção cirúrgica num paciente, poderá fazê-lo com grande eficiência, mas se a intervenção tiver sido realizada no órgão errado, ela não terá a mínima eficácia. Dessa forma, uma ação pode ser eficiente sem ser eficaz.<sup>24</sup>

Este significado resume o objetivo epistemológico deste trabalho. Primeiro, porque afirma a distinção entre eficiência e eficácia, afirmando que um não é pressuposto do outro e, segundo, porque afirma que no conceito de eficiência “*não se examina se aquilo que foi produzido com eficiência é eficaz, isto é, se [...] o resultado do trabalho eficiente está adequado à finalidade proposta*”, tal como acontece, por exemplo, quando o Conselho Nacional de Justiça aplaude o cumprimento da meta imposta sem se perguntar se as decisões tomadas para tal foram de qualidade

---

<sup>22</sup> ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1901.

<sup>23</sup> Observemos, pois, que toda virtude ou excelência não só coloca em boa condição a coisa de que é excelência como também faz com que a função dessa coisa seja bem desempenhada. Por exemplo, a excelência do olho torna bons tanto o olho como a sua função, pois é graças à excelência do olho que vemos bem. Analogamente, a excelência de um cavalo tanto o torna bom em si mesmo como bom na corrida, em carregar o seu cavaleiro e em guardar de pé firme o ataque do inimigo. Portanto, se isto vale para todos os casos, a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função. (Cf. ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991, p. 36).

<sup>24</sup> SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999, p. 198.

e tiveram sua eficácia reconhecida. Tais afirmações serão objeto de análise nos capítulos seguintes deste trabalho.

Diante deste primeiro contato com os conceitos de eficiência, aprendemos que ela é um valor atribuído a uma ação, coisa, pessoa ou instituição que consegue, através de estratégias de meios e fins, conquistar o objeto do desejo com o mínimo de esforço possível, sendo o esforço tudo aquilo que foi investido na empreitada, sejam esforços humanos, tempo, dinheiro, etc. A título de exemplo, podemos atribuir eficiência ao Judiciário sempre que constataremos uma dinâmica na tramitação processual que faça com que o processo caminhe da petição inicial à execução no menor tempo possível, com o mínimo de esforço do magistrado e seus assistentes, entregando a tutela pleiteada em tempo hábil.

Entretanto, essa eficiência não necessariamente se traduz em eficácia, conceito distinto do acima indicado de eficiência e que tem seu campo de incidência em outro momento, momento este que se manifesta após realizada a tarefa que se propôs cumprir, ou seja, seu efeito no mundo. Igualmente, este termo merece apreciação de nossa parte para o bom entendimento do objeto maior que propomos investigar. Portanto, utilizamos novamente o dicionário de língua portuguesa *Houaiss*, que traz como significado da palavra eficácia a seguinte definição:

Eficácia – substantivo feminino

1. virtude ou poder de (uma causa) produzir determinado efeito; qualidade ou caráter do que é eficaz;
2. segurança do bom resultado; validade, atividade, infalibilidade;
4. efeito útil;
6. real produção de efeitos.<sup>25</sup>

Note que aqui os conceitos nos levam para o resultado da ação, mas não traz como pressuposto a eficiência, ao contrário, emprega valor à conduta eficaz como sendo aquela que gera um efeito real no mundo, um efeito útil, tal como, por exemplo, quando o Judiciário decide uma questão ao seu esgotamento, sem que ela precise voltar a ser rediscutida, pois exaurida juridicamente. Com o dicionário de economia, temos a seguinte definição do termo eficácia:

Eficácia – Significa fazer o que necessita ser feito para alcançar determinado objetivo. Este conceito é distinto do de eficiência por se referir ao resultado do trabalho de um empregado, isto é, se este ou seu produto é adequado a um fim proposto. Dessa forma, um trabalhador pode produzir um produto adequado (idealmente a um consumidor), mas se não realizar as tarefas correspondentes com eficiência, o resultado final não será apropriado. O ideal é que o resultado de uma

---

<sup>25</sup> **DICIONÁRIO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA.** Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#3>>. Acesso em 28.abr.2018.

tarefa seja eficaz (adequado a um objetivo) e que a tarefa seja realizada com eficiência. Em resumo, fazer a coisa certa de forma certa é a melhor definição de trabalho eficiente e eficaz.<sup>26</sup>

Novamente, o conceito econômico de eficácia joga o enfoque no resultado, no efeito real que uma determinada conduta gera no mundo, colocando como idealidade que eficiência e eficácia trabalhem juntos. Assim, se colocarmos o enfoque apenas nas metas e afirmar que sua conquista é a tradução de eficácia, estaremos fazendo uma leitura equivocada da realidade. A eficácia do Judiciário só é alcançada quando uma determinada decisão põe fim ao conflito social, quando uma questão é decidida ao seu esgotamento, ou seja, quando o Judiciário cumpre a finalidade para o qual foi criado, caso contrário estará criando novas demandas, tendo em vista a dúvida sobre as balizas constitucionais de um determinado tema.

Avançando na investigação sobre a clivagem conceitual entre eficiência e eficácia, trazemos à luz o entendimento sobre a eficácia dos dicionários jurídicos, para termos uma clara noção do entendimento de eficácia para o mundo jurídico, certamente pertinente para o trabalho que se está a desenvolver. O “Vocabulário Jurídico”, do jurista de Plácido e Silva, nos traz um conceito preliminar de eficácia, entendendo-a como

Eficácia – Derivado do latim *efficacia*, de *efficax* (que tem virtude, que tem propriedade, que chega ao fim), compreende-se como a *força* ou *poder* que possa ter um *ato* ou um *fato*, para produzir os desejados efeitos.

A *eficácia jurídica*, deste modo, advém da força jurídica ou dos efeitos legais atribuídos ao ato jurídico, em virtude da qual deve ser o mesmo cumprido ou respeitado, segundo as determinações, que nele se contém.

Da eficácia decorre, pois, a produção dos *efeitos* com validade jurídica.<sup>27</sup>

Este significado se atrela aos efeitos da norma jurídica singularmente considerada, isto é, atrela a eficácia no sentido de produção de efeitos jurídicos de uma norma na sociedade, causando efeitos concretos, seja com a aplicação da sanção, com a consequente expropriação patrimonial, seja com a aplicação de uma pena imposta, restringindo ou excluindo direitos fundamentais, como a privação da liberdade ou a perda de direitos políticos. Não estamos tratando deste tipo de eficácia no presente trabalho. Aqui, trazemos uma noção de eficácia “no sentido amplo”, ou seja, na eficácia do próprio sistema do Direito, exercido pelo Poder Judiciário. Neste trabalho, a eficácia será tratada como a qualidade de decisões jurídicas que se prestam a resolver os conflitos sociais.

<sup>26</sup> SANDRONI, Paulo. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

<sup>27</sup> SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002, p. 296.



Outro significado jurídico de eficácia pode ser mencionado, para que a compreensão sobre o objeto deste trabalho fique esclarecida. O termo encontra-se no “Dicionário Jurídico Universitário”, de Maria Helena Diniz, e traz a seguinte definição

Eficácia – *Teoria geral do direito e filosofia do direito*. 1. É a qualidade da norma vigente de produzir no seio da coletividade, efeitos jurídicos concretos, considerando, portanto, não só a questão de sua condição técnica de aplicação, observância, ou não, pelas pessoas a quem se dirige, mas também a de sua adequação em face da realidade social, por ela disciplinada, e dos valores vigentes na sociedade, o que conduziria ao seu sucesso. A eficácia diz respeito, portanto, ao fato de se saber se os destinatários da norma ajustam, ou não, seu comportamento, em maior ou menor grau, às prescrições normativas, ou seja, se cumprem, ou não, os comandos jurídicos, e se os aplicam ou não. Trata-se de eficácia jurídica. 2. Qualidade do que é eficaz.<sup>28</sup>

Esse sentido jurídico de eficácia se mostra um pouco mais próximo daquilo que pensamos ser a qualidade ideal do Poder Judiciário, um Poder preocupado com o efeito das suas decisões na sociedade, aquele que produz as normas jurídicas no seu sentido mais simples de maneira a encerrar o conflito social trazido a seu conhecimento, não pugnando apenas pela celeridade, mas construindo decisões que realmente encampem a análise do problema, com uma solução realmente democrática e socialmente fundamentada. A “eficácia jurídica” trazida neste conceito pode ser entendida como a “eficácia em sentido amplo” quando confrontada com o significado anterior, pois além de considerar a eficácia da norma singularmente posta, considera também o efeito que sua incidência gera na sociedade, que quanto mais adequada, menos deverá ser refeita ou reformulada (o que, de certa forma, atingiria o Poder Judiciário com a diminuição de demandas ou mesmo de recursos aos tribunais, já que a decisão de Primeiro Grau já encontraria seu lastro de existência na sociedade).

Pode-se escolher diversas formas de investigar se o Poder Judiciário está cumprindo sua finalidade. A *jurimetria* é uma forma, a análise de decisões escolhidas a dedo é outra. Pode-se analisar apenas a justiça estadual ou federal, a justiça cível ou a trabalhista, pode-se focar apenas na questão orçamentária ou na administrativa. Todas elas, de seu modo, darão uma amostra do que o Judiciário é e o que proporciona à sociedade, bem como se este resultado é algo aceitável ou se devem ser empregadas mudanças comportamentais a fim de atingir o objetivo almejado.

---

<sup>28</sup> DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico Universitário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017, p. 243.

Neste primeiro capítulo, entretanto, vamos nos distanciar do mosaico que representa o Judiciário, não vamos analisar apenas uma peça isolada. A peça isolada, supõe-se, traz uma noção incompleta da realidade do todo. Por exemplo, se quisermos investigar o Oceano, nos dirigimos até o mar e colhemos uma amostra da água. Nessa água não tem nenhum peixe, logo podemos concluir que não há peixes no Oceano? Não necessariamente. Se afastar do objeto a ser estudado nos permite ganhar uma perspectiva que vai além do próprio objeto e nos permite enxergá-lo por inteiro, para então termos uma noção do que ele é e de como ele funciona. Seria como investigar a Terra não estando na Terra, mas na Lua, para então descobrirmos que a Terra é azul, e que não está só no universo, mas que compõe um Sistema Solar constituído de diversos outros corpos celestes que influenciam sua identidade.

Nesse sentido, o Poder Judiciário é apenas um sistema no meio do sistema global que é a sociedade e este Poder será tanto mais demandado quanto menor for a capacidade dos agentes sociais de resolver as divergências através do diálogo e da Política. Ao mesmo tempo em que se sobrecarrega esta pequena peça do meio social, se exige que ela dê conta de tudo de forma eficiente e eficaz, o que é, no mínimo, irracional. Considerando o Poder Judiciário como uma peça do todo social, observa-se que o que faz essa peça funcionar são as demandas que a sociedade dirige a este órgão, que uma vez processadas geram decisões judiciais que afligem consequências para o ambiente no qual o Poder Judiciário existe, ou seja, a sociedade, que uma vez afetada pela decisão judicial gerará novas demandas, ou sobre o mesmo assunto, ou por outros diante da mudança que a decisão ocasionou na sociedade.

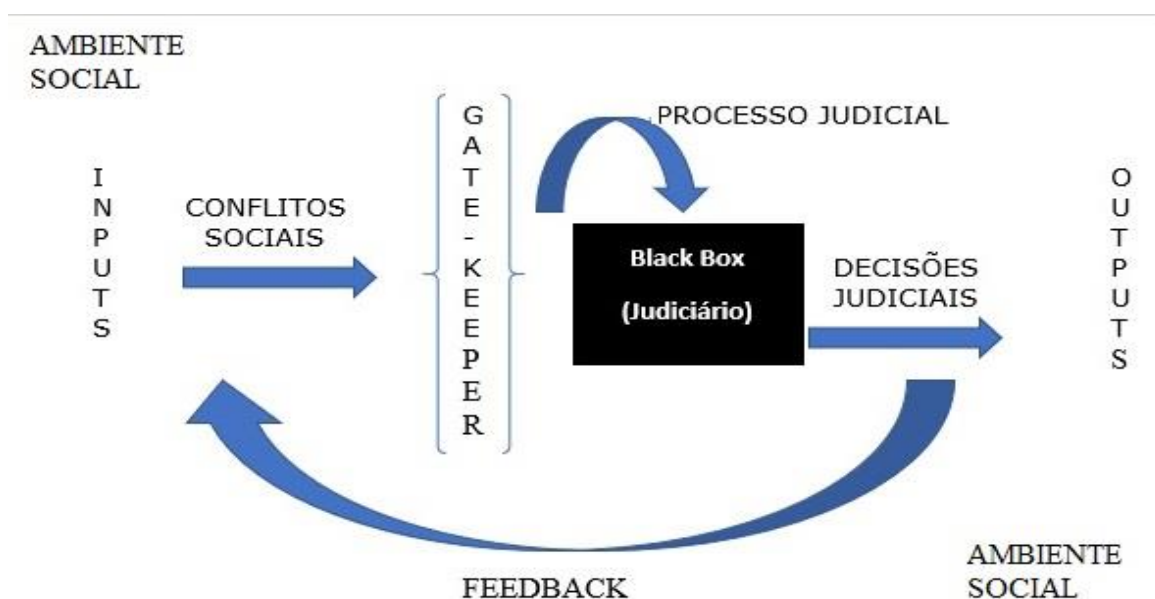
Nesta estrutura sistemática, três elementos são essenciais para fazê-lo funcionar: os *inputs*, o processamento e os *outputs*. Os *inputs* são as demandas judiciais que entram no sistema, o processamento é o caminho entre a petição inicial e a execução, que deve respeitar o devido processo legal, e os *outputs* são os efeitos das decisões judiciais no mundo, que geram ou não novos *inputs*. O chamado *gate keeper* funciona como uma espécie de “filtro” que irá determinar os litígios que devem entrar no sistema e aqueles que não merecem solução pela via judicial. Filtro este que é exercido pelos advogados, empresas ou mesmo o próprio Judiciário ao receber a petição inicial.

Além disso, se mantivermos o Sistema de ações políticas como uma unidade diante de nossa mente, podemos ver que o que mantém o sistema funcionando são os vários tipos de entradas. Essas entradas são convertidas pelos processos do

Sistema em saídas e estas, por sua vez, têm consequências tanto para o Sistema quanto para o ambiente no qual o Sistema existe.<sup>29</sup>

David Easton, cientista político canadense, é o criador desta maneira de analisar os fenômenos Políticos através da teoria dos sistemas, que agora usamos analogamente para estudar o Poder Judiciário. Assim, é possível observar que há outros fatores que influenciam na sua eficiência/eficácia, posto que este é um produto de seu meio, sendo que a sociedade – e a maneira como lida com seus conflitos – é uma das razões pelas quais o Poder Judiciário se encontra atualmente sobrecarregado. Desta maneira, para melhor visualização, temos a seguinte imagem, realizada à semelhança da teoria de David Easton e adaptada a este trabalho.

Fonte: EASTON, David. *An approach to the analysis of Political Systems*.



Com os conceitos de eficiência apresentados, podemos interpretar o quadro acima de forma mais objetiva. A incidência da eficiência se restringe à *black box*, ou seja, ao Judiciário, na velocidade em que o processo judicial se transforma em decisão, que mesmo sendo eficiente não significa que é eficaz. A *black box* se traduz no limite de investigação do objeto, o que significa

<sup>29</sup> Do original: “Furthermore, if we hold the system of political actions as a unit before our mind’s eye, as it were, we can see that what keeps the system going are inputs of various kinds. These inputs are converted by the processes of the system into outputs and these, in turn, have consequences both for the system and for the environment in which the system exists”. (EASTON, David. **An Approach to the Analysis of Political Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1957, p. 384).

dizer que, para se estudar a eficácia do Poder Judiciário, a resposta não está dentro dele, mas fora (no sistema ao qual ele pertence: a sociedade). Da mesma forma, para se estudar a eficácia de um medicamento, a resposta não estará no medicamento, mas no paciente.

Com os conceitos de eficácia, diversamente, observamos que esta tem sua incidência em todo o meio social, pois é o efeito que a decisão gerou no mundo e se será necessário ou não realimentar o sistema. O instituto da “Justiça em Números”<sup>30</sup> concentra todos os esforços na eficiência da justiça, que como vimos, é apenas uma parte do todo. Cumprir a meta imposta pelo Conselho Nacional de Justiça não significa necessariamente que o Poder Judiciário está cumprindo sua finalidade com eficácia, uma vez que a eficácia é observada apenas “fora da caixa”<sup>31</sup>, fora do Poder Judiciário e de suas funções.

Avaliar a real eficácia do Poder Judiciário é ir além das estratégias para promover a eficiência, é se debruçar nas questões sociais da sociedade brasileira, do saneamento básico às políticas de Estado e de Governo – o que perpassaria, conseqüentemente, por um verdadeiro Tribunal Constitucional –, passando principalmente pela educação, seja a de base ou a moral, seja a universitária, pois como afirmado, o Poder Judiciário brasileiro é produto de seu meio, entretanto, essas são questões que fogem ao objeto deste trabalho, mas que são observadas e consideradas em razão da posição distanciada do objeto, como proposto acima. Aqui, nos propomos a evidenciar a diferença conceitual entre eficiência e eficácia, e através de seus conceitos, mostrar seu campo de incidência e levantar a questão sobre qual dos dois deve importar mais para o Poder Judiciário cumprir seu papel teleológico, bem como por que a eficiência foi privilegiada em relação à eficácia, o que passa necessariamente pelo sentido legítimo que a sociedade emprega a determinados termos.

Para avançarmos ao próximo tópico, devemos ter em mente que as palavras não surgem do nada e não existem à toa, cada palavra traz na sua gênese uma necessidade social de manifestar uma “espécie de verdade” ao atribuir uma determinada palavra a um objeto, situação ou pessoa. Com o termo “azul”, por exemplo, podemos atribuir a cor azul ao céu, bem como ao masculino e

---

<sup>30</sup> Principal fonte das estatísticas do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o “Relatório Justiça em Números” divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira. (Cf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/2011-05-20-21-22-50/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 30.ago.2018).

<sup>31</sup> Terminologia utilizada para designar a *black box* mencionada na teoria dos sistemas, o objeto de estudo ele mesmo. Tal termo será empregado durante todo o trabalho e deve ser entendido com esta definição.

a partir desse “discurso de verdade”, imputar uma certa conduta ou um certo discurso que represente essa verdade, e ao mesmo tempo condenar as manifestações em contrário.

As palavras – e o que elas significam – são consequências de uma construção social, de tal maneira que o termo “eficiência” é igualmente uma palavra constituída e significada a partir das necessidades do sistema capitalista de produção de bens materiais para influenciar um determinado comportamento sobre aquele que age, tendo em vista a melhor forma possível de empregar os esforços humanos à produção de um determinado bem ou serviço, tal como observado com as citações do texto “A Ditadura do Relógio” destacadas acima, onde a partir de uma invenção tecnológica, a palavra *tempo* ganhou um novo significado e passou a ser entendida como um instrumento que deve governar a vida, sempre em benefício – é bom esclarecer – da burguesia, ou seja, a palavra *tempo* foi ressignificada a fim de servir a uma classe dominante e a construção de uma ideologia, o que nos permite afirmar que toda palavra é ideológica – assim como a eficiência – o que nos leva ao próximo tópico deste trabalho.

## 1.2.EFICIÊNCIA: UM SIGNO IDEOLÓGICO

Mikhail Bakhtin (1885 – 1975), filósofo russo, em sua vasta obra concebida na Rússia do século XX, através dos diálogos com diversos intelectuais e amigos, que posteriormente seriam conhecidos por compor o “Círculo de Bakhtin”, se debruçou acerca do estudo da linguística. Através de sua obra “Marxismo e a Filosofia da Linguagem”<sup>32</sup>, podemos ter uma outra leitura acerca da eficiência do Judiciário e o por que dela ter sido escolhida sobre a eficácia. Bakhtin afirma que a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais<sup>33</sup>.

Aqui, Bakhtin se refere à infraestrutura, ao modo de produção de bens materiais que tem influência direta na formação da ideologia dominante. As palavras, bem como a linguagem e a expressão, a enunciação, só podem existir na interação social, de tal maneira que esta interação, através da sua realidade posta, será a gênese das palavras que usamos para nos comunicarmos em sociedade. Essa polifonia, que nasce somente na interação social e em razão dela, forma o nosso

---

<sup>32</sup> Há quem considere que a obra, mesmo assinada por Volochinov, de fato pertence a Bakhtin, que recusou publicá-la com as modificações da editora.

<sup>33</sup> Cf. BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e a Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 14.

consciente, de tal maneira que para expressarmos o nosso pensamento, precisamos nos valer das palavras, que só nascem na sociedade. E essa sociedade, através de sua infraestrutura, dará gênese às palavras e seus significados.

Da mesma forma em que o mundo das ideias transforma o mundo material, o mundo material transforma as ideias (numa clara acepção do materialismo histórico). Essa dialética material tem por base a infraestrutura, uma vez que as palavras nascem tendo o objetivo de satisfazer as necessidades materiais que o homem possui para se relacionar com outros homens. A palavra é o elo que liga um homem ao outro, sendo, portanto, através do diálogo e da divisão do trabalho que o mundo material será transformado, e as ideias modificadas.

Destarte, cada campo possui sua dinâmica social e cria, através da interação, as palavras e os discursos que vão permear aquele campo. Nesse sentido, temos que o campo jurídico é formado por uma polifonia própria, posto que possui termos e jargões que são específicos do campo jurídico, de tal maneira que se o indivíduo pretender se socializar nesse campo, deverá acumular primeiramente um repertório próprio e previamente estabelecido, muitas vezes codificado, que permitirão a socialização. Repertório este que será distinto dos utilizados em outros campos, que igualmente possuem sua própria polifonia, posto que a interação social e a ideologia possuem premissas diversas. Ao falar sobre a palavra, Bakhtin afirma que “Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido”<sup>34</sup>.

Nesta estrutura, se quisermos, por exemplo, estudar o psiquismo, as coisas que passam pela cabeça de qualquer indivíduo, o instrumento seria a sociologia e não a psicologia, posto que o consciente e, conseqüentemente, o inconsciente, são formados por uma polifonia, e esta polifonia é fruto da interação social e só nasce em razão dela. Igualmente, se quisermos investigar as razões pelas quais o Poder Judiciário prefere se valer da eficiência acima da eficácia em seus trabalhos, a investigação não deve se importar com normas, jurimetrias, textos de lei ou exegeses constitucionais, mas sim com a sociologia do Judiciário, uma vez que através da sua interação social e em razão dela, cria e dá significado às palavras que utiliza em função de sua ideologia.

---

<sup>34</sup> BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 16.

Temos, pois, que nos valer da distinção singela entre signos e palavras. As palavras, como dito, são o elo da interação social e em sua forma pura podem possuir diversos significados e serem utilizados em diversos campos sociais. O signo, por sua vez, representa algo que extrapola seu próprio significado, pois carrega em si uma ideologia, seja ela moral, religiosa, jurídica, etc. Por exemplo: a “cruz” é uma palavra, que na sua forma pura representa um símbolo geométrico e pode ser utilizada em qualquer campo, mas quando enunciada no campo religioso, a cruz se torna um signo, composto por um significado socialmente criado e que extrapola seu significado puro.

Tudo que é ideológico possui um *significado* que remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.<sup>35</sup>

Cada campo, portanto, de acordo com sua realidade material, irá formar sua ideologia, ou seja, um conjunto de ideias que se materializarão em discursos a fim de manter o *status quo*. Dessa maneira, a ideologia da eficiência ganha no campo jurídico uma carga valorativa que extrapola seu próprio significado literal. A dinâmica da interação social dentro do campo é o motor que forma e transforma a polifonia, a consciência dos agentes e os discursos.

Assim, o que se entende por eficiência no campo jurídico e o que este signo representa, só faz sentido no próprio campo onde a ideologia está estabelecida. Ou seja, a palavra, no seu estado puro, pode ser intercambiável em diversos campos, mas o signo, ao contrário, só possui valor axiológico no campo que está integrado.

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.<sup>36</sup>

Como vimos, a palavra eficiência traz em seus conceitos a ideia de que ela se manifestará sempre que o homem utilizar as ferramentas corretas para um determinado trabalho, investindo assim menos esforços e obtendo o melhor resultado possível. Esse conceito é fruto de uma ideologia capitalista, ou seja, carregado de valorações que sintetizam e determinam como o homem

---

<sup>35</sup> BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 31.

<sup>36</sup> BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, pp. 36-7.

deve utilizar seu tempo para produzir cada vez mais e melhor, tendo em vista a divisão social do trabalho e a geração de lucro.

Lembremos do ponto estabelecido no item anterior e dos ensinamentos do filósofo coreano radicado na Alemanha, Byung-Chul Han: a sociedade atual capitalista se caracteriza como a sociedade do cansaço, aquela sociedade que não consegue lidar com suas próprias mazelas sem influir e se destruir dentro dos escritórios – os chamados *workaholics* – que se concentram unicamente na produção, seja ela material ou intelectual, não provendo outros meios de existir que não na ligação com o trabalho, deixando de existir enquanto ser humano por uma desumanização criada pelo próprio ser, em busca do seu “lucro pessoal”, numa evidenciada e mal-resolvida formação narcisista que impera na sociedade atual e que, por via de consequência acarretará em muitas das doenças psicossomáticas da atualidade<sup>37</sup>.

No campo jurídico, a palavra “eficiência” é carregada de valores éticos e morais, que representam não só o modo de se comportar do magistrado frente ao seu trabalho, mas também a característica fundamental de uma determinada instituição, se tornando, portanto, um signo ideológico. Nesse sentido, “eficiência” não é apenas uma palavra, mas um “Princípio Constitucional”, que foi até mesmo objeto de luta política por meio da Emenda Constitucional 19/1998<sup>38</sup>, fazendo deste termo não apenas uma palavra como as outras, mas um valor, um caminho a ser percorrido pela República Federativa do Brasil através de suas condutas, tornando-se um signo ideológico. José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, em relação aos princípios constitucionais e sua importância para a ordenação jurídica afirmam que

Princípios fundamentais visam essencialmente definir e caracterizar a coletividade política e o Estado e enumerar as principais opções político-constitucionais. [...] estabelecem por assim dizer a síntese ou matriz de todas as

---

<sup>37</sup> Neste sentido, podemos assim referenciar: “O sujeito da obediência e o sujeito disciplinar se encontram com o *outro*, que se manifesta como Deus, soberano ou consciência moral. Estão submetidos a uma instância exterior, da qual provêm não apenas repressão e punição, mas também *gratificação*. O sujeito da sociedade de desempenho, ao contrário, é marcado por uma autorrelacionalidade narcisista. Em virtude da falta de gratificação por parte do outro, ele se vê obrigado a produzir sempre mais e cada vez com melhor desempenho. [...] A depressão pode ser qualificada como uma perturbação narcisista, tendo seu ponto de partida em uma relação rompida com o *outro* e também com a falta de relacionamento externo e com o mundo”. (HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017, pp. 100-1).

<sup>38</sup> BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Fonte: Planalto. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 12.jan.2019. “Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências”.



restantes normas constitucionais, que àquelas podem ser directa ou indirectamente reconduzidas aos primeiros.<sup>39</sup>

Assim, a “eficiência da justiça” foi criada a princípio como uma abstração, uma idealidade, tendo em vista a condição material da realidade jurídica que assola nossa sociedade, em que os Tribunais são sobrecarregados de demandas que os magistrados e as instituições não conseguem solucionar em tempo hábil, surgindo a partir de então a necessidade de fazer com que o trabalho, ou como o magistrado se comporta ao realizar este trabalho, seja menos custoso e mais proveitoso do ponto de vista cronológico e financeiro. A eficiência surge como resposta a essa exigência do mundo material.

A própria necessidade de se falar em eficiência só existe porque a instituição não está fazendo seu trabalho satisfatoriamente; ou porque há razões fora dela que fazem com que a instituição fique sobrecarregada, ou porque o trabalho realizado, mesmo eficiente, não é eficaz. A dialética materialista, por isso, é observável na dinâmica do Poder Judiciário, posto que, de forma concisa, a realidade material influencia as ideias, causando uma luta pelo signo que representará a ideologia que se busca disseminar.

A ideologia da eficiência é uma construção social criada a partir da necessidade de dar a sociedade uma resposta acerca do trabalho insatisfatório que a instituição vem realizando ao longo dos anos. Assim, uma vez que o Conselho Nacional de Justiça institui metas para os magistrados cumprirem, é possível medir objetivamente a realização de um dever, bem como demonstrar uma espécie de “progresso” em relação aos anos anteriores, sem que isso signifique necessariamente que a instituição está cumprindo com eficácia seu papel teleológico, ou seja, pacificando os conflitos de forma definitiva, pelo contrário, muitas vezes sendo ele próprio, o Poder Judiciário, o propagador de novos e outros conflitos, que se estendem e se reproduzem sem perspectivas de diminuição e o que é pior: sem a possibilidade de decisões realmente centradas no campo específico do Judiciário.

Nesse sentido, o significado dos signos que permeiam a relação social no campo, ou na sociedade, são objetos de luta pelo seu significado legítimo, posto que este significado, seja ele qual for, terá impacto nas relações sociais e moldará a conduta dos agentes, de tal maneira que os

---

<sup>39</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991, p. 71.

dominantes quase sempre se saem vitoriosos da luta pelo significado legítimo, posto que possuem os meios materiais e ocupam as posições estratégicas para impor sua vontade aos demais.

A eficiência, pois, passa a se tornar um instrumento de dominação, posto que, atrelado à dinâmica do Judiciário, impõe aos magistrados um certo tipo de conduta, tirando-lhes a liberdade de realizar o trabalho da forma como sua vontade determina e o que é ainda mais grave: impossibilitando que sua análise livre possa recair realmente sobre a sociedade e seus anseios pluralistas. O signo da eficiência, portanto, a ideologia que se sobrepõe à palavra em si, é objeto de uma luta social, sendo que o Poder Judiciário, nessa luta e interação social, decidiu patrocinar a eficiência ao invés da eficácia, por entender que as metas são um instrumento de dominação mais consistente, ou pelo menos, mais benéfico.

Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias.<sup>40</sup>

A própria dinâmica dos fóruns e tribunais, cheia de processos espalhados por todos os lados, com servidores desmotivados, que disputam o cargo público muitas vezes pelo salário e pela estabilidade, que realizam todos os dias, nos mesmos lugares, os mesmos trabalhos, de forma repetitiva e monótona, tais como numerar páginas, carimbar, furar papeis, encadernar, são sintomas de um local onde as coisas são feitas a “passos de cartório”, lentamente, posto que completamente desmotivante e desanimadora, criando a realidade material propícia para se falar em eficiência num ambiente ineficiente.

Essa postura de lentidão é empiricamente observável quando o advogado tenta de alguma forma acelerar essa tramitação no balcão do cartório, local onde muitas vezes é praticamente impossível obter uma informação clara e precisa sobre quando seu processo será finalizado, uma vez que o balcão, nesta situação, se constitui em uma fronteira epistemológica entre dois modos de

---

<sup>40</sup> BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.136.

se comportar diante do tempo universal. É a fronteira entre o campo social e o campo do Judiciário, que parece intransponível.

Tal dinâmica, mesmo no processo digital, ainda persiste, ainda que a pilha de processos tenha sumido das vistas, ela continua lá em forma binária. A eficiência máxima, portanto, seria substituir os homens pela máquina nos cartórios, posto que sabidamente hoje a máquina faz as mesmas tarefas de forma muito mais rápida que os humanos, o que não significa que a eficácia surgirá após completada a tarefa, posto que o objetivo teleológico do Poder Judiciário só pode ser alcançado por humanos, pois se constitui na própria Ética. A inteligência artificial cumpriria com o mesmo papel desempenhado pelo ser humano.

Nesse sentido, importante mencionar a empreitada que o Supremo Tribunal Federal vem realizando em parceria com a Universidade de Brasília, com a finalidade de implantar na Corte um sistema de Inteligência Artificial que literalmente tem o potencial de substituir a força humana no que se refere aos trabalhos de processamento dos processos que lá desembocam. O sistema, chamado “VICTOR”<sup>41</sup>, pretende possuir a habilidade de ler os processos e compará-los com as decisões da Corte para criar um “filtro” entre aqueles processos que são de determinado tema e aqueles que são de repercussão geral.

Em funcionamento desde agosto de 2018, o VICTOR irá possuir quatro atividades essenciais: conversão de imagens em textos no processo digital, separação do começo e do fim de um documento (peça processual, decisão) em todo o acervo do Tribunal, separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF e a identificação dos temas de repercussão geral de maior incidência<sup>42</sup>. Esse mesmo trabalho, realizado por um servidor, dura em média três horas, enquanto o sistema o faz em cinco segundos, dispensando-se a ação humana do meio humano.

Voltando nos conceitos que trouxemos de eficiência e eficácia, notamos que um não é pressuposto do outro. Não é por que a eficiência está sendo exercida em seu grau máximo que a

---

<sup>41</sup> O nome do projeto, VICTOR, é uma homenagem a Victor Nunes Leal, falecido ministro do Supremo Tribunal Federal de 1960 a 1969, autor da obra “Coronelismo, Enxada e Voto” e principal responsável pela sistematização da jurisprudência da Corte em forma de súmulas, o que facilitou a aplicação dos precedentes judiciais aos recursos. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF*. In: **Notícias STF**. 30.abr.2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>>. Acesso em 12jan.2019).

<sup>42</sup> Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Ministra Cármen Lúcia anuncia início de funcionamento do Projeto Victor, de inteligência artificial*. In: **Notícias STF**. 30.ago.2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388443>>. Acesso em 12.01.2019.

eficácia necessariamente irá se revelar. O “VICTOR” pode ser entendido como uma espécie de “médico relapso”, que foi chamado para tratar dos sintomas, mascará-los para mostrar uma “melhora” do paciente. A causa, que seriam as razões pelas quais o sistema está demasiadamente obstruído de processos não está sendo atacada por nenhuma instituição estatal e nem mesmo o “VICTOR” pode realizar esta tarefa que é necessariamente humana.

Naturalmente, o discurso da eficiência passa a ganhar volume diante da ineficácia prática: criam-se comissões para motivar os serventuários da justiça a trabalharem de tal maneira a acelerar a tramitação processual, o que passa necessariamente pelo magistrado, pois fica a cargo dele proferir decisões definitivas, que desafogam seu cartório. A ideologia da eficiência se materializa então em uma cenoura presa por uma vara nas costas dos magistrados, que os fazem correr incessantemente sem nunca conseguir alcançá-la, pois, uma vez conquistada uma determinada meta, logo outra surge no lugar. Para cumprir a meta, as decisões dos magistrados são feitas às pressas, de preferência por seus assistentes e com uma narrativa tal que o mesmo texto possa servir de fundamentação para diversos processos, ganhando assim “eficiência” no trabalho de cumprir as metas.

Nos tribunais superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal, as decisões demasiadamente são casuísticas e não esgotam o tema central discutido no processo. Em nome da eficiência, ou mesmo por questões políticas, a tese filosófica que permeia o processo não é discutida a seu exaurimento, não são postas de maneira clara as balizas constitucionais da decisão, fato que realimenta o *feedback*, criando novos *inputs*, novas demandas, que serão traduzidas em metas, que para alcançá-las, a eficácia será novamente posta de lado em nome da eficiência, e assim sucessivamente.

A realidade posta dos tribunais, portanto, sua infraestrutura, é o que Bakhtin se refere como *tema do signo*. O tema do signo pode ser entendido como a circunstância temporal que propiciou a criação do signo. Nesse sentido, a eficiência só é um signo ideológico quando confrontado com a realidade posta que o criou, como duas faces da mesma moeda: mudando a realidade, muda-se a ideologia; mudando a ideologia, muda-se o signo. Não há razão de lutar pela eficiência e transformar essa palavra em signo, senão diante de uma realidade ineficiente e ineficaz, assim como só faz sentido lutar pela lisura de caráter e pela transparência em uma sociedade corrupta.

Admitamos chamar a realidade que dá lugar à formação de um signo de *tema do signo*. Cada signo constituído possui seu tema. Assim, cada manifestação verbal tem seu tema. O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. Por

certo, todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia.<sup>43</sup>

A escolha entre eficiência e eficácia, bem como seu significado no campo a partir de uma ideologia estabelecida, fica a cargo dos dominantes desse campo, ou seja, daqueles que possuem o poder político e jurídico para empregar à instituição seus valores, bem como estabelecer como ela se comportará em uma sociedade e se esta se pautará pela eficiência ou pela eficácia nas suas condutas. Ao se privilegiar a eficiência, está-se a dizer que o Poder Judiciário é um órgão que, através da divisão do trabalho, existe para realizar as tarefas de tal maneira a cumprir uma meta cronológica imposta pelos dominantes desse campo ou pelo órgão externo (CNJ) e como, de certa maneira, entregam a tutela pleiteada em tempo “hábil”, cumprem sua finalidade. Diante de tudo o que vimos até aqui, nada soa mais falso.

Marilena Chauí, na obra intitulada “O que é Ideologia”, nos mostra que a ideologia não se trata somente de um conjunto de ideias articuladas, mas sim de um ideário histórico e social que oculta a realidade, de tal maneira a assegurar e conservar um determinado *status quo* já conquistado, a fim de manter a dominação. Nesse sentido, a eficiência da justiça, bem como a estipulação de metas, se mostra como instrumento de dominação e manutenção de poder, fruto da ideologia dominante no campo jurídico, que logicamente é composto por agentes dominantes e agentes dominados.

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).<sup>44</sup>

A ideologia da eficiência faz acreditar que o cumprimento de uma meta arbitrariamente imposta é o que deve ser entendido por instituição estatal que cumpre seu papel, como o Poder Judiciário. Tal ideologia disfarça<sup>45</sup> o culto à meritocracia que permeia as sociedades capitalistas, que relacionam o cumprimento de uma meta a um profissional competente, disposto, engajado, e

---

<sup>43</sup> BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.45

<sup>44</sup> CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, p. 85.

<sup>45</sup> Neste sentido, podemos expor junto com Jean Baudrillard: “Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se a uma presença, o segundo a uma ausência. Mas é mais complicado, pois simular não é fingir. [...] Logo fingir, ou dissimular, deixam intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada, enquanto que a simulação põe em causa a diferença do ‘verdadeiro’ e do ‘falso’, do ‘real’ e do ‘imaginário’”. (BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação.** Lisboa: Editora Relógio D’Água, 1991, pp. 9-10).

que merece uma cadeira na hierarquia superior, ao passo que, ao contrário, condena aquele que não cumpre a meta, mesmo que o trabalho deste último seja de melhor qualidade, zelando pela análise necessária do campo social para que se ocorra a boa convergência com o campo jurídico.

O estudo do *tema do signo*, portanto, se torna a ferramenta mais eficaz para entender a dinâmica na qual o Poder Judiciário está inserido. Afirmamos que o Poder Judiciário não está inserido em um vácuo, mas é um produto de seu meio. Este meio, a sociedade, está condicionada à uma ideologia posta, de tal maneira que o Poder Judiciário apenas se ajusta à forma de ser da sociedade. Em uma sociedade que não demanda o Poder Judiciário com tanta frequência forma um Poder Judiciário naturalmente eficiente, posto que demandado nas horas realmente necessárias, faz com que este Poder tenha tempo de discutir a tese a seu exaurimento, tornando-se eficaz. Nessa sociedade não há que se falar em eficiência, nem mesmo transformar esta palavra em signo.

Em uma palavra: as ideias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária ou diabólica, mas são a conservação de uma universalidade que já foi real num certo momento (quando a classe ascendente realmente representava os interesses de todos os não-dominantes), mas que agora é uma universalidade ilusória (pois a classe dominante tornou-se representante apenas de seus interesses particulares)<sup>46</sup>.

Apenas com a problematização dos conceitos de eficiência e eficácia é possível ter uma melhor compreensão sobre eles e se estes conceitos estão de acordo com o que se espera de um Poder que tem por finalidade discutir e decidir uma matéria a seu exaurimento, não deixando dúvidas acerca dos limites legais e constitucionais de uma matéria, algo que certamente impede a realimentação do sistema, trazendo a eficácia. Sendo a socialização uma dinâmica viva e complexa, ela está à mercê do progresso ou regresso de acordo com as forças dominantes que desejam ir para um ou outro lado. No entanto, tal movimento é evidência de uma sociedade que discute seus problemas, formando novas ideologias, novos signos, através da mudança das condições materiais da realidade.

O signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados”. Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a “ideologia do cotidiano, que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> CHAUÍ, Marilena. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, p. 91.

<sup>47</sup> BAKHTIN. Mikhail Mikhailovich. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.16.

A ideologia da eficiência, portanto, é um conjunto lógico e sistemático de ideias e valores que inculcam socialmente nos magistrados o modo como devem agir e pensar na execução de seus trabalhos e que esconde os processos de dominação existentes por detrás da imposição de metas, que possuem consequências diretas na promoção dos juízes e desembargadores aos Tribunais Superiores, fazendo acreditar que todos trabalham para a construção de uma sociedade mais justa e digna, pautada pela ética e pelo progresso social, totalmente lastreado pelos ideários democráticos.

Com a ideologia da eficiência, não se está somente buscando uma melhor operacionalização do Poder Judiciário através de práticas que conduziriam a um objetivo comum, por detrás do discurso da eficiência, notamos diversos elementos que fazem deste signo um instrumento de dominação. Em primeiro lugar, a eficiência não é observável no mundo, ela é uma construção humana, logo, tudo o que é eficiente possui essa característica em função de uma premissa estabelecida previamente pelo homem. Julgar mil processos no mês não é eficiente ou ineficiente por si só, mas ganha este adjetivo em função do discurso daquele que instituiu o “marco mil” como sendo a fronteira entre o ineficiente e o eficiente.

Constata-se, com isso, que para haver eficiência ou ineficiência, é preciso antes haver um acordo sobre qual será o marco da “eficiência”. Nesse sentido, para se estipular o marco, há agentes que participam dessa definição e agentes que não participam, logo, há necessariamente uma hierarquia entre aqueles que criam o marco e aqueles que agem em função dele. Uma vez estipulado o marco, para aqueles que agem em função do marco estabelecido, não lhe restam alternativa senão articular estratégias de meios e fins para alcançar a meta, enquanto que para os que estipularam a meta cabe apenas observar e, ao final, separar os agentes “eficientes” dos “ineficientes”, muitas vezes com discursos meritocráticos, com prêmios, ascensão hierárquica etc. A eficiência, assim, se traduz em instrumento de dominação, utilizado para a conquista e manutenção da posição de poder.

### **1.3.EFICIÊNCIA: UM PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO NA ORDEM DO DISCURSO**

“Você não tem por que temer começar, estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está nas ordens das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele advém”.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 7.

A análise do discurso será de grande proveito para fecharmos o primeiro capítulo deste trabalho. Até aqui, observamos que a eficiência ela mesma, não é observável no mundo, ou seja, não é uma lei natural, mas sim uma criação humana que tem como finalidade implantar um modo de comportamento diante do tempo universal, com vistas sempre à produção de produtos e serviços na sociedade capitalista. Falar de eficiência sem mencionar o capitalismo é não falar de eficiência, posto que a eficiência é pressuposta do desenvolvimento do sistema econômico, que reverbera suas práticas e ideologias em outros campos sociais, como o Judiciário.

Nesse aspecto, o discurso se torna tema fundamental, pois é através dele e com ele que a ideologia é formada e disseminada, posições de poder são conquistadas e mantidas e agentes são condicionados a agir de uma maneira pré-estabelecida, tirando-lhe um pouco da liberdade de realizar uma determinada tarefa ao modo que sua consciência acredita ser a melhor forma, fazendo deste agente apenas uma peça instrumental adestrada para cumprir uma função com vistas ao atingimento de um objetivo maior e do qual não tem consciência plena.

O poder do discurso, bem como o poder ele mesmo, são observáveis em todos os aspectos da vida social: na família, onde o chefe possui o poder de dizer quais são os valores daquela família, como os filhos devem se comportar, bem como se podem ou não ir para um determinado lugar; na universidade, onde a princípio o professor exerce uma função de poder por deter o conhecimento e um repertório mais amplo do que o do aluno; na relação de emprego, onde o dono do capital detém a última palavra sobre o que produzir, onde e de qual maneira; na academia, a relação de poder também é observável, seja na adequação dos trabalhos do mestrando a uma linha de pesquisa pré-determinada ou, até mesmo, em certos casos, na punição do mestrando em razão de heresias contra o pensamento defendido pelo professor, que supostamente seria o correto, não por conta da materialidade do seu pensamento, mas sim em razão da posição de poder que ocupa, o tornando “detentor do discurso verdadeiro” e “defensor da ética”.

Tanto ao profeta quanto ao demagogo cabe dizer: “Vá à rua e fale em público”, o que vale dizer que ele fale em lugar onde possa ser criticado. Numa sala de aula, enfrenta-se um auditório de maneira inteiramente diversa: o professor tem a palavra, mas os estudantes estão condenados ao silêncio. As circunstâncias pedem que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira e que nenhum dos presentes a uma sala de aula possa criticar o mestre. A um professor é imperdoável valer-se de tal situação para buscar incutir,



em seus discípulos, as suas próprias concepções políticas, em vez de ser útil, como é seu dever, através da transmissão de conhecimentos e experiência científica.<sup>49</sup>

Nota-se que o poder não emana somente do Estado por meio das Leis – o poder que consideramos como “oficial” –, mas sim de diversas camadas da sociedade, como instituições religiosas, acadêmicas e econômicas, através de práticas reiteradas que se consolidam através do tempo e que podem ser modificadas em razão das forças socializadoras do campo, para além das balizas jurídicas – e que se encontram na microesfera, na zona periférica do poder central e oficial. Nessa toada, se apoderar do discurso é exercer o poder, de tal maneira que o discurso tem uma função de controle, de limitação, de imposição de regras que tem por finalidade mascarar as relações de poder que existem em vários aspectos da vida social, já que se traduzem em atos de força mascarados sob o manto de uma “verdade” que deve ser acatada e levada adiante por aqueles que vivem em sua função.

Nesse sentido, Michel Foucault (1926 – 1984) , na sua *arqueologia do saber*, se dispôs a analisar o poder não de forma central (proveniente do Estado) ou de sua titularidade, ou seja, quem de fato detém o poder, mas sim a manifestação do poder nas relações sociais periféricas, capilarizadas na dinâmica da sociedade, de tal maneira que seu pensamento será de grande proveito para nós e nas maneiras de se considerar a conjuntura de existência do Poder Judiciário inserido nesta realidade.

Não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.<sup>50</sup>

Com Bakhtin, vimos que a palavra nasce na interação social e em razão dela; a palavra é o elo que aproxima os indivíduos em busca do aperfeiçoamento do convívio social. O discurso, assim entendido como uma prática social plenamente humana – criado, tal qual a palavra, o signo e a eficiência –, relaciona a língua com outras práticas no campo social, construindo o discurso nestes

---

<sup>49</sup> WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo: Editora Pensamento/Cultrix, 1967, p. 39-40.

<sup>50</sup> FOUCAULT, Michel. *Soberania e Disciplina*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1979, p. 182.

moldes. Em outros termos, o discurso tem por objetivo enunciar uma percepção da realidade, bem como imputar certo comportamento a um indivíduo ou grupo de indivíduos, estabelecendo, assim, uma relação de poder.

O discurso legítimo, aquele reverenciado e temido, é objeto de luta constante pela sua posse, pois aquele que o detém, detém o poder, bem como as regras pelas quais o discurso será criado e disseminado em um determinado campo social, quais objetos serão legítimos de discussão, quais serão excluídos, quem estará legitimado a se pronunciar e o que será entendido como verdadeiro ou falso, ou seja, o “verdadeiro” aqui é entendido como o discurso socialmente aceito, a verdade socialmente admitida.

Desde os sofistas, o discurso é empregado para manipular as massas através da retórica, induzindo, manipulando, corrompendo os ouvintes a aplaudirem ideias com premissas falaciosas e sem comprometimento com a verdade, sendo que dessa prática não há qualquer dissociação com o exercício do poder, muito pelo contrário, ambas estão intimamente relacionadas.

Analisar o discurso, desta feita, é ir além da própria materialidade do discurso e dissecar os elementos sociais que mascaram sua aparente imparcialidade e pureza. Sempre que algo é dito, é dito em uma circunstância histórico-social específica e com vistas a conquistar o objeto de desejo. Ou seja, o discurso terá como finalidade justificar aquilo se busca alcançar: enquanto dominado, o discurso terá fins e conteúdos subversivos, mas enquanto dominante, fins e conteúdos conservadores. O discurso não é apenas a máscara do desejo, mas também o próprio objeto do desejo.

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.<sup>51</sup>

Michel Foucault nos traz diversos elementos, internos e externos, para analisar o discurso e como este está relacionado ao exercício do poder. Para nós aqui, entretanto, daremos mais atenção aos procedimentos externos de exclusão, que podem ser de três ordens, de acordo com o autor: a interdição ou proibição; a separação ou rejeição e a “vontade de verdade”<sup>52</sup>. Esses são três

---

<sup>51</sup> FOUCAULT, Michel. **Ob. Cit.** São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.

<sup>52</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **Ob. Cit.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

elementos externos que manipulam o discurso, que excluem o que está fora do padrão discursivo ou não condizem com as regras impostas ao sujeito. Cabe-nos, portanto, analisar a eficiência da justiça de acordo com esses três sistemas externos de exclusão.

A interdição ou proibição se refere a outros três procedimentos específicos, quais sejam, o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado do sujeito que fala. Com o tabu do objeto, Foucault quer dizer temas que estão proibidos de se falar livremente sem algum tipo de punição jurídica ou moral daquele que o enuncia, e coloca como suporte dois grandes temas: a sexualidade e a política. O tabu do objeto, então, se traduz no se calar diante daquilo que se pensa sobre um determinado tema.

A separação ou rejeição é entendida como a desconsideração completa do discurso enunciado, posto que não condiz com as “regras impostas” do discurso socialmente aceito. Aqui, Foucault faz uma relação com a oposição “razão e loucura”, onde, desde a Idade Média, o discurso do louco é aquele que não é ouvido, sendo o discurso do louco a própria fundamentação de sua separação, pois não carregada da “verdade” socialmente aceita<sup>53</sup>.

Por sua vez, a “vontade de verdade” pode ser entendida como um conjunto de discursos socialmente aceitos, acarretando na oposição verdadeiro e falso, sendo que sempre haverá por detrás do discurso tido por “verdadeiro” um suporte institucional para validá-lo e separá-lo do “falso”, tais como a fala de um professor, juiz, médico. Esse discurso “verdadeiro” que circula na sociedade é tido por absoluto, o que faz da oposição “verdadeiro” e “falso” um instrumento de controle social. Interessante notar como no pensamento foucaultiano existe uma diferenciação entre a “vontade de verdade” e a “coragem da verdade”, na qual o filósofo francês fez recair o termo grego “*parrhesía*”, a coragem de falar francamente, mas sem ser, por sua vez, centrado num controle social ou no falso:

O termo *parrhesía* está tão ligado à escolha, à decisão, à atitude de quem fala, que os latinos justamente traduziram *parrhesía* pela palavra *libertas*. O tudo-dizer da *parrhesía* tomou-se *libertas*: a liberdade de quem fala. E muitos tradutores franceses utilizam para traduzir *parrhesía* – ou traduzir *libertas* neste sentido – a expressão *franc-parler* (franco-falar), tradução que, como veremos, me parece a mais adequada.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> De tão profícuos que foram seus estudos acerca da loucura, o filósofo francês desenvolveu toda uma obra centrada no tema. (Cf. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978).

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006, pp. 450-1.

Dos três sistemas de exclusão, contudo, o que mais nos chama atenção é a “vontade de verdade”, posto que esta, de certa maneira, corrompe as demais para se justificar. A vontade de verdade do Judiciário, no que tange ao patrocínio da eficiência em detrimento da eficácia, se mostra um tema de extrema importância, pois o propósito deste trabalho é justamente descortinar esta “verdade” que os campos jurídico e acadêmico, de certa maneira, aplaudem.

Ao instituir metas para os magistrados, o Conselho Nacional de Justiça está partindo de uma premissa que toma como verdadeira, qual seja, a de que quanto mais rápido um processo percorrer as instâncias judiciais, melhor terá sido o trabalho deste órgão e assim estará cumprindo sua finalidade. Com a jurimetria, é possível descobrir os “gargalos” do sistema e a partir de políticas administrativas, corrigi-los. Tal narrativa é validada com números e estatísticas que formam uma narrativa de que a eficiência é o caminho pelo qual o Judiciário está cumprindo sua finalidade, principalmente quando esses números mostram uma espécie de “progresso” em relação ao ano anterior.

Notamos, portanto, que existe um discurso de “verdade” no Judiciário e ele se chama “eficiência”, termo capitalista importado do campo econômico para formar uma narrativa que serve mais para controle dos magistrados do que para alcançar a finalidade teleológica do Poder Judiciário. Nesse sentido, a narrativa da eficácia ou outra qualquer se traduz como o “falso” e logo é enxotada pelos mecanismos de controle, posto que não pode ser “medida” objetivamente com números e estatísticas.

O discurso da eficiência como “vontade de verdade” é apoiado institucionalmente pelo Poder Judiciário, em especial pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo que tudo o que é analisado e estudado, bem como as estratégias que serão implementadas, são realizadas em função de patrocinar e fortalecer a eficiência (ou o que se entende por eficiência diante de um discurso pré-estabelecido). A eficiência, ela mesma, como afirmado, não é uma lei natural, não é observável no mundo, ela é uma criação humana, que tem como única finalidade utilizar os recursos materiais e humanos para produzir mais em menos tempo.

Sendo uma criação humana com vistas à produção, a eficiência é um instrumento de controle, posto que ao dominante cabe estipular a fronteira entre o eficiente e o ineficiente e ao dominado, apenas utilizar sua força e razão para satisfazer a meta estabelecida. O controle e a relação de poder saltam aos olhos no discurso da eficiência. E como sistema de exclusão do discurso, essa “vontade de verdade” deslegitima qualquer iniciativa de encarar o problema do

Judiciário sob outro ponto de vista, uma vez que já há no campo um discurso socialmente aceito, qual seja, o da eficiência.

O discurso da eficiência é ele mesmo eficaz porque não tem fim, pode ser utilizado eternamente no campo de forma “eficiente”, uma vez que, por não se atentar ao efeito das decisões na sociedade, o sistema sempre será realimentado, o que dará ensejo a novas metas, arbitrariamente estipuladas, posto que não há um consenso matemático ou científico sobre qual a fronteira do eficiente, ou seja, eficiente é aquilo que o dominante que estipulou a meta diz que é. Assim, esse tipo de discurso se mantém vivo em razão da sua ineficácia prática, mas que ao mesmo tempo é eficaz em ser utilizado como um discurso de controle, de imposição de limites, de estipulação de metas.

O discurso da eficiência não tem somente efeito na instituição do Poder Judiciário, ele se irradia para seus integrantes e para toda a sociedade. Com ele, controla-se a pessoa do magistrado, ou seja, impõe-se ao seu corpo um determinado comportamento que por vezes extirpa seu próprio modo de conduzir o processo. Em oposição entre fazer um trabalho analítico, de ponderar as estratégias de decisão, de redigir uma decisão com o rigor técnico e jurídico que se exige, e cumprir uma meta pré-estabelecida, o magistrado volta-se para esta última, abrindo mão de sua personalidade e de sua liberdade de conduzir o processo para satisfazer um desejo que lhe foi imposto.

Por detrás da meta, escondido nas entrelinhas, há uma punição escondida, ou seja, se o Conselho Nacional de Justiça determina que se efetue o julgamento de mil processos por mês, o que está implícito é que se a meta não for cumprida haverá uma punição, caso contrário estipular a meta não terá nenhum efeito, nenhuma eficácia, ou seja, para o discurso da eficiência funcionar, ele precisa de mecanismos que o tornem eficazes, isto é, que cumpram sua finalidade, mas quando se trata da eficiência do próprio Poder Judiciário, curiosamente, não há qualquer compromisso com a eficácia – a verdadeira eficácia, não aquela revestida de falsidade –, num paradoxo que só pode ser explicado na relação de poder.

A vontade de verdade, para Foucault, se traduz em um sistema de exclusão que tem por finalidade desconsiderar tudo aquilo que for de encontro a uma “verdade” estabelecida e socialmente aceita, através de práticas reiteradas e validadas por instituições sociais que legitimam esta verdade, tal como o faz o Conselho Nacional de Justiça, os dominantes do campo jurídico e a academia. Assim, relatórios são produzidos e pesquisas são realizadas tendo em vista o estudo da

eficiência enquanto ela mesma, ou seja, enquanto modo de se comportar diante do tempo universal de certa forma “único” ou “absoluto”, criando assim discursos que encontram abrigo no discurso de “verdade” produzido, aceito e imposto pela própria instituição.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.<sup>55</sup>

Falar de outro modo de comportamento diante do tempo universal que não a eficiência, se caracteriza como um tabu do objeto proposto por Foucault, pois vai de encontro à prática adestrada e ao discurso socialmente aceito no campo, seja no jurídico ou no acadêmico. Nesse sentido, no que tange o campo acadêmico, linhas de pesquisas já são articuladas tendo em vista o discurso de “verdade” sobre eficiência, sobre aquilo se espera ouvir sobre eficiência e que estão embasados em doutrinas dominantes e institutos próprios que fazem com que o indivíduo se cale diante do objeto, que aceite tais premissas como verdadeiras para poder ingressar no campo e a partir dali construir seu capital.

O ritual da circunstância, como um segundo sistema de interdição, pode ser entendido como o fato de que certas enunciações só podem ser proferidas em determinadas circunstâncias, ou seja, não se pode falar de tudo o que se quer a todo momento, pois se manifesta no indivíduo uma censura moral que o impede de levantar a questão naquela dada circunstância.

Neste ponto vemos uma ligação com os estudos da filósofa alemã Elisabeth Noelle-Neumann, que trabalhou esta questão em sua obra intitulada *Espiral do Silêncio*. A expressão vem nos ensinar que as pessoas possuem certo “instinto” para identificar a opinião pública majoritária em certos espaços por elas frequentado. Com esse “instinto”, somado ao medo da censura e do isolamento, o indivíduo tende a se calar sempre que identificar que a opinião majoritária (potencializada pelas mídias) estão distantes da sua opinião individual, tomada por minoritária, reduzindo assim as chances da pessoa expressar sua opinião em público, silêncio este que

---

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. **Ob. Cit.** São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 17.

“contamina” as pessoas ao redor, pois ao ver um se calar o outro também se cala, formando uma “maioria silenciosa” na espiral do silêncio<sup>56</sup>.

Este particular sistema de interdição, levando em consideração a “vontade de verdade”, faz potencializar seu efeito, posto que para um tema não tido como amplamente aceito, dificilmente haverá a circunstância ideal para pronunciá-lo, levando ao silêncio e consequentemente à manutenção das posições tal como estão. Se a “vontade de verdade” tem como objetivo separar o “verdadeiro” do “falso”, ao patrocinar esta “verdade”, impede-se cada vez mais que uma voz dissidente surja, pois nunca haverá a circunstância propícia de se propor uma nova ideia sem antes atravessar as barreiras de exclusão ou cair na espiral do silêncio.

Outro sistema de interdição observável no discurso da eficiência é o direito privilegiado daquele que fala, ou seja, para que tal enunciado seja tomado por verdade e, portanto, obedecido e temido, ele deve se originar de um agente que possui uma espécie de pertencimento institucional que tenha o poder de legitimar o discurso. Assim, a meta só é mandamento e discurso de “verdade” porque proferida por agentes que integram o Conselho Nacional de Justiça, fora dessa circunstância específica, a meta não teria força coercitiva.

No sistema de interdição que opõe razão e loucura podemos traçar um paralelo entre o discurso da eficiência, que seria a razão em virtude da vontade de verdade, e da eficácia, que seria o oposto, a loucura, mas não em razão de seus fundamentos, mas sim porque não está de acordo com a “vontade de verdade” produzida pelo Judiciário, fazendo da eficácia, que pode ser entendido como qualquer discurso contrário à “verdade” pré-estabelecida, como uma heresia que deve ser calada e isolada a fim de manter intacta “a verdade” do discurso da eficiência defendido pelos integrantes do Judiciário e da academia, que legitimam seu discurso e sua disseminação.

Nota-se, destarte, que os três sistemas de interdição se complementam e se reforçam para excluir os discursos que não estejam de acordo com essas premissas estabelecidas, bem como para constranger os agentes a se policiarem antes de proferir discursos que sabem serão anulados, tornando-os silentes diante do poder, pois as instituições estão aí para desconsiderar qualquer proposta que esteja em dissonância com a “vontade de verdade” do Poder Judiciário, o que nos permite concluir que, na ordem do discurso, o discurso da eficiência é uma ferramenta de

---

<sup>56</sup> NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio – Opinião Pública: Nosso Tecido Social**. Santa Catarina: Editora Estudos Nacionais, 2017.

dominação dos corpos, que são adestrados e compelidos a ter um comportamento diante do tempo universal que seja compatível com os anseios dos dominantes.

Nessas páginas, vimos que a eficiência está intimamente ligada ao modo de produção de bens materiais capitalista, se traduzindo em um modo de comportamento diante do tempo universal, pois traz em si a ideia de utilizar as ferramentas de tal maneira a produzir mais em menos tempo. Destacamos também que eficiência e eficácia possuem definições distintas, bem como momentos de incidência distintos, fazendo-se imperioso começarmos o trabalho com a distinção destes dois termos. Passamos pela própria filosofia da linguagem, onde a palavra se torna o signo ideológico por excelência, ou seja, que representa algo que extrapola o significado literal da palavra, incorporando-a com valores axiológicos que só tem validade no campo em que é utilizado. Por fim, vimos que este signo ideológico faz parte de uma relação de poder, empregado através de discursos que possuem uma ordem e rigor próprios, excluindo todos os demais que estiverem em dissonância com as regras do discurso previamente estabelecidas. Na oposição eficiência/eficácia, afirmamos que a eficácia seria mais condizente com a finalidade teleológica do judiciário, afirmação esta que nos exige um capítulo à parte, uma vez que iremos nos debruçar em questões puramente filosóficas.

A eficiência, tal como entendida pelo Conselho Nacional de Justiça, se traduz em uma moral pragmática, isto é, avalia o valor moral da conduta em razão do resultado almejado (a meta). Por outro lado, a eficácia, por ser entendida como o efeito que uma decisão gerou na sociedade, se traduz em uma moral utilitarista, pois avalia o valor moral da conduta em razão do efeito benéfico que tal conduta gerou na sociedade, que será tanto melhor quanto mais pessoas se beneficiarem dela. E é neste ponto, entendemos, que reside a finalidade teleológica do Poder Judiciário. Um Poder que tem por finalidade dirimir os conflitos sociais, seria mais prudente para este Poder pautar-se pela eficácia do que pela eficiência, ou não? É o que veremos no capítulo seguinte.



## CAPÍTULO II

### 2.1. A TELEOLOGIA DO PODER JUDICIÁRIO

Cronos, após assumir o poder, se mostra tão despótico quanto Urano, seu pai. Cronos engolia seus filhos tão logo estes atingissem a altura de seu joelho. E por serem todos Deuses, ou seja, por não se caracterizarem pela finitude, continuavam vivos dentro de Cronos. Reia, juntamente com Gaia, articularam um plano para esconder o último filho em seus grotões, dando a Cronos pedras enroladas em mantas para enganá-lo. Nos grotões de Gaia, o último filho – Zeus – é alimentado pela ambrosia produzida pela cabra *Aix*, da ninfa *Amalteia*, dando a Zeus todos os nutrientes necessários para se tornar um Deus extremamente poderoso. Já adulto, Zeus, contra a vontade de sua mãe, enfrenta seu pai. Disfarçado, Zeus dá a ele uma poção que o faz vomitar seus filhos, o que permitiu o acontecimento de uma guerra conhecida por *titanomaquia*, isto é, a guerra entre a primeira geração dos Deuses – os Titãs – e a segunda – os Olímpianos.

No final os Olímpianos vencem a guerra, tornando-se Zeus o Deus Supremo. E com sua autoridade divina distribui o universo para seus subordinados, entregando os oceanos a Poseidon, o céu a Urano, a terra a Gaia, o submundo a Hades e assim sucessivamente, empregando ordem onde havia caos e guerra. Com essa ordem sobreveio o tédio, pois nada de excitante acontecia no mundo, tudo estava em perfeita harmonia. Como diversão para os Deuses, Epimeteu pediu a Zeus para criar os mortais, e com sua bênção levou vários atributos para criar os animais e os humanos. Epimeteu criou todos os animais, distribuindo vários atributos dados pelos Deuses: a uns deu a velocidade, outros chifres, outros as asas, outros ainda garras e dentes afiados. Empolgado com a tarefa, Epimeteu gastou todos os atributos divinos para criar os animais, não restando nada para a criação dos homens. Recorreu então a seu irmão, Prometeu, que em uma atitude audaciosa, roubou o fogo e a astúcia dos Deuses e os entregou aos homens. Irritados com a atitude de Prometeu, os Deuses o acorrentam no alto de um penhasco onde todos os dias uma águia viria para comer seu fígado<sup>57</sup>.

Essa narrativa, proporcionada pela mitologia, nos mostra que o Tempo é um tirano – e aqui deixamos de forma proposital a grafia iniciada com letra maiúscula. Tudo está sob seu poder. E para dominá-lo, é preciso a colaboração harmoniosa entre diversas forças para ser suficiente dar

---

<sup>57</sup> Cf. HESÍODO. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

cabo da tirania imposta pelo universo, dando lugar a um espaço onde cada um pode exercer com excelência os seus atributos naturais através de uma ordem preestabelecida. Outra observação é a de que, por uma ignorância de Epimeteu, o homem se viu despojado de atributos que satisfariam completamente a existência, precisando trabalhar para poder sobreviver.

O homem também é a única espécie animal pobre em instinto, ou seja, o homem necessariamente precisa do outro para viver e sobreviver, o que nos leva a concluir que a Ética é uma atividade estritamente humana, voltada para a deliberação de como a convivência poderá ser a melhor possível. Cumpre esclarecer que ética é diferente de moral; nesta há uma deliberação interna livre de qualquer repressão, naquela, há uma deliberação coletiva sobre os princípios que irão nortear a convivência<sup>58</sup>.

Neste segundo capítulo, cumpre-nos discorrer acerca dos problemas éticos existentes com a escolha da eficiência ou da eficácia para o cumprimento da teleologia do Poder Judiciário, bem como definir qual seja essa teleologia. São questões pertinentes, visto que ao homem é dada a liberdade de deliberar e escolher – dentre as inúmeras possibilidades – a melhor forma de viver e conviver e o fato de que para investigar se algo está cumprindo seu papel, o primeiro passo é descobrir qual seria supostamente esse papel. Sempre que se escolhe algo, está-se automaticamente excluindo o seu contrário, ou seja, ao se escolher a coragem, descarta-se a covardia, ao se escolher a sabedoria, descarta-se a ignorância, ao se escolher a saúde, descarta-se a enfermidade, ao se escolher a eficiência por si só, descarta-se a eficácia, como visto no capítulo primeiro em que tratou-se dos conceitos literais.

Para que uma escolha seja tomada, é necessário partir de uma referência que irá nortear e justificar a conduta, o que dá lugar, na história do pensamento, a um debate infinito, pois essas referências podem ser relativas a entidades imanentes ou transcendentais ao homem e ao mundo. Neste capítulo iremos abordar apenas alguns, de forma pontual e restrita, a fim de problematizar o objeto de estudo da maneira mais aprofundada possível. Para descobrir a teleologia do Poder Judiciário será usado como suporte o pensamento grego. Para problematizar as questões éticas, as filosofias de ordem consequencialista, conhecidas como pragmáticas e utilitaristas.

---

<sup>58</sup> E neste sentido podemos citar os ensinamentos do professor Eduardo Bittar: “a ética encontra na mais robusta fonte de inquietações humanas o alento para sua existência. É na balança ética que se devem pesar as diferenças de comportamentos, para medir-lhes a utilidade, a finalidade, o direcionamento, as consequências, os mecanismos, os frutos... Se há que se especular em ética sobre alguma coisa, essa ‘alguma coisa’ é a ação humana. O fino equilíbrio sobre a modulação e a dosagem dos comportamentos no plano da ação importa à ética”. (BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Ética Jurídica: Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 3).

Tais escolhas se referem basicamente à relação entre as filosofias escolhidas e o objeto que se está a analisar neste trabalho, o que passa necessariamente pelo repertório e trajetória do investigador. O resultado da pesquisa traduz, necessariamente, uma síntese destes dois elementos, ou seja, mudando-se o autor/investigador, muda-se o entendimento do objeto – e mesmo do seu objetivo –, bem como as premissas pelas quais a investigação irá ser conduzida. O que se procura esclarecer é que as conclusões tiradas de uma investigação dependem mais do olhar daquele que interpreta do que propriamente do objeto interpretado. O presente trabalho reflete apenas um ponto de vista sobre a questão da eficiência do Poder Judiciário e não possui nenhuma pretensão de se tornar uma “verdade” acerca do objeto.

## 2.2. O PENSAMENTO GREGO

O pensamento filosófico rompe com a mitologia justamente por implementar características estruturalmente racionais acerca das questões da humanidade, apoiados na lógica e em premissas universais. Platão nos dá como referência o mundo das ideias, o mundo das formas perfeitas, atingida apenas pelo exercício da alma. Platão pode ser considerado um dualista, ou seja, o mundo, o homem e o conhecimento são formados por duas instâncias diferentes. O dualismo metafísico nos ensina que existem dois mundos, o mundo sensorial e o mundo das ideias. O sensorial é constituído pelas coisas na sua particularidade, na sua accidentalidade, enquanto que o mundo das ideias é constituído pelas formas perfeitas destas mesmas particularidades, num outro plano<sup>59</sup>.

A alegoria da caverna nos esclarece esse ponto<sup>60</sup>. Por detrás de toda a sombra existe sua forma ideal: se existe atleta no mundo sensível, existe o atleta ideal; se existe professor no mundo sensível, existe professor ideal; se existe Judiciário no mundo sensível, existe Judiciário ideal. O mundo sensível, portanto, está em constante modificação, deixa de ser a cada instante, enquanto que a sua ideia é única e eterna. A sombra da caverna é o mundo sensível, sendo que somente pela

---

<sup>59</sup> Para bem sintetizar o pensamento de Platão, podemos colocar da seguinte maneira: “Contra o sensualismo, Platão afirma a realidade das *Ideias*, essências universais apreendidas pelo espírito, formas puras eternas, modelos das ideias humanas. Elas não poderiam existir no sensível, onde tudo é singular e mutável; devemos supor, portanto, que existe um mundo inteligível supra-sensível. O mundo sensível é feito das aparências do mundo inteligível com o qual mantém uma relação de *participação*: o sensível participa da Ideia na medida em que a Ideia, seu modelo, lhe proporciona o ser e a determinação”. (BARAQUIN, Noëlla; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário Universitário dos Filósofos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 237).

<sup>60</sup> Cf. PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, (livro VII).

aprimoração da alma – principalmente através do exercício da matemática, que é puramente abstrata – é possível conhecer a realidade, o mundo das formas perfeitas, o mundo ideal.

O dualismo epistemológico se refere às duas espécies de conhecimento: aquele obtido pelo mundo das ideias – a *episteme* – e o conhecimento obtido pelas experiências sensoriais – a *doxa*. Apesar de reconhecer que a *doxa* é um conhecimento politicamente forte, Platão o considerava um equívoco, pois filosoficamente pobre. O homem, por sua vez, também está dividido em dois. O dualismo antropológico nos mostra que o homem é constituído de corpo e alma: O corpo é accidental, finito, a alma é a essência, é eterna; o mundo das formas ideais é acessível somente pela alma, com a apropriação do conhecimento “matemático-filosófico”, enquanto que o corpo foi feito para o mundo das coisas sensíveis, o mundo das aparências.

De acordo com o pensamento platônico, o importante a se conhecer é a forma perfeita, a essência, ou seja, aquilo que sem ela a coisa não seria o que é. Nesse sentido, cumpre-se conhecer a essência do Poder Judiciário, ou seja, aquilo que faz dele o que ele é, pois aí estará algo que se aproxima ou que representa sua finalidade. Pensamos que a essência do Poder Judiciário está no seu poder de fazer cumprir suas decisões através da interpretação e aplicação das leis. No poder cogente do Judiciário reside a sua essência, pois é através dele que este Poder do Estado põe fim a um litígio, punindo o transgressor com uma pena determinada ou mesmo decidindo sobre a melhor interpretação de uma norma ou princípio. Esta característica fundamental faz os jurisdicionados procurarem este Poder específico do Estado para solucionar os diversos conflitos que podem surgir na sociedade. Por diversos motivos, a sociedade busca uma autoridade que possa dar fim ao conflito e, especificamente no caso da Modernidade, esta identifica o Poder Judiciário como órgão legítimo para apreciar suas demandas.

Como visto no capítulo anterior, a eficiência se traduz em conseguir realizar uma determinada tarefa com o mínimo de esforço, o que atualmente para o Poder Judiciário significa julgar um determinado número de processos para “desafogar” o sistema<sup>61</sup>. Não parece que esta atividade esteja próxima de sua essência – que é o poder de resolver um conflito –, uma vez que não há relação entre a rapidez de uma decisão e seu efeito desejado, uma vez que um não é pressuposto do outro. Pode-se conseguir uma decisão em uma hora, no final de uma tarde, em um dia ou em uma semana, mas isso não garante que ela seja justa, boa, adequada, suficiente para

---

<sup>61</sup> E para todos os efeitos consideramos “desafogar o sistema” aquilo que se refere às metas de julgamento das diversas justiças que compõem o Poder.

resolver os conflitos sociais e que seja, portanto, eficaz. A conduta eficiente por si só não garante que o sistema não seja realimentado<sup>62</sup>.

Por outro lado, a eficácia, como visto, se traduz na segurança do bom resultado, na infalibilidade da conduta<sup>63</sup>. Partindo da premissa de que a essência do Poder Judiciário é o poder de resolver os conflitos sociais, a conduta eficaz é a que mais se aproxima de sua essência, pois ela só é atingida após a interpretação das Leis e da Constituição de forma exaustiva, duradoura, mesmo que comprometa a eficiência, pois é da essência do Poder Judiciário interpretar a ordenação jurídica com o fim de resolver o conflito social, não se comportar como uma linha de produção jurídica, onde supostamente quanto maior o número de sentenças produzidas, melhor o desempenho do Judiciário, algo que, no nosso entender, se torna fundamental quando analisamos a importância do princípio da proporcionalidade como fundamento dos princípios nas democracias, para além de nossa própria compreensão atual.

A ideia de proporcionalidade revela-se não só um importante — o mais importante, por viabilizar a dinâmica de acomodação dos princípios — princípio jurídico fundamental, mas também um verdadeiro *topos* argumentativo, ao expressar um pensamento aceito como justo e razoável de um modo geral, de comprovada utilidade no equacionamento de questões práticas, não só do direito em seus diversos ramos, como também em outras disciplinas, sempre que se tratar da descoberta do meio mais adequado para atingir determinado objetivo.<sup>64</sup>

Pensar a proporcionalidade, no atual estado de coisas — muitas vezes um estado inconstitucional de coisas — é pensar em novas possibilidades à democracia, algo necessário para o que se apresenta na atualidade, que seja pensada a nível global ou em nossa realidade igualmente pluralista brasileira. De igual valia é de se identificar uma forma e modelo de atuação do Poder

---

<sup>62</sup> Sobre este tema, ver quadro explicativo na página 21 deste trabalho.

<sup>63</sup> Devemos entender, para tanto, a importância do princípio da proporcionalidade na construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, o que se alia ao que já consideramos, de forma inicial, sobre a necessidade de uma real Corte Constitucional no Brasil. Assim, temos por preciso, outra vez mais, os ensinamentos do professor Willis Santiago Guerra Filho: “a democracia, por seu turno, representa o reconhecimento de uma igual *dignidade* em todas as pessoas, individualmente, a ser acatada no convívio social. Essa dignidade não pode ser sacrificada em nome da segurança, na hipótese de um confronto entre dois valores, o que pode ocorrer com frequência, embora a garantia de segurança seja essencial para haver respeito à dignidade humana. Cabe, porém, distinguir entre a segurança individual e a segurança coletiva, enquanto essa, por sua vez, pode ser a segurança de uma parte ou grupo da sociedade, como a segurança dessa mesma sociedade, como um todo”. (GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Ob. Cit.** São Paulo: RCS Editora, 2007, pp. 156-7).

<sup>64</sup> GUERRA FILHO, Willis Santiago. *O princípio constitucional da proporcionalidade*. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas/SP, n. 20, pp. 85-89, jul./set. 2002. Disponível em <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/109032/2002\\_guerra\\_filho\\_willis\\_principio\\_constitucional.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/109032/2002_guerra_filho_willis_principio_constitucional.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 27.jan.2019.

Judiciário, tão necessário em questões fundamentais e de garantias constitucionais que coloca em xeque sua atuação e seu próprio legado.

Por isso, investigando um pouco mais sobre a teleologia do Poder Judiciário, podemos recorrer agora aos ensinamentos de um dos discípulos mais conhecidos de Platão: Aristóteles e, por ser discípulo, não significa necessariamente que compartilhava da mesma linha de pensamento que seu mestre. Enquanto que para Platão o conhecimento é obtido pelo acesso da alma ao mundo inteligível, Aristóteles acreditava que para conhecer a verdade bastaria olhar para as próprias coisas do mundo, ou seja, o conhecimento seria obtido através de um método contemplativo, pois através da contemplação seria possível observar a existência de uma lógica anterior e independente do homem. A verdade das coisas estaria no próprio mundo material, não em um mundo metafísico, como idealizado por Platão; tudo o que existe, existe na sua forma ideal e por uma razão, para cumprir uma finalidade. O que estaria por trás das particularidades, das aparências do mundo, seria uma ordem cósmica.

Apoiado na botânica, Aristóteles constrói sua Ética – e como em outro trecho, aqui igualmente grafado em maiúscula de forma proposital –, saber prático que se dá com o conhecimento e desenvolvimento das próprias virtudes: assim como uma muda tem potencial de se tornar uma grande árvore, se plantada no local certo e cultivada habitualmente, o homem também possui suas potências, devendo viver a vida de tal maneira a descobrir essa potência e conhecer as condições ideais para que esta potência seja desenvolvida, praticando-a de forma excelente com habitualidade, o que Aristóteles chamou de *Eudaimonia*, ou seja, felicidade, uma vida vivida de acordo com suas potências e finalidades. A Ética, portanto, se traduz em um saber prático com vistas a investigar os elementos que fazem com que a vida seja boa.

A partir dessas premissas se conclui que o bem humano é o exercício ativo das faculdades da alma humana em conformidade com a virtude, ou se houver diversas virtudes, em conformidade com a melhor e mais perfeita delas. Ademais, essa atividade deve ocupar uma existência completa, pois uma andorinha não faz verão, nem produz um belo dia; e, analogamente, um dia ou um efêmero período de felicidade não torna alguém excelsamente abençoado ou feliz.<sup>65</sup>

No pensamento Aristotélico, o Universo – *Cosmos* – é um todo finito e ordenado e cada parte desse todo possui uma finalidade específica que contribui para o bom funcionamento do todo, tal como um relógio, que possui diversas partes com funções específicas que são importantes e

---

<sup>65</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: EDIPRO, 2002, p. 51.

necessárias para o funcionamento do todo. Da mesma forma se constitui o corpo humano, constituído de diversos membros, órgãos e tecidos, onde cada um possui suas próprias finalidades que contribuem para o funcionamento de todo o corpo, que possui ele mesmo uma finalidade maior, da mesma forma que a filosofia contratualista – sobretudo com Thomas Hobbes – possibilita entendermos o Poder Judiciário como um membro do corpo que é o Estado.

Assim como cada órgão tem seu devido lugar e sua função característica no seio do organismo, também cada ser humano tem uma posição particular e um papel próprio na harmonia do grande todo. Aristóteles aplica esse modelo nos terrenos mais variados, mas antes de tudo, é claro, no da física: se os corpos pesados caem para baixo quando a queda não é entravada por nenhum objeto, é porque tendem a buscar o centro da terra, que é seu “lugar natural”, ao passo que as chamas e a fumaça, corpos leves, elevam-se para se aproximar do seu, que está no céu.<sup>66</sup>

Tomando o pensamento de Aristóteles como referência, pode-se estabelecer uma analogia útil para se descobrir o papel teleológico do Poder Judiciário. Assim como o *Cosmos* Aristotélico se constitui em um todo finito e ordenado, constituído de partes que possuem finalidades próprias e que o bem a ser perseguido por essas partes é o cumprimento de suas finalidades, da mesma maneira e também se constitui o Estado.

Podemos entender o Estado como um todo finito e ordenado: finito pelo seu território e ordenado pela sua Constituição, formado por partes que possuem uma finalidade específica para o bom funcionamento do todo. Observa-se que o Estado é formado de partes Políticas (Governo e Legislativo), Sociais (Povo) e Jurídicas (Direito/Judiciário), cada qual participando da vida democrática de acordo com a sua finalidade, cada qual com um papel específico, sendo que o objetivo de cada uma delas é cumprir a sua particular finalidade com excelência, com vistas a conquistar a felicidade – bem supremo para Aristóteles –, ou, mais especificamente, cumprir os objetivos da República traçados na Constituição Federal.

A habitual transgressão entre os entes do Estado é conhecida por crise institucional, ou seja, o desrespeito à ordem social e jurídica imposta pela Constituição. Cada Poder tem suas atividades típicas e atípicas, sendo que as primeiras são de sua essência, enquanto que as segundas, causalidades pontuais e restritas. No Estado Democrático de Direito – típico da Modernidade – há a clássica tripartição dos Poderes, necessária para impedir o abuso do poder, consequência natural de sua posse. Aristóteles foi o primeiro a enxergar sua importância na obra *A Política*, mas foi com

---

<sup>66</sup> FERRY, Luc. **A Mais Bela História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, p. 30.

Montesquieu que esta teoria ganhou aspectos propriamente científicos, em sua obra *O Espírito das Leis*.

A liberdade política só se encontra nos Governos Moderados. Mas ela não existe sempre nos Estados moderados. Ela só existe neles quando não se abusa do poder. Mas é uma experiência eterna que todo homem que tem poder é levado a abusar dele. Vai até encontrar os limites. Quem diria! A própria virtude precisa de limites. Para que não possam abusar do Poder, precisa que, pela disposição das coisas, o Poder freie o Poder.<sup>67</sup>

A finalidade do Poder Executivo, de uma forma simples, é governar dentro dos limites fixados pela Constituição Federal, administrar e executar as leis criadas pelo Poder Legislativo, e para cumprir essa finalidade, o governante deve agir com excelência habitualmente, ou seja, transformar sua potência em ato durante todo o mandato para se transformar no melhor governante possível, dentro de um espectro moralmente aceitável; ao Poder Legislativo cabe elaborar as Leis; cabe, portanto, ao Poder Legislativo, no cumprimento de sua finalidade e nos limites da Constituição Federal, se aproximar cada vez mais da sociedade, ter um diálogo constante para transformar os anseios e desejos da sociedade em leis, que serão tanto melhores quanto melhor for o relacionamento entre o povo e o Poder Legislativo.

Ao povo também é dada sua finalidade no *Cosmos* que constitui o Estado, podendo-se apontar como a mais abrangente das finalidades – além do exercício político da democracia através do voto direto – a organização da economia, a organização social do trabalho para o bom desenvolvimento do Estado. Aos indivíduos, nas suas particularidades, cabe descobrir o seu talento natural e desenvolvê-los com excelência habitualmente no mercado de trabalho. Assim, quem possui talento natural para ensinar deve ser professor, quem possui talento para atividades matemáticas deve ser engenheiro, quem possui talentos esportivos, deve ser um atleta. Com a livre iniciativa chancelada pelo sistema capitalista, permite-se no Estado Democrático de Direito a liberdade individual de aperfeiçoar os próprios talentos a fim de gerar emprego e renda, movimentando a economia.

O Poder Judiciário, por fim, também se constitui em um ente particular de todo e qualquer Estado – seja ele constituído enquanto “Democrático de Direito” ou como “Totalitário”, sendo que em ambos terá um papel fundamental a desempenhar: no primeiro, garantir os reais intentos

---

<sup>67</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: As Formas de Governo, a Federação, a Divisão dos Poderes**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 167.



democráticos e no segundo que a manutenção do Poder se mantenha, por meio de um discurso através das decisões, nas mãos dos dominantes –, e deste ente particular se espera o cumprimento de uma finalidade, qual seja, a solução dos conflitos sociais, através da interpretação e aplicação das Leis. Solucionar os conflitos de forma definitiva, duradoura, empregando uma interpretação das Leis e da Constituição de tal maneira que não gere ambiguidades, de tal maneira que as balizas constitucionais e legais estejam claramente delineadas para a boa aplicação. Nota-se que esta postura é diferente da esperada de um Poder Judiciário apenas eficiente, pois de nada adianta para o bom desenvolvimento nacional decisões casuísticas ou meramente políticas, mesmo que rápidas, eficientes. Não é esta a finalidade do Poder Judiciário.

Eis as funções precípua de cada um dos três poderes ineridos no Estado – e aqui não trazemos, conscientemente, uma quarta força dita por Montesquieu como sendo o “Conselho de Estado” e atrelado ao Poder Executivo – mantendo em sua conjuntura a típica tripartição dos poderes que conhecemos na atualidade.

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de Magistratura, o Poder Legislativo é reunido ao Executivo, não há liberdade. Porque pode temer-se que o mesmo Monarca ou o mesmo Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Também não haverá liberdade se o Poder de Julgar não estiver separado do Legislativo e do Executivo. Se estivesse junto com o Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o Juiz seria Legislador. Se estivesse junto com o Executivo, o Juiz poderia ter a força de um opressor. Estaria tudo perdido se um mesmo homem, ou um mesmo corpo de principais ou de nobres, ou do Povo, exercesse estes poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares.<sup>68</sup>

Nesse sentido, se a finalidade do Poder Judiciário, no todo que constitui o Estado, está em resolver os conflitos sociais através da boa interpretação e aplicação das leis, logo, o bem maior a ser perseguido pelo Poder Judiciário é a eficácia, uma vez que a eficácia é o efeito desejado de uma determinada conduta, ou seja, a resolução definitiva dos conflitos. A eficiência se constitui então como bem menor, isto porque visa apenas quantificar os processos que foram julgados em determinado tempo, e isso em nada contribui para a solução dos conflitos de forma permanente, a não ser como meio.

Um Poder Judiciário virtuoso seria aquele que cumpre a sua finalidade com excelência habitualmente, um Poder Judiciário que trabalha com vistas a se aperfeiçoar na sua virtude maior,

---

<sup>68</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Saraiva, 2008, pp. 169-70.

que é a de resolver os conflitos sociais. Para tanto, deve ser eficaz habitualmente através de suas decisões e para alcançar tal resultado seria necessário se debruçar nas questões mais complexas que afligem a sociedade e discuti-las ao seu exaurimento, proferindo uma decisão que estabeleceria de maneira universal as balizas constitucionais e legais de um determinado tema, pondo fim ao conflito.

Com a primazia da eficácia sobre a eficiência, o Poder Judiciário então estaria cumprindo seu papel com excelência, transformando sua potência em ato para cumprir sua finalidade, que é a de resolver os conflitos sociais com seu poder cogente, posto que não há outra entidade estatal com a “virtude” cogente que possui o Poder Judiciário; cabe apenas a ele esta tarefa no *cosmos* que constitui o Estado, que será tanto melhor desempenhada quanto mais eficazes forem suas decisões.

Atualmente, o Poder Judiciário se tornou o mediador da Política, o pai da Nação, quase nada é feito sem o seu consentimento (e o direito é chamado a tudo resolver). Com esta conjuntura, razoável esperar e exigir que o Poder Judiciário dê respostas rápidas aos anseios da sociedade, para que a demora não prejudique os negócios e a Política. O que se observa é uma inversão de papéis na estrutura do Estado: não é da natureza do Poder Judiciário mediar a Política com a frequência que se vê no Brasil, pois não é essa sua finalidade, como visto; esse papel cabe aos Poderes Legislativo e Executivo, Poderes que têm como finalidades a elaboração e execução das leis, através da Política.

Tal quadro distorcido é evidência de uma sociedade doente que passa por uma crise ética generalizada. A procura incessante do Poder Judiciário para resolver questões que poderiam ser resolvidas de outras formas, principalmente com a Política – ou de uma maneira mais evidenciada em nossa sociedade e, inclusive, incentivada pelo Código de Defesa do Consumidor, temos como a mediação e a arbitragem podem ser verificadas como novas formas de solução de conflitos sem a participação direta do Poder Judiciário –, mostra-se como uma das razões pelas quais a estrutura do Judiciário é ineficiente e ineficaz, pois corre com uma bola de ferro presa aos pés, perde seu tempo com questões menores quando deveria estar debruçado em questões profundas de interesse nacional. Naturalmente que suas decisões serão fracas, casuísticas. Se o Poder Judiciário está afogado de processos, a causa obviamente está em outro lugar, pois o Poder é inerte. A ineficiência e ineficácia deste Poder é apenas um sintoma.

Observou-se com as doutrinas de Platão e Aristóteles – e com auxílio de Montesquieu –, que o Poder Judiciário está inserido em uma ordem maior e que possui uma finalidade específica

no todo que constitui o Estado. Descobrimos que a essência do Poder Judiciário está no seu poder cogente, posto que sem ele o Poder Judiciário não seria o que é, perderia sua essência. Para o bom cumprimento de sua finalidade, descobriu-se que a conduta eficaz se aproxima mais de sua natureza, ao passo que a conduta apenas eficiente em nada contribui para o cumprimento da sua finalidade, a não ser como meio, um bem menor.

Nas etapas seguintes, cumpre-nos estudar e analisar os pensamentos da corrente consequencialista, quais sejam, o pragmatismo e o utilitarismo, traçando um paralelo com as ideias de eficiência e eficácia, para então descobrir se para cumprir seu papel teleológico, qual seja, resolver os conflitos sociais através da boa interpretação e aplicação das leis, o Poder Judiciário deve se pautar pela conduta eficiente ou eficaz.

### **2.3. MORAL PRAGMÁTICA E EFICIÊNCIA**

A avaliação da conduta moralmente boa passou por diversas modificações ao longo do tempo, alterando suas premissas conforme o desenvolvimento da sociedade através das suas instituições Estatais ou privadas. A formação de uma sociedade pressupõe a elaboração de regras – jurídicas ou não – em que serão pautadas as condutas individuais e coletivas, bem como o tipo de punição em casos de desrespeitos à regra estabelecida.

Começamos a investigação com Platão, onde a referência à conduta moralmente boa estava no mundo das ideias, lugar ideal onde seria possível encontrar a verdade através do exercício das faculdades intelectuais. Com Aristóteles, viu-se que a referência da boa conduta está alinhada à ordem cósmica, e que esta, para se tornar uma excelência, deveria se traduzir em hábito, não ser apenas um ato isolado. O pensamento Cristão não é parte deste estudo, entretanto, mencioná-lo se faz pertinente para o bom desenvolvimento do raciocínio, principalmente quando consideramos que tanto o pensamento platônico como o aristotélico fizeram parte desta relação filosófica cristã.

O pensamento Cristão tem como principais precursores São Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Suas doutrinas estão alinhadas ao pensamento Grego, no sentido de que a referência da vida boa é uma entidade transcendente ao homem, neste caso, Deus. Agir bem nesta estrutura de pensamento significa agir com vistas a cumprir a missão dada por Deus ao indivíduo em si, através das virtudes teologais (fé, esperança e amor), não importando propriamente a virtude pessoal, o talento natural. O pensamento Grego, que exclui os desvirtuosos, pois não estão supostamente em

harmonia com o *Cosmos*, patrocina a desigualdade entre os homens, enquanto que o pensamento Cristão nivela a todos.

Ainda que esta não seja a principal ideia a se estudar, não podemos deixar de apresentar uma importante visão de Santo Agostinho, sobretudo quando analisamos que seu pensamento serviu de base durante a Idade Média ao Tribunal do Santo Ofício, ou o que conhecemos como Santa Inquisição. Apesar disso, o olhar de Agostinho sobre a função de julgamento em nada perpassa pelo quanto se proliferou nos séculos seguintes; e como para nós o estudo do Judiciário é o que mais nos interessa, podemos inferir através deste filósofo cristão a forma de construção deste ideário na Idade Média.

Que dizer dos próprios julgamentos proferidos por homens contra homens, inevitáveis, mesmo em cidades que vivem em paz? Que ideia fazemos deles? Como são tristes, como são deploráveis! Julgam aqueles que não podem ver a consciência dos que julgam. Por isso são muitas vezes obrigados a sujeitar à tortura testemunhas inocentes, para descobrirem a verdade de uma causa que lhes oculta. Que dizer quando alguém é torturado na sua própria causa e, quando se investiga se é inocente, é o inocente que se tortura, é o inocente que, por um crime incerto, sofre as penas mais certas, e isto, não porque se descobre que ele o cometeu, mas porque se ignora se o cometeu? E desta forma a ignorância do juiz é muitas vezes a desgraça do inocente. E o que ainda é mais intolerável, que mais se deve lastimar, que é digno de se regar, se possível fosse, com rios de lágrimas – é que o juiz submete à tortura um acusado, com medo de matar, por ignorância, um inocente, e acaba, com esta desgraçada ignorância, por matar o inocente torturado, que entregara à tortura para não matar o inocente.<sup>69</sup>

Com esta breve exposição, importante para fugir do total anacronismo e nos dar uma ideia da influência que o pensamento Cristão teve na história do pensamento humano, vamos nos debruçar sobre o pensamento Moderno, que rompe com a lógica Cristã apontando como a referência para a vida boa o próprio homem. Ele mesmo, em sociedade, delibera o que é aceitável e o que não é aceitável do ponto de vista ético e moral. Nicolau Maquiavel, referência deste tópico, estruturou seu pensamento político em entidades imanentes ao homem, principalmente ao seu saber prático e habilidade de controlar as circunstâncias, referidos por Maquiavel por *virtù*.

Na sua obra *O Príncipe*, Maquiavel analisa o que se considera hoje a Itália, mas se concentra principalmente nos idos da Família Médici em Florença, através da verdade efetiva das coisas, ou seja, enquanto que Platão e Aristóteles idealizaram a “República ideal”, Maquiavel se dispôs a analisar os acontecimentos tais como ocorridos, para então apontar a melhor maneira de se conduzir

---

<sup>69</sup> AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus – Volume II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1.895.

para conquistar e manter o poder. Partindo do pressuposto que os homens são maus por natureza, ambiciosos e ingratos, Maquiavel dá lições de como um Príncipe deve governar, como deve tratar os súditos, compor o exército, se relacionar com aliados e inimigos para manter a posição de poder.

Mas, como minha intenção é escrever algo útil para quem estiver interessado, pareceu-me mais apropriado abordar a verdade efetiva das coisas, e não imaginá-las. Muitos já conceberam repúblicas e monarquias jamais vistas, e de cuja existência real nunca se soube. De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como poderíamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não defender-se. Quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está fadado a sofrer, entre tantos que não são bons. É necessário, portanto, que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário.<sup>70</sup>

Maquiavel, entre os séculos XV e XVI, deu importantes lições aos *Médici* para unificar e governar a Itália. Seus ensinamentos sobreviveram à tirania do tempo, e hoje suas lições são usadas dentro e fora da Política. O pensamento moral de Maquiavel é o tido como pragmático, isto é, pensamento consequencialista que apontará a boa conduta como sendo aquela que foi utilizada para conquistar o objetivo almejado. Seja qual for o meio empregado, a conquista do objetivo (ou meta) validará a conduta.

Com esta estrutura de pensamento, não há valores éticos e morais rígidos para referenciar a conduta. Ao sabor da circunstância, o certo a se fazer irá depender do objetivo que se deseja alcançar. Não obstante, indivíduos que escondem suas reais motivações para alcançar um objetivo específico são conhecidos por *maquiavélicos*. Esse adjetivo, com conotação pejorativa, existe em razão de o pensamento moderno, apesar de não negar a existência de Deus e suas virtudes como pressupostos da boa governança e da vida boa, procura afastar sua importância ao imprimir no ser humano a principal fonte do poder do Estado.

Sem dúvida alguma o pensamento de Maquiavel sobrevive até hoje e não só na Política, como também – e principalmente – na Economia. O que é justificável, tendo em vista que o sistema capitalista exige do empresário táticas de guerra para se manter vivo no livre mercado. Conquistar e manter o espaço no mercado exige de fato condutas maquiavélicas, próprias de um Príncipe. Nesse sentido, o pensamento de Maquiavel serve como referência para avaliar a boa conduta em

---

<sup>70</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, pp. 98-9.

diversos setores da sociedade, ganhando assim esta estrutura de pensamento *status* de referência ética para a vida boa.

Referências estas que foram absorvidas pelo campo jurídico e se tornaram o tendão de Aquiles do Poder Judiciário, posto que a instituição, nesta estrutura de pensamento, passa a se comportar de forma contrária às suas finalidades, ou seja, age de forma egoísta em um campo onde a finalidade é beneficiar o maior número de jurisdicionados com suas decisões, pois antes de tudo, o Poder Judiciário é uma instituição Pública, que presta um Serviço Público, logo, voltado à sociedade, uma vez que estamos considerando o Judiciário inserido numa conjuntura de pós-Revolução Francesa, que construiu o arquétipo de governo e de sociedade pelo qual temos por base na atualidade. A dinâmica do campo, entretanto, faz acreditar que o jurisdicionado, o processo e as decisões são apenas meio para a autoconsagração do magistrado, posto que as metas impostas pelo CNJ se tornam o “troféu” pelo qual lutar, a razão de ser do campo, fazendo dessa estrutura pragmática/*maquiavélica* a base para sobreviver no campo, local de batalha simbólica por excelência.

Para ilustrar todo esse raciocínio e ajudar a clarificar suas ideias, uma passagem na obra *O Príncipe* pode ser destacada para resumir o pensamento pragmático de Maquiavel; e ela se encontra no capítulo XVIII – *A conduta dos príncipes e a boa-fé*.

Todos sabem que é louvável em um príncipe manter a palavra empenhada, e viver com integridade e não com astúcia. Entretanto, a experiência dos nossos dias mostra que os príncipes que tiveram pouco respeito pela palavra dada puderam com astúcia confundir a cabeça dos homens e chegaram a superar os que basearam sua conduta na lealdade. Como sabemos, pode-se lutar de duas maneiras: pela lei e pela força. O primeiro método é próprio dos homens; o segundo dos animais. [...] Sendo obrigado a agir como um animal, deve o príncipe valer-se das qualidades da raposa e do leão, pois o leão não sabe se defender das armadilhas, e a raposa não consegue defender-se dos lobos.<sup>71</sup>

O pensamento pragmático de Maquiavel mostra que para conquistar e manter uma posição de poder, ou alcançar um objetivo específico, não deve o Príncipe se valer de valores éticos e morais rígidos, ou seja, deve se comportar de acordo com a circunstância. A única coisa que importa é alcançar o que se espera seja alcançado, de tal maneira que o pensamento consequencialista se transforma em uma moral pragmática egoísta e que não serve para todos como

---

<sup>71</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, pp. 110-1.

lei universal, pois a conduta visa beneficiar em primeiro lugar o próprio agente, mesmo que seja sacrificada uma comunidade.

Na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados.

“Vulgo”, aqui, se refere à população, ao indivíduo comum. Assim, relaciona-se aqui o pensamento pragmático com o conceito de eficiência defendido por aqueles que permeiam o campo jurídico, ou seja, conquistar a meta do Conselho Nacional de Justiça é o objetivo primeiro dos magistrados, sem se atentarem propriamente à qualidade das decisões e se elas realmente refletem o cumprimento da finalidade do Poder Judiciário tal como analisado acima. O próprio Conselho também faz uso das metas para mostrar a quantidade de processos que foram julgados em um determinado tempo, a fim de mostrar que a conduta pautada pelo pragmatismo gera “resultados”, relacionando estes com o cumprimento de sua finalidade.

Sendo o campo jurídico<sup>72</sup> um espaço de luta interna pela posição e manutenção de poder, todo magistrado com pouco capital visa à promoção para instâncias superiores, até o ponto máximo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito especificamente ao campo jurídico, sendo este seu ápice da carreira.

Nessa lógica, cumpre-nos analisar a quem interessa o cumprimento das metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, partindo da premissa do papel teleológico do Poder Judiciário estudado anteriormente. Na perspectiva pragmática, cumprir a meta imposta interessa aos magistrados como meio, posto que o fim almejado é a promoção ao Tribunal Superior, tendo em vista o ganho de capital social. Em relação às partes do processo, a eficiência do Poder Judiciário irá interessar ou não, dependendo do polo em que a parte se encontra e se a decisão judicial representa aquilo que se almejava ao ingressar com a ação, pois nem sempre os objetivos se alinham com a sentença ou acórdão.

Partindo para uma análise mais específica em relação às metas do CNJ e como elas influenciam e alimentam a moral pragmática, observamos que ambas estão intrinsecamente relacionadas na lógica do Conselho Nacional de Justiça, conforme se extrai do relatório de Metas

---

<sup>72</sup> Este tema será analisado detalhadamente no capítulo seguinte, apoiado na doutrina de Pierre Bourdieu.

Nacionais para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário<sup>73</sup>. Do seu conteúdo se observa as seguintes metas: *Meta 1 – julgar mais processos que os distribuídos (todos os seguimentos); Meta 2 – julgar processos mais antigos (todos os seguimentos)*.

O valor da conduta do magistrado para o Conselho Nacional de Justiça está no cumprimento da meta que se espera seja alcançada, com vistas a fazer transparecer que o simples cumprimento das metas 1 e 2, por exemplo – do total de 8 que estão previstas no relatório<sup>74</sup> – será suficiente para alegar que o papel do Poder Judiciário foi plenamente cumprido, sem abrir margens para discussões entre a eficiência e a eficácia quando as metas já estão cumpridas. Como já afirmado, apenas a conduta eficiente não garante que o sistema não será realimentado logo após com outra demanda, similar ou idêntica à julgada, criando o fenômeno chamado “Demandas Repetitivas”, que podemos traduzir singelamente como um conflito que atinge de forma massiva as relações sociais, fazendo os jurisdicionados ingressarem com a mesma ação em diversas instâncias do país.

Com relação ao relatório de Metas Específicas para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário<sup>75</sup>, igualmente se observa a mesma finalidade de raciocínio, qual seja, desde que a meta seja cumprida, os meios empregados para formar a decisão ou extinção do processo serão tidos como válidos e legítimos, não importando propriamente o bem maior que deve buscar o Poder Judiciário para o cumprimento de sua finalidade.

---

<sup>73</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Metas Nacionais para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em 18.ago.2018.

<sup>74</sup> E especificamos aqui as demais metas, entre 3 e 8, para não deixar de citá-las:

Meta 3: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal e Justiça do Trabalho);

Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Militar da União e dos Estados);

Meta 5: Impulsionar processos à execução (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho);

Meta 6: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho);

Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, TST, Justiça do Trabalho);

Meta 8: Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual).

(CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Metas Nacionais para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em 18.ago.2018).

<sup>75</sup> Cf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Metas Nacionais para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em 18.ago.2018.



Do seu conteúdo – composto por 5 tópicos principais – pode-se observar as seguintes metas:

*1- Redução de tempo médio de duração do processo no TST: reduzir para 393 dias o tempo médio de tramitação entre o andamento inicial e a baixa do processo; 2 – Elevar a satisfação dos clientes com os serviços prestados pelo TST: Alcançar 68% a satisfação dos clientes com os serviços prestados pelo TST por meio de aplicação de pesquisa de satisfação.*

Conforme apontado no capítulo 1, a conduta eficiente se importa apenas com o que se passa “dentro da caixa” do Poder Judiciário, negando sua condição de ente pertencente a um meio maior que o modifica e o transforma. A meta de número 2 do relatório demonstra que o Poder Judiciário se ajoelhou à ideologia econômica capitalista, absorvendo para seu interior as convicções corporativistas que possuem vistas ao lucro e se valem de estratégias pragmáticas para alcançá-la, tratando os jurisdicionados como meros clientes da Justiça.

Alcançar 68% de satisfação dos clientes significa empregar estratégias sofistas: mudando-se a plateia, muda-se o discurso, apenas com o objetivo de agradar. Como visto neste capítulo, o papel teleológico do Poder Judiciário se encontra em um nível maior de seriedade e se presta à pacificação dos conflitos sociais através da boa interpretação e aplicação das leis, pondo fim ao conflito, não de se comportar como qualquer empresa que deseja conquistar clientes para se firmar no mercado.

Em relação aos magistrados, que agem de forma eficiente como meio para a promoção pessoal, observa-se que na Resolução 106, do Conselho Nacional de Justiça<sup>76</sup>, essa postura é um pressuposto para garantir uma vaga nos Tribunais e Cortes Superiores. Em seu Art. 4º, a Resolução afirma que na votação que avaliará o magistrado candidato, os seguintes critérios devem ser observados:

Art. 4º Na votação, os membros votantes do Tribunal deverão declarar os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha relativos à:

I - desempenho;

II - produtividade;

III - presteza no exercício das funções;

IV - aperfeiçoamento técnico;

V - adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (2008).

---

<sup>76</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 106, de 6 de abril de 2010**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_cnj/resolucao/rescnj\\_106.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_106.pdf)>. Acesso em 19.ago.2018.

Para o trabalho que se está a desenvolver, interessa os incisos I e II: produtividade e desempenho. Na avaliação de produtividade são avaliados dois critérios fundamentais: a estrutura do trabalho e o volume de produção (Art. 6º, I e II). O volume de produção está relacionado: (i) ao número de audiências realizadas; (ii) número de conciliações realizadas; (iii) número de decisões interlocutórias proferidas; (iv) número de sentenças proferidas, por classe processual e com priorização dos processos mais antigos; (v) número de acórdãos e decisões proferidas em substituição ou auxílio no 2º grau, bem como em Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; (vi) o tempo médio do processo na Vara.

Nota-se deste dispositivo que o Conselho Nacional de Justiça avalia a conduta do magistrado em razão dos objetivos (metas) cumpridas, ou seja, atingindo o resultado, seja por qual meio for, a conduta será aplaudida. A avaliação se dá por conferência dos números, seja os de atos praticados, seja o de tempo de tramitação. Nenhum deles, mesmo que atingidos, permite concluir que o Poder Judiciário cumpriu sua finalidade, mas apenas que se preocupa com o que ocorre “dentro da caixa”. Decisões casuísticas, sentenças padronizadas, audiências desleixadas ou o que mais se possa imaginar, pode e deve ser usado pelo magistrado para o cumprimento da meta na estrutura pragmática, e desde que a meta seja cumprida, o magistrado – por esses critérios – será aplaudido e promovido à instância superior. O cumprimento da finalidade do Poder Judiciário em si sequer se apresenta como requisito de avaliação por esta estrutura de pensamento.

No critério de desempenho, os requisitos avaliados são: (i) a redação; (ii) a clareza; (iii) a objetividade; (iv) a pertinência da doutrina e jurisprudência; (v) o respeito às súmulas do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Esses critérios, mesmo preenchidos, não garantem que a finalidade do Poder Judiciário foi ou será alcançada, apenas demonstra que os pressupostos da eficiência foram empregados, ou seja, a técnica necessária foi utilizada para o fim proposto, o cumprimento da meta. Nesta toada, podemos focar ainda no inciso IV (aperfeiçoamento técnico), pois este requisito nos faz indagar sobre que tipo de aperfeiçoamento técnico é exigido com vistas a se tornar cada vez mais “eficiente” no exercício da magistratura. Este tipo de pensamento pode transformar o magistrado numa espécie de “operário de linha de produção”, que faz o mesmo trabalho mecanicamente, o que pode trazer consequências negativas para o próprio Poder Judiciário, pois impede que o magistrado “saia do quadrado” e procure soluções novas para o litígio.

Com a análise destes dispositivos, observou-se a relação entre a eficiência e a moral pragmática, que torna o Poder Judiciário uma instituição preocupada apenas com o que acontece dentro de seus muros, negligenciando a importância e o efeito que suas decisões geram no ambiente social, realimentando o sistema com litígios simplesmente porque as decisões não se prestaram a observar um bem maior, qual seja, a pacificação dos conflitos sociais.

Nesse sentido, o que se irá propor no tópico seguinte trata-se de uma nova abordagem sobre a avaliação da conduta, o contraponto da eficácia. Uma avaliação que se presta pelo cumprimento de uma finalidade, qual seja, a pacificação dos conflitos sociais. Esta abordagem, que será melhor explicada a seguir, visa beneficiar o maior número de agentes com as decisões tomadas pelo Poder Judiciário, postura esta mais condizente com as finalidades do Estado. Para esta empreitada, servirá de apoio a doutrina utilitarista, em especial aquela defendida por John Stuart Mill.

#### **2.4. MORAL UTILITARISTA E EFICÁCIA**

O Utilitarismo se trata de uma estrutura de pensamento voltada a avaliar a conduta moral da ação em função do seu efeito, mas enquanto que para o pragmatismo o efeito desejado é o triunfo do agente, com o Utilitarismo o que se busca é a felicidade daqueles que sofrerão os efeitos da conduta praticada. Trata-se, portanto, de uma estrutura de pensamento que tem por fundamento principal a felicidade – ou Princípio da Maior Felicidade<sup>77</sup> – e a conduta moralmente boa é aquela que maximiza os efeitos da felicidade – ou utilidade – para o maior número de pessoas, ensejando assim a sua finalidade.

Os principais autores desta doutrina são os filósofos ingleses Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Ambos possuem a mesma finalidade de raciocínio, mas com pequenas alterações em relação à quantidade e qualidade de prazeres que levariam à felicidade. Jeremy Bentham é o precursor do Utilitarismo, e sua doutrina é apresentada na obra *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. John Stuart Mill, desde sua infância, foi doutrinado sob a filosofia do Utilitarismo, e seu próprio pensamento está presente na obra *Utilitarismo*, escrita já no século XIX, ou seja, após

---

<sup>77</sup> Assim podemos entender o princípio da maior felicidade: “O credo que aceita a utilidade, ou o Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas ao passo em que tendem a promover o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação de prazer”. (MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo: Hunter Books, 2014, p. 95).

a Revolução Francesa, fato este que irá influenciar seu pensamento de forma substancial no que se refere à felicidade. A obra de Mill será o porto-seguro deste tópico, posto que Mill apresenta novos significados e conceitos sobre o que deveria ser entendido pela ideia de utilidade.

O Utilitarismo está baseado na premissa de que o homem está submetido a dois senhores: o prazer e a dor. Estes dois senhores soberanos são aqueles que governam nossas ações, bem como determinam aquilo que é o certo e o errado. Nesse sentido, a doutrina utilitarista defende que a conduta correta é aquela que promove o maior prazer e diminui a dor, ao passo que as condutas moralmente erradas são as que promovem o reverso disto. Para descobrir os prazeres e as dores, Bentham recorre ao apoio das sensações que estas causam no corpo, ou seja, entre preferir sentir a sensação A ao invés de não sentir nada, significa que a sensação A é objeto de prazer. Ao contrário, ao preferir não sentir nada ao invés de sentir a sensação B, é evidência de que esta é objeto de dor.

Bentham, filósofo moral e estudioso das leis, fundou a doutrina utilitarista. Sua ideia central é formulada de maneira simples e tem apelo intuitivo: o mais elevado objetivo da moral é maximizar a felicidade, assegurando a hegemonia do prazer sobre a dor. De acordo com Bentham, a coisa certa a fazer é aquela que maximizará a utilidade. Como “utilidade” ele define qualquer coisa que produza prazer ou felicidade e que evite a dor ou o sofrimento.<sup>78</sup>

O suporte epistemológico desta doutrina está pautado pelo empirismo, ou seja, às experiências indutivas que permitem criar uma ideia geral sobre quais sensações geram prazer e quais sensações geram dor. Mill afirma que as escolhas que agregam a maior felicidade são aquelas que são boas por si só, não apenas aquelas boas como meio. As que são boas por si só não admitem prova no sentido científico do termo, ou seja, é possível provar que uma alimentação balanceada é boa para a saúde, mas não é possível provar que a saúde é boa. Assim, só se prova que uma coisa é boa, que promove a felicidade – ou utilidade – se provarmos que ela é meio para algo admitido como bom sem prova, tal como a felicidade e a justiça, por exemplo.

Considerando que a finalidade do Utilitarismo é influenciar o indivíduo e a sociedade a agirem com vistas a promover a felicidade, Mill nos faz uma advertência para os tipos e qualidades dos prazeres que serão capazes de alcançar este fim. Por ser o homem dotado de uma capacidade intelectual singular, que o distingue de todos os outros animais, existem prazeres que são dignos de porcos e prazeres que são condizentes com a natureza humana. Aqui Mill tenta nos alertar que

---

<sup>78</sup> SANDEL. Michael J. **Justiça – O Que é Fazer a Coisa Certa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014, p. 48.

o Utilitarismo não defende qualquer tipo de prazer que leva à felicidade, tal como o álcool e as sensações do baixo ventre, pois, se maximizadas, levam ao vício e a concupiscência.

Mill nos alerta que os prazeres que devem ser desejados pelo homem são os prazeres proporcionados pela virtude e pelo intelecto, pois estes seriam próprios dos humanos, que, por possuírem uma constituição diferente da dos animais irracionais, os requisitos para a felicidade humana seriam mais complexos. A doutrina Utilitarista reconhece a diferença entre os humanos e suas capacidades intelectivas, e afirma que o asno tem mais chances de ser feliz do que o intelectual, posto que o asno só conhece os prazeres da carne e os intelectualmente fúteis, que são abundantes em sua quantidade e acessibilidade, enquanto que os mais dotados, por terem uma formação mais elevada e os desejos mais requintados, teriam mais dificuldade em alcançar a felicidade plena, pois os requisitos são mais raros de serem preenchidos.

Entretanto, aquele que foi bem instruído pela educação em geral, e mais especificamente pela doutrina utilitarista, não hesitaria em preferir ser um intelectual insatisfeito do que ser um asno satisfeito. A doutrina utilitarista de Mill não se importa muito com a quantidade dos prazeres, mas sim com a sua qualidade.

*O utilitarismo de Mill não deve ser confundido com a doutrina segundo a qual a justificação moral de uma ação se faz de acordo com os resultados e unicamente de acordo com o critério de eficácia. Deve-se entender por utilitarismo uma teoria dos fins da ação humana. A única coisa desejável é a felicidade, isto é, o prazer e a ausência de dor.*<sup>79</sup>

Para fazer o julgamento sobre os prazeres bons e os maus, Mill afirma ser necessária a ajuda do *juiz imparcial*, ou seja, aquele indivíduo que desinteressadamente provou de ambos os prazeres e, moralmente desobrigado, escolhe o prazer A como sendo melhor que o prazer B. O método empírico para descobrir os valores e os objetos de maior e menor prazer estão por toda a filosofia Utilitarista. A evolução da sociedade cria e determina os valores e as condutas que maximizam a felicidade e os valores e as condutas que causam dor ou reprovação. E se não o fazem através das leis, o fazem através da repressão social, ou seja, o indivíduo criado sob a doutrina utilitarista já cresce sabendo quais atos deve preferir e quais deve rejeitar, sob pena de ser censurado socialmente. A repressão mais eficaz, portanto, é aquela que se manifesta na consciência do próprio agente, a autopunição é o melhor remédio contra as condutas que promovem a dor e a infelicidade da

---

<sup>79</sup> BARAQUIN, Noëlla; LAFFITTE, Jacqueline. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 215.

maioria, mas para isso o indivíduo deve ter no seu caráter um senso de coletividade que só pode ser alimentado pela doutrina da utilidade..

Tal entendimento nos leva à distinção que Mill aponta em sua obra entre o Utilitarismo de atos e o Utilitarismo de regras. Ambos visam à promoção e a maximização da felicidade para o maior número, entretanto, as premissas são diversas. Enquanto que no utilitarismo de regras já existem as máximas deontológicas que agregam a felicidade, tal como “dizer a verdade”, o utilitarismo de atos visa verificar o efeito do ato na situação concreta, ou seja, em determinadas circunstâncias dizer a verdade pode trazer dor a alguém, mesmo que esta máxima seja reconhecida como útil, em outros casos a mentira, ou a ocultação da verdade, pode gerar alegria.

A doutrina Utilitarista – ao contrário da pragmática que visa a alegria do próprio agente – está preocupada com um bem maior, com a felicidade geral. Isso significa que para o indivíduo aprender a maximizar a sua utilidade e a utilidade daqueles que estão a sua volta, que serão afetados por sua conduta, deverá ser educado sob a doutrina utilitarista, ou seja, o Utilitarismo só atinge o seu fim último através de um esforço coletivo, pois se cada indivíduo souber a diferença entre os prazeres fúteis e os mais requintados, e aprender a preferir estes últimos, este indivíduo fará da boa virtude um hábito, maximizando a utilidade de suas escolhas, alcançará a felicidade e agirá sempre com vistas a não infligir dor no seu semelhante, ao contrário, visará sempre sua felicidade.

Tratar os outros como queremos que nos tratem e amar o nosso próximo como a nós mesmos constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista. Quanto aos meios para a máxima aproximação a este ideal, a utilidade prescreve, em primeiro lugar, que as leis e estruturas sociais coloquem tanto quanto possível a felicidade ou [...] o interesse de qualquer indivíduo em harmonia com o todo. E, em segundo lugar, que a educação e a opinião, que têm um poder tão grande sobre o caráter humano, usem esse poder para estabelecer na mente do indivíduo uma associação indissolúvel entre sua própria felicidade e o bem comum, em especial entre sua própria felicidade e a prática daqueles modos de conduta, negativos e positivos, que a consideração pela felicidade universal prescreve, não só de maneira a que o indivíduo seja incapaz de conceber conscientemente a possibilidade de ser feliz agindo contra o bem geral, mas também de maneira a que um impulso direto para promover o bem geral possa ser um dos habituais motivos para agir em todos os indivíduos, e que os sentimentos ligados a esse impulso possam ocupar um lugar amplo e proeminente na existência senciante de todos os seres humanos.<sup>80</sup>

Na obra *Utilitarismo*, Mill tece críticas acerca do sistema educacional e das parcas condições sociais de sua época, e afirma que a negligência destes pilares básicos da sociedade –

---

<sup>80</sup> MILL, John Stuart. **Ob. Cit.** São Paulo: Hunter Books, 2014 p. 113-4.

que são importantes ainda hoje – é um empecilho para a promoção da utilidade. Obviamente – e Mill reconhece – que nem todas as pessoas estão em posição de avaliar a felicidade do maior número antes de agir, entretanto, algumas pessoas e principalmente o Estado e suas instituições estão em condições de fazer tais avaliações, pois se cada agente, na medida de suas possibilidades, e cada instituição, na medida de sua abrangência e jurisdição, considerar o tipo de efeito que suas ações gerarão no mundo, escolhendo aquelas que mais promovem a felicidade geral, mais a sociedade como um todo irá se beneficiar da doutrina Utilitarista.

Haverá quem diga que isso é impossível, que avaliar os prós e contras de uma ação antes de agir é insustentável, tornando o Utilitarismo uma filosofia sem aplicação prática. Mill responde que é possível – e falando na sua época – afirma que o indivíduo cristão também não tem tempo de ler o Velho e o Novo Testamento antes de agir, mas nem por isso deixaria de praticar condutas alinhadas às virtudes teológicas, isto é, nem por isso deixaria de ser um bom cristão. A sociedade Medieval da época já aparelhava o indivíduo na sua formação com as ferramentas cristãs, que passava então a agir por hábito segundo estas premissas.

Da mesma forma, Mill nos ensina que os navegadores também não têm tempo de realizar cálculos antes de decidir como se comportar em uma tempestade, mas nem por isso alguém irá afirmar que a arte da navegação não se funda na astrologia. Assim como os navegadores já vão para o mar com os cálculos feitos, o indivíduo utilitarista se desenvolve na sociedade já sabendo dos valores e ações que promovem a felicidade. Mill está a nos ensinar que a doutrina Utilitarista não deve ser tida como algo apenas pessoal, mas sim como algo coletivo. As instituições sociais devem abraçar este padrão de pensamento e socializar o indivíduo a agir de acordo com suas premissas, para que possa estruturar as bases de uma sociedade justa e fraterna.

Como afirmado no início deste tópico, o ser humano está destinado a se submeter a dois senhores, a dor e o prazer. A doutrina Utilitarista reconhece como finalidade última da ação humana a felicidade, justamente por reconhecer que ela existe e que todo homem tem direito a ela. A busca da felicidade é o que nos move, enquanto indivíduos ou enquanto nação, e a Magna Americana é um exemplo claro dessa possibilidade, pois a todo cidadão americano é garantido a *pursuit of happiness*, ou seja, a busca pela felicidade.

Se me perguntarem o que entendo pela diferença qualitativa de prazeres, ou por aquilo que torna um prazer mais valioso do que outro, simplesmente enquanto prazer e não por ser maior em quantidade, só há uma resposta possível. De dois prazeres, se houver um ao qual todos ou quase todos aqueles que tiveram a experiência de ambos derem uma preferência decidida, independentemente de

sentirem qualquer obrigação moral para o preferir, então será esse o prazer mais desejável. Se um dos dois for colocado, por aqueles que estão competentemente familiarizados com ambos, tão acima do outro que eles o preferem mesmo sabendo que é acompanhado de um maior descontentamento, e se não abdicariam dele por qualquer quantidade do outro prazer acessível à sua natureza, então teremos razão para atribuir ao deleite preferido uma superioridade em qualidade que ultrapassa de tal modo a quantidade que esta se torna, por comparação, pouco importante.<sup>81</sup>

Se não desejamos a felicidade ela mesma como fim, desejamos algo como meio para a felicidade, fato este que é mais comum. O dinheiro, por exemplo, desejamos não em função dele mesmo, mas enquanto meio para os bens materiais que ele proporciona. No momento em que algo que era desejado como meio passa a ser desejado por si mesmo, como fim, este algo passa a ser *parte* da felicidade, entendendo por felicidade não uma ideia abstrata, mas uma composição de vários componentes concretos

Nesse sentido, a doutrina Utilitarista está alinhada com a ideia de justiça, entendendo por justiça dar a cada um aquilo que merece, não de forma corretiva, mas distributiva. Isso significa que a sociedade, através de seus valores morais – utilitaristas – permite que alguns indivíduos sejam mais beneficiados do que outros, se isso maximiza a felicidade geral.

É possível aqui traçarmos um paralelo entre a filosofia utilitarista e a Ética Aristotélica. As duas doutrinas estão muito próximas, guardam suas particularidades, mas a finalidade de ambas está na felicidade. Enquanto que para Aristóteles, que viveu em uma época onde não havia senso de coletividade e igualdade (não da forma como entendemos hoje), e onde até mesmo a liberdade não era o valor absoluto, havia o entendimento de que o objetivo do homem virtuoso seria descobrir suas potencialidades e exercê-las habitualmente com excelência para alcançar a felicidade, o que Aristóteles se referia por *Eudaimonia*, tendo em vista que o *Cosmos* era idealizado como um todo finito e ordenado, como explicado anteriormente.

John Stuart Mill, que escreveu sua doutrina após as Revoluções Gloriosa (na Inglaterra, entre 1688 e 1689) e Francesa (entre 1789 e 1799), portanto, após as descobertas de Newton e Galileu, estava socializado pelos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade enquanto partes inerentes da vida humana e afirmava que o objetivo da conduta seria maximizar a felicidade, mas não a do próprio agente através das virtudes pessoais, mas a da coletividade. Nesta época o mundo deixava de ser entendido como uma ordem cósmica preestabelecida e passa a ser entendido como

---

<sup>81</sup> MILL, John Stuart. **Ob. Cit.** Porto: São Paulo: Hunter Books, 2014, pp. 49-50.



algo que não tem finalidade alguma, apenas causas e efeitos. Assim, o valor moral da conduta deixa de ser o alinhamento à ordem cósmica – fundada em entidades transcendentais – e passa a ser uma questão de acordo coletivo, portanto, uma questão Ética. A felicidade deixa de ser algo a se buscar isoladamente e passa a ser um valor alcançável por meio da sociedade. O homem virtuoso, para Mill, seria aquele que, na situação concreta de vida, sabe fazer as escolhas certas que maximizam a felicidade geral, troca-se a *Eudaimonia* pela Utilidade.

Importante mencionar que o certo a se fazer e a justiça são sinônimos na doutrina Utilitarista, da mesma forma que errado e injusto. Justas seriam aquelas ações que beneficiam o maior número, e injustas as contrárias. Nesse sentido, cabe às instituições, principalmente aquelas que decidem um direito em disputa, serem imparciais, o que significa não dar preferência para uma parte mais do que para a outra, a não ser que o tratamento desigual do caso concreto já foi entendido como justo por si só. Para esclarecer, é injusto tratar pessoas iguais de forma desigual, mas a partir do momento em que se estabelece o princípio da justiça distributiva como ferramenta da utilidade, tratar os desiguais de forma desigual não constitui injustiça, mas a própria justiça.

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.<sup>82</sup>

Com esta abordagem singela do pensamento utilitarista, estão postos os alicerces que nos permitirão traçar um paralelo entre a eficácia e a conduta moralmente boa de acordo com as premissas do Utilitarismo. Ficou esclarecido que a utilidade visa a felicidade do maior número de pessoas que irão sofrer as consequências da conduta. Ficou igualmente claro que não são todas as pessoas que estão em posição de avaliar o efeito que suas condutas terão sobre a maioria, mas os agentes do Estado e as instituições estão em condições de assim agirem. Falamos também que para provar que algo é bom, antes deve-se provar que este algo é bom como meio para alguma coisa reconhecida como sendo boa sem prova. Neste aspecto, a maioria irá concordar que a justiça é algo bom sem necessidade de demonstração empírica, cabendo-nos, portanto, mostrar que a eficácia é boa como meio para a justiça. Com uma breve digressão, podemos esclarecer melhor este ponto.

---

<sup>82</sup> BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 9.

Falamos no capítulo 1 que eficiência e eficácia são institutos distintos, tanto na sua significação literal como na sua incidência prática. Enquanto que a eficiência visa fazer mais com menos, a eficácia visa fazer aquilo que gerará o resultado desejado. Aplicando a eficiência ao Poder Judiciário, esta significa fazer a petição inicial chegar à fase de execução no prazo mais curto possível, sem levar em conta o efeito que a decisão judicial irá gerar na sociedade, pois sua incidência não considera o que está fora de sua abrangência. Ao contrário, a eficácia se volta ao resultado da ação, pois esta só terá sido verdadeiramente eficaz se o resultado esperado foi aquele desejado. Não se trata apenas de promover uma rápida resposta ao litígio, mas em formar uma decisão e uma jurisprudência que maximizam a utilidade geral.

O resultado esperado pelo Poder Judiciário, de acordo com sua teleologia, é a pacificação dos conflitos sociais. Logo, nas suas ações, o Poder Judiciário deve se pautar pela eficácia mais do que pela eficiência, tendo em vista que este instituto é o que mais condiz com sua natureza. As instâncias judiciais, na medida da sua jurisdição, devem formar sua jurisprudência com vistas a beneficiar a maioria dos jurisdicionados. Assim, os Tribunais Estaduais terão como meta a formação de boas decisões que maximizam a utilidade na abrangência de seus Estados, ao passo que ao Superior Tribunal de Justiça cabe a maximização da utilidade em abrangência nacional, mas em relação às Leis Federais. Ao Supremo Tribunal Federal cabe a mesma empreitada, mas em relação às normas constitucionais, procedendo da mesma forma as Justiças Especializadas.

Assumindo a postura utilitarista como regra de conduta, o Poder Judiciário passaria a avaliar a conduta do magistrado em função do efeito que suas decisões geram na sociedade, ao invés de apenas quantificar o número de atos praticados para formar uma avaliação equivocada da realidade que se apresenta no julgamento. Assumir uma postura utilitarista no Poder Judiciário significa em um primeiro momento uniformizar a jurisprudência dos Tribunais Estaduais, posto que sua coerência e rigidez maximizam a utilidade da maioria, ao passo que sua desordem e efemeridade causam o reverso disso.

Da mesma forma se dá com os Tribunais Superiores. Ao decidir uma questão de mérito que tem consequência para além das partes no processo, discutir essa decisão ao seu exaurimento e de forma clara e definitiva para que a questão não volte a ser discutida, agrega mais utilidade à maioria do que as decisões meramente casuísticas e que visam apenas pôr fim ao processo para cumprir a meta de julgamento ou encerrar uma discussão Política. Desta forma, o instituto do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pode ser visto como um instituto jurídico que tem por

finalidade trazer mais eficácia para as decisões jurídicas e maior utilidade para a sociedade, se bem utilizado.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, podemos dizer o mesmo. Uma Corte que visa à maximização da utilidade da sociedade por meio de suas decisões, seria aquela que discute um determinado tema ao seu exaurimento, não aquela que simplesmente julgaria uma demanda com vistas a solucionar apenas um determinado caso concreto, ato este que não conduziria a felicidade do maior número. Nesse sentido, as Audiências Públicas e a participação de *Amicus Curiae* em casos importantes são exemplos de condutas que agregam a maior utilidade, posto que o debate será feito por instituições da sociedade civil que podem colaborar com a melhor decisão. A eficácia e a utilidade estão intrinsecamente relacionadas, e ambas contribuem para o cumprimento do papel teleológico do Poder Judiciário. A doutrina da eficácia se mostra então como um modelo de justiça, não apenas um modelo de conduta.

Isso significa que, para que a eficácia possa alcançar seu fim, assim como a doutrina da utilidade, deve haver um esforço coletivo, ou seja, o Poder Judiciário pode ser eficaz apenas até certo ponto, naquilo que está sob sua competência, entretanto, se este Poder está entupido de processos e se mostrando ineficiente e ineficaz, significa que a causa está fora dele, tendo em vista que o Poder Judiciário não é responsável por todos os processos que entram no sistema, cabe a ele apenas dar uma resposta ao litígio, de forma imparcial. Estas causas são mais importantes de serem estudadas e discutidas ao invés de focar os esforços apenas nos efeitos.

A crise é do Estado brasileiro como institucionalizado constitucionalmente em 1988. Outro convencimento é o de que será de todo inoperante qualquer tentativa de solução parcial abrangendo apenas o Judiciário, dado que sua a crise ocorre, como já afirmei reiteradamente, em consequência de uma infecção externa [...] ignorar (ou ocultar) a maioria dos juristas a força determinante do econômico e do político sobre o direito, o que necessariamente significará ingenuidade, omissão grave ou perversidade ideológica de quem assim procede.<sup>83</sup>

Nesse sentido, a eficácia do Poder Judiciário é apenas uma parte do todo, desta que podemos nos referir como “eficácia social”. Ser eficaz nos leva à maior utilidade, assim, para que o Poder Judiciário possa cumprir sua finalidade, toda a sociedade deve ser eficaz também, o que significa empregar as premissas utilitaristas em todos os seus níveis. Ampliando o espectro, notamos que a eficácia já não depende mais só do Poder Judiciário, mas da escola, das mídias, das universidades,

---

<sup>83</sup> PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Reforma do Poder Judiciário*. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 16, n. 71, mar/abr 2008, p. 345.

das empresas, das associações civis, do Poder Público, etc. Assim como a utilidade só alcança seu fim último através do esforço coletivo, assim também o Poder Judiciário só alcançará sua real teleologia através de um esforço coletivo.

Isso significa que a escola, na formação da criança, deve lhe ensinar a agir tendo em vista a felicidade do outro, formando seu caráter logo cedo para considerar a felicidade daqueles à sua volta antes de agir, ensinando aquilo que é entendido como condutas utilitárias e alertando para as condutas prejudiciais, fazendo-a crescer com uma moral suficientemente bem formada que a irá constranger quando necessário, mesmo que não haja ninguém olhando. As mídias também têm o seu papel na eficácia, e isso significa disseminar informações que beneficiariam o maior número de pessoas, com informações úteis e construtivas, ao invés de exibir uma programação própria de alienação e sensacionalismo.

Podemos falar também das universidades, principalmente no ensino jurídico, que atualmente possuem uma agenda que visa formar o aluno mais para passar no Exame de Ordem e ingressar com ações do que propriamente formar um advogado com vistas à negociação e conciliação. Aqui se encontra um dos combustíveis do entupimento do Poder Judiciário. Não adianta cobrar deste órgão mais eficiência e eficácia se na outra ponta nossa sociedade prepara o aluno de Direito apenas para o litígio. Isso demonstra que a causa da ineficácia do Poder Judiciário não está nele, está fora, na sociedade e nas instituições. Assim, terá pouco efeito estudar apenas o que acontece “dentro da caixa” e esperar que dali saiam soluções mágicas para a resolução do problema. A eficácia não depende apenas de um ato, uma interpretação, uma jurisprudência que irá mudar tudo, mas de um conjunto de atos com vistas a um objetivo comum.

Com relação ao Legislativo, cabe sua parte da eficácia na elaboração de boas leis, aquelas elaboradas com a finalidade de maximizar a utilidade coletiva, não apenas visar o benefício de um ou outro setor em detrimento da comunidade local, ou aprovar um texto de lei prejudicial para a sociedade tendo em vistas apenas o apoio político para uma reeleição. Ao Executivo também deve ser cobrada sua parcela na eficácia, exigindo desse Poder as políticas públicas que beneficiam a maioria dos afetados por ela, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. Das empresas pode-se dizer a mesma coisa, pois elas também têm um impacto significativo na sociedade, e a depender do ramo de exploração, impactos de interesse nacional, tais como a proteção do meio ambiente e da economia, o que exige do empresário a maximização da utilidade geral nas suas condutas, não apenas a maximização de seus lucros em detrimento da sociedade.

Ao determinar as leis ou diretrizes a serem seguidas, um governo deve fazer o possível para maximizar a felicidade da comunidade em geral. Cidadãos e legisladores devem, assim, fazer a si mesmos a seguinte pergunta: Se somarmos todos os benefícios dessa diretriz e subtrairmos todos os custos, ela produzirá mais felicidade do que uma decisão alternativa?<sup>84</sup>

De acordo com o até aqui exposto neste tópico, observa-se que a conduta pautada pela eficácia é aquela que mais se aproxima e mais se assemelha com a teleologia do Poder Judiciário, ao passo que a conduta eficiente se distancia desses objetivos, posto que o pragmatismo, que lhe dá suporte, visa beneficiar o próprio agente, ao passo que o utilitarismo, que dá suporte à eficácia, visa beneficiar o maior número dentre aqueles que sofrerão as consequências da conduta. A fim de dar mais substância a este argumento, passa-se agora a uma análise estatística dos números apresentados pelo relatório da Justiça em Números, que nos permitirão concluir acerca da discussão deste capítulo.

O relatório Justiça em Números é um documento elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça e tem por objetivo divulgar a “realidade” dos tribunais brasileiros, oferecendo detalhamentos de sua estrutura e litigiosidade, ou seja, visa quantificar o número de servidores, quanto eles custam para os cofres públicos, quanto eles produzem em comparação com outros estados e a quantidade de processos que entram e saem do sistema, quanto tempo levou a tramitação e quais as matérias discutidas. É um relatório basicamente elaborado com vistas à eficiência, tendo em vista que considera apenas o que acontece “dentro da caixa”, pois desconsidera os efeitos que suas decisões geram na sociedade. Conforme reconhecido no próprio relatório de 2013 sobre o ano 2012, a resolução dos processos judiciais, seu julgamento definitivo e sua baixa, é responsabilidade constitucional do Poder Judiciário e de todo o sistema de Justiça. O aumento da litigância, por outro lado, é fenômeno mais complexo.<sup>85</sup>

Como se observa, o Poder Judiciário se debruça apenas na conduta eficiente, visa julgar e baixar os processos da forma mais rápida possível, cumprindo a meta e estabelecida e fazendo acreditar que isso por si só basta para cumprir sua responsabilidade constitucional. Um olhar através das lentes do Utilitarismo ou da conduta eficaz diria que só isso não basta, seria necessário modificar completamente sua filosofia interna e empregar uma que criaria a necessidade de se

---

<sup>84</sup> SANDEL. Michael J. **Ob. Cit.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2014, p. 48.

<sup>85</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2013**, p. 300. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio\\_jn2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_jn2013.pdf)>. Acesso em 01.dez.2018.

preocupar com os efeitos das decisões na sociedade, pois eles são responsáveis por uma boa parte da litigância, principalmente em razão de jurisprudências conflitantes, muitas vezes dentro da mesma Turma.

Analisando os relatórios no seu conjunto, observa-se que a litigiosidade cresce exponencialmente a cada ano. Conforme se extrai do relatório de 2014 (ano base 2013) observa-se que os números da Justiça em 2013 revelam que os processos pendentes de julgamento continuam crescendo no último quinquênio, com aumento de 58,9 milhões em 2009 para 66,8 milhões de processos em 2013<sup>86</sup>. O mesmo se observa no relatório de 2015 (ano base 2014) onde se constata que na Justiça Estadual, além do acervo de 57 milhões de casos pendentes, ingressaram no ano de 2014 mais de 20 milhões de casos novos – o que corresponde a 81% e 70% dos processos no Poder Judiciário, respectivamente, demonstrando uma evidente ineficiência, posto que o próprio CNJ reconhece que esse ramo não conseguiu dar vazão ao mesmo número de processos ingressados no período, o que contribuiu para o aumento no volume de processos pendentes (5,7% a mais que em 2013) e manutenção da alta taxa de congestionamento (74,2%)<sup>87</sup>.

No relatório de 2016 (ano base 2015), mostra apenas uma ínfima retração, reconhecendo que o volume de processos baixados e de sentenças proferidas, por sua vez, permaneceram quase constante, com retração de -0,1% e aumento de 0,6%, respectivamente. Entretanto, o acervo continuou em sua tendência de crescimento observado anualmente, desde 2010, e chegou ao cume de 59 milhões de processos em 2015<sup>88</sup>.

Novamente, o relatório de 2017 (ano base 2016) afirma que o número de processos em tramitação não parou de crescer, e, novamente, houve aumento no estoque de processos que aguardam por alguma solução definitiva. O relatório afirma também que ao final do ano de 2009 tramitavam no judiciário 60,7 milhões de processos. Em sete anos o quantitativo cresceu para quase 80 milhões de casos pendentes, variação acumulada no período de 31,2%, ou crescimento médio

---

<sup>86</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2014**, p. 392. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

<sup>87</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2015**, p. 483. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

<sup>88</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2016**, p. 147. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

de 4,5% a cada ano<sup>89</sup>. No relatório de 2018 sobre 2017 observa-se que o número de processos em tramitação apresentou o menor crescimento da série histórica, com variação de 0,3% e o Poder Judiciário chegou ao final do ano de 2017 com um acervo de 80,1 milhões de processos que aguardam solução definitiva<sup>90</sup>.

Tais números são evidência de que apenas almejar a eficiência e unir esforços para cumprir uma meta aleatoriamente imposta não é suficiente para resolver o problema da grande quantidade de processos que tramitam pelo sistema do Poder Judiciário. Como afirmado, se o Poder Judiciário enfrenta uma quantidade cada vez maior de litígios para solucionar, obviamente, a causa está fora do Judiciário, fato este que clama por soluções “fora da caixa”, sendo este um trabalho das próprias instituições como também de toda a sociedade, principalmente a academia, que se presta a problematizar questões importantes para a sociedade e estudá-las com o rigor científico necessário para encontrar uma solução eficaz.

[...] se existe uma evidente ineficiência no Judiciário brasileiro, poderia ser, a princípio, pouco claro o porquê da manutenção da inércia no sistema; afinal, se trata-se de uma situação de “perdas maiores do que os ganhos” é de se esperar, pelo menos segundo a teoria econômica, que forças atuarão para sair deste estado. Entretanto, quando se percebe que os jogadores dominantes, apesar de pequeno em número, têm maior poder de barganha no jogo e, quando se percebe que a eles não existe interesse para mudanças, torna-se claro porque os problemas do Judiciário persistem há décadas, sem que sejam oferecidas soluções para eles. Depreende-se que o Judiciário encontra-se possivelmente num equilíbrio institucional da qual seja difícil de sair, mas diferente do ponto que seria um equilíbrio econômico, que seria uma situação de ganhos máximos. Não necessariamente um equilíbrio institucional é eficiente e, mais, há equilíbrios preferíveis a outros.<sup>91</sup>

Com o suporte das filosofias gregas, descobrimos que a teleologia do Poder Judiciário está em resolver os conflitos sociais através do seu poder cogente, posto que não há outra instituição em nosso ordenamento com a “virtude” que possui o Poder Judiciário, cabe apenas a ele esta tarefa. Vimos também que não basta acertar uma ou outra vez na decisão definitiva, as boas decisões

---

<sup>89</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2017**, p. 182. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

<sup>90</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2018**, p. 197. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

<sup>91</sup> YEUNG, Luciana Luk-Tai. **Além dos "Achismos" e das Evidências Anekdoticas: Medindo a Eficiência dos Tribunais Brasileiros**. Tese de Doutorado. Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p. 112.

devem se tornar um hábito para o bom cumprimento de suas finalidades. Avaliamos a conduta eficiente, e concluímos que esta visa beneficiar apenas o próprio agente, pois está intrinsecamente relacionada com a filosofia pragmática. Ao contrário, descobrimos que a conduta eficaz é aquela que mais se alinha com a teleologia do Poder Judiciário, posto que este tipo de conduta está alinhado à filosofia Utilitarista, que se preocupa com a felicidade da maioria mais do que com o triunfo singular daquele que age. Sendo o Poder Judiciário uma espécie de serviço público, este tem o dever de considerar a felicidade da maioria em todas as suas decisões, pois seu objetivo é beneficiar a maior parcela da sociedade com ações que maximizam a felicidade geral.

Podemos concluir este capítulo apontando que o Poder Judiciário possui uma finalidade específica no todo que constitui o Estado. Esta finalidade reside em resolver os conflitos sociais que chegam a seu conhecimento. Entretanto, como uma espécie de serviço público, não basta para o Poder Judiciário ser eficiente, posto que, como visto, a eficiência não considera os efeitos da conduta para além da meta estabelecida, o que contradiz sua teleologia. Ao Poder Judiciário, portanto, cabe se pautar pela conduta eficaz, que é aquela que justamente considera os efeitos da decisão para além da meta arbitrariamente imposta, tendo em vista que se todo o serviço público é voltado para o bem da sociedade, a felicidade dos jurisdicionados deve ser o critério pelo qual se avalia a conduta, não uma meta criada com vistas apenas a controlar uma posição de poder.

Após avançarmos neste segundo degrau da investigação sobre a eficiência da justiça, cabe-nos colocar à prova as premissas até aqui descobertas, quais sejam, a de que o instituto da “Justiça em Números” mascara uma hierarquização existente no campo jurídico, posto que é utilizado como critério de ascensão no campo, e a de que a conduta eficiente visa apenas o triunfo pessoal do próprio agente, desconsiderando a teleologia do próprio Poder Judiciário bem como a importância de se conduzir através da conduta eficaz, que como observado, visa a maximização da felicidade da maioria, sendo este o tipo de conduta mais condizente com a teleologia do Poder Judiciário, como observado.

O que será feito no terceiro capítulo é trazer à tona a existência de elementos propriamente sociológicos que irão nos permitir entender como o Poder Judiciário funciona de fato, ou seja, iremos estudar o Poder Judiciário *fora* do Poder Judiciário, para que possamos explicar por que a conduta eficaz, ou a maximização da felicidade da maioria, mesmo reconhecidos como algo bom e útil não é aplicado na prática. O que se propõe é a sociologia do Poder Judiciário, o que irá permitir explicar por que os agentes fazem o que fazem e se comportam como se comportam, fato



este que só pode ser observado e estudado olhando de fora, ou seja, para entender o Poder Judiciário não adianta interpretá-lo através das leis, doutrinas, jurisprudências etc., pois estes institutos fazem *parte* do Judiciário. Para entendê-lo, é preciso ferramentas que expliquem porque as condutas tidas como *naturais* são na verdade inculcações sociologicamente impostas nos agentes que participam do campo.

Para auxiliar nesta empreitada, iremos nos apoiar na doutrina do sociólogo francês Pierre Bourdieu, mais especificamente seus ensinamentos sobre o campo social. O capítulo 3, portanto, irá se prestar a explicar o conceito de campo social, sua importância para a análise sociológica que propõe do Poder Judiciário, bem como explicar seus diversos elementos, para então colocarmos à prova as premissas descobertas até aqui. Tal abordagem é necessária para que se possa ter um claro entendimento sobre o Poder Judiciário, saber por que age como age e o que deveria mudar para que sua teleologia possa ser alcançada de fato. A fim de empregar uma maior objetividade na análise do campo, será utilizando como referência o Supremo Tribunal Federal e seus Ministros, por se tratar da Corte suprema do país e aquela que controla o campo jurídico através de seus agentes.

## CAPÍTULO III

### 3.1. O PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

O sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) se propôs durante sua trajetória profissional, a desenvolver uma teoria da sociologia com conceitos próprios e métodos exclusivos que permitiriam ao investigador social compreender e explicar os fenômenos sociais sem empregar nas suas conclusões os “preconceitos” tidos com a *doxa* e internalizados através de inculcações puramente sociais. Assim como todos os agentes sociais possuem alguma carga de preconceito, o sociólogo enquanto indivíduo também o possui, e para realizar um trabalho puramente científico, seria necessário ferramentas que anulassem a carga de preconceito, propondo, inclusive, a sociologia da sociologia para evidenciar este fenômeno. Sua obra é extensa e seus conceitos são variados e, por vezes, herméticos.

Os conceitos criados pela Teoria de Pierre Bourdieu se propõem a descortinar processos de socialização até então vistos como naturais, como algo *a priori* na dinâmica social. Ao fazer sua análise social a partir desses conceitos, entre eles o de *habitus*, *illusio*, espaço social, campo social e violência simbólica, Pierre Bourdieu alerta que a vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures<sup>92</sup>.

Partindo desta premissa, o que se propõe neste terceiro e último capítulo é a investigação do objeto de estudo a partir das ferramentas disponibilizadas por Pierre Bourdieu e das descobertas dos capítulos anteriores. O intuito é realizar uma investigação acerca do Supremo Tribunal Federal como instituição dominante do campo jurídico, e como sua cultura dominante acaba por influenciar todos os agentes pertencentes ao campo jurídico. Como cultura dominante entende-se aquela que se constitui como o entendimento legítimo dos significados do campo, em especial sobre o papel do Poder Judiciário na sociedade e o privilégio da eficiência em detrimento da eficácia como filosofia de conduta, o que passa pela aculturação dos agentes dominados, ou seja, pela anulação de todo e qualquer entendimento diverso sobre o que deveria significar o Poder Judiciário e como ele deveria se comportar.

---

<sup>92</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **A Profissão do Sociólogo: Preliminares Epistemológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 23.

Para a análise sociológica do Poder Judiciário será necessária a compreensão dos conceitos de espaço social, capital cultural, capital social, capital simbólico e violência simbólica, que são pressupostos para o entendimento da dinâmica do campo social e da ação dos agentes que ocupam posições de dominante ou dominados. Ao contrário do que se observa na sociedade, com as mudanças constantes de tendências e modos de viver e de conviver, no campo social há inércia, constância, uma vez que os agentes dominantes usam de sua posição para fazer perpetuar as condições que os mantêm onde estão, o que Pierre Bourdieu irá se referir como *reprodução social*, isto é, a transmissão de capital a partir de uma lógica previamente estabelecida para assegurar a posição dominante, tal como, por exemplo, a herança, transmitida de geração em geral graças à segurança jurídica que legitima esta transmissão de capital econômico. Para Bourdieu, essa transmissão acontece também com outros tipos de capital, que serão necessários para assegurar e manter a posição dominante, principalmente o capital cultural. Começemos, portanto, a análise dos conceitos-chave que serão utilizados neste capítulo.

A ideia de espaço social teve a influência dos trabalhos de Karl Marx, que explicou a sociedade através de seu materialismo histórico dialético, que girava em torno da produção de bens materiais, dividindo assim a sociedade em dois grandes grupos: os donos do capital, ou seja, a burguesia, e os proletariados, que dispunham apenas de sua força de trabalho para participar do processo econômico. Karl Marx, portanto, define as posições dos agentes sociais em virtude de seu capital econômico, reconhecendo o grupo dominante como sendo a burguesia, posto que este detém o maior número de capital econômico (e os meios de produção) em relação ao restante da sociedade, apontando que a exploração da força de trabalho por este pequeno grupo seria a razão pela qual a desigualdade estava instalada, uma vez que, ao final do processo de produção, o trabalhador entregava ao burguês algo que valia mais do que recebera – o excedente –, que significava a mais valia da burguesia e a condenação do proletariado a uma vida sem recursos.

Pierre Bourdieu vai além. Dizer que a sociedade está dividida apenas em dois grandes grupos e que isso, por si só, é o fator de desigualdade, seria demasiadamente superficial. Bourdieu propõe, então, a noção de espaço social. O espaço social é a sociedade ela mesma, e os agentes ocupariam suas posições em relação aos outros mediante a acumulação de diversos tipos de capital. Para Bourdieu, capital é entendido como uma espécie de “recurso”, que uma vez acumulado e utilizado, daria ensejo à distância social em relação aos outros agentes, diferente do capital Marxista, que é estritamente econômico. Assim, temos na sociologia de Bourdieu o capital social,

o capital cultural e o capital simbólico para definir as distâncias sociais entre os agentes e o fato de que o acúmulo destes capitais é preponderante para ocupar a posição de dominante na estrutura social, não apenas o capital econômico proposto por Marx.

O conceito de capital cultural foi proposto tendo em vista a necessidade de explicar *sociologicamente* as razões pelas quais os alunos de diferentes classes sociais obtinham resultados de excelência antagônicos na escola, sem recorrer à explicação naturalista do “dom inato” dos alunos. Bourdieu constatou, então, que a própria escola seria o motor da desigualdade escolar, posto que privilegiava certos tipos de cultura – como a cultura erudita – acessível apenas pelas classes burguesas, fazendo os filhos de operários fracassarem nos estudos ou até a acreditarem na ilusão de que o estudo não fora feito para eles, uma vez que sua realidade social não lhes dava acesso aos museus, obras literárias e musicais exigidos pela escola.

O capital cultural, desta maneira, se torna um recurso material e simbólico passado de pessoa a pessoa, ou de geração em geração, composto de estruturas mentais (modos de ver o mundo), o correto uso da língua culta, modos de se comportar em diferentes espaços, que permitem ao agente disputar certos cargos ou posições sociais que exigem esses requisitos e – mas não somente – a posse de títulos acadêmicos, deixando de ser a escola o fator de redistribuição dos agentes na hierarquia social e funcionando mais como a própria força motriz que produz a desigualdade, posto que exige um tipo de cultura – e o entendimento sobre ela – acessível apenas às classes dominantes, perpetuando a posição social já ocupada, o que Pierre Bourdieu entende como *reprodução*, ou seja, o perpetuamento das práticas dominantes para manter inalterada as condições que potencializam e viabilizam a dominação.

A maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor [...]. O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um “habitus”.<sup>93</sup>

O capital social pode ser entendido como uma *rede de relacionamentos* atual e/ou potencial, que um determinado agente possui e faz uso para conquistar diferentes posições na estrutura social.

---

<sup>93</sup> BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, pp. 74-5.

Tal capital é identificado como o pertencimento a um grupo seletivo e por vezes institucionalizado, que tem valor na sociedade, ou mesmo uma amizade com alguém em posição de poder.

Assim, carregar o nome de uma família tradicional, bem como pertencer a uma entidade organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil, são exemplos que agregam capital social ao agente (algo que dentro da estrutura do Poder Judiciário brasileiro é bem evidenciada pelos “nomes de peso” que compõem muitos tribunais estaduais e federais, além das superiores instâncias e do Supremo Tribunal Federal). Este tipo de capital é o “mais acessível” aos agentes, posto que aqueles que, na dinâmica do campo, possuem fraco capital cultural por vezes exigido, podem compensar sua fraqueza com o uso do capital social para conquistar as posições almejadas, em especial na sociedade brasileira, que ainda privilegia o “apadrinhamento” em muitas de suas esferas. A busca por um ou outro tipo de capital irá depender então da estratégia adotada, tendo em vista a realidade objetiva do agente, ou seja, a dificuldade de alcançar uma posição privilegiada através de um capital pode ser compensada por outro.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.<sup>94</sup>

Outra espécie de capital que pode ser utilizado para observar e determinar a distância social entre os agentes é o capital simbólico, que por sua vez pode ser interpretado como o reconhecimento dos pares em um determinado campo. É a espécie de capital mais frágil e difícil de conquistar e manter, tendo em vista que este capital tem seu valor no discurso do outro, não no do próprio agente ou da sua restrita rede social, pois se trata necessariamente do reconhecimento deste agente pelos pares, pela sociedade – por conta do trabalho que faz ou que fez – e que gerou um impacto na sociedade ou no campo especificamente. Assim, dentre os diversos profissionais de uma determinada área, apenas um ou dois nomes acabam sendo reconhecidos como referência na área em que atuam, que possuem o poder de discursar e de tomar posições que irão influenciar o comportamento de todos os agentes daquele campo específico.

---

<sup>94</sup> BOURDIEU, Pierre. **Ob. Cit.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 67.

Nesse tipo de capital, o elogio será tanto mais consagrador quanto maior a distância social de quem elogia em relação ao elogiado, ou seja, quanto mais um agente for reconhecido por alguém estranho a seu círculo pessoal e com maior capital social, mais este elogio terá efeito consagrador e será potencializador da construção de seu capital na dinâmica do campo. Não se trata de prestígio nem de carisma, o capital simbólico passa à margem destes termos, e sua manutenção exige por vezes ir contra a gestão de interesses de ordem cultural ou financeira. O capital simbólico pode ser então entendido como uma “honra”, que por vezes traz a ideia de “fiador”, “legitimador” de uma determinada empreitada.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio. [...] e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas.<sup>95</sup>

Com diversos tipos de capitais existentes para instalar e conservar a desigualdade na sociedade, Bourdieu avança no conceito de capital proposto por Marx e fornece as ferramentas necessárias para estudar as diversas formas em que ela pode ocorrer. A sociedade não está dividida apenas em burgueses e proletários, mas também em dominantes e dominados, espalhados em diversos *campos sociais*, que seriam como uma espécie de “microsociedade”<sup>96</sup>. Há o consenso entre os autores, entretanto, de que o capital, seja ele qual for, é desigualmente distribuído no campo, sendo esta desigualdade o combustível para a dominação de uma classe sobre outra. É interessante notar que o capital social muitas vezes serve como elemento fundamental de *negociação* no campo social, definindo estratégias de conquista e manutenção do poder, de acesso aos bens simbólicos ou materiais desse campo e, também, se constitui em importante elemento de negociação política para definição das redes de acesso a esse campo específico de poder, controlando assim a dinâmica do campo.

---

<sup>95</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007, p. 145.

<sup>96</sup> E aqui podemos citar uma convergência de ideias em análise com Michel Foucault e suas formas de consideração sobre o poder, dentro da microesfera dos grupos sociais, indicando que não o poder central e oficial do Estado é aquele que produz as amalgamas de existência do poder, mas sim os poderes produzidos nas zonas periféricas e extraoficiais de atuação.

Por fim, o campo social é identificado como uma “camada” do espaço social e pressupõe uma atividade própria e independente das demais. Assim, o campo sociológico só se tornou um campo social quando se desprende da Filosofia e passou a ser independente, com objeto, metodologia e *habitus* próprios que o distingue das demais formas de ciência. Da mesma forma são o campo econômico, o campo artístico, o campo político, o campo acadêmico, o campo jurídico, dentre outros.

O *habitus* para Pierre Bourdieu é composto por esquemas de percepções (maneiras de perceber o mundo), de apreciações (maneiras de julgá-lo) e de ações (maneiras de comportar-se) que foram interiorizadas e incorporadas pelos indivíduos ao longo de sua socialização – primária, durante a infância, e secundária, na idade adulta – de maneira mais ou menos inconsciente. Ele se compõe ao mesmo tempo de “estruturas mentais através das quais [os indivíduos] apreendem o mundo social” (*Choses dites*, 1987) e de suas manifestações corporais, designadas sob o termo *hexis* corporal retomado de Aristóteles.<sup>97</sup>

Bourdieu traz para a compreensão do campo a analogia do jogo. Dessa maneira, o campo social pode ser entendido como uma arena de luta entre os agentes pertencentes ao campo em prol da acumulação de capitais específicos, mas ao mesmo tempo é um espaço de concordância e defesa do próprio campo, em prol da sua manutenção e conservação. A rigor, os agentes podem ser “inimigos” quando da luta por um troféu específico – como um cargo – mas aliados na defesa da integridade e existência do próprio campo, a fim de conservar a importância do capital acumulado e manter aceso o propósito de sua existência, uma vez que o capital acumulado em um determinado campo só tem seu valor naquele campo, sendo demasiadamente complicado converter o capital de um campo na mesma quantidade de capital em outro campo, pois a taxa de conversão é elevada, fazendo com que o agente pense duas vezes antes de deixar a arena de luta. As estratégias e alianças de negociação são fundamentais para a boa performance nesse “jogo”.

Essa arena de luta em que constitui o campo é formada por regras próprias, tacitamente aceita por todos, pautada por um jogo em prol da conquista de troféus específicos. Estes troféus podem ser um título, um cargo, ou literalmente um troféu, como ocorre no campo artístico em relação ao Oscar, por exemplo. A alusão ao troféu então, para Bourdieu, se traduz como a razão pela qual o jogo é jogado, o troféu é a razão pela qual o jogo existe e ganha significado.

---

<sup>97</sup> JOURDAIN, Anne. **A Teoria de Pierre Bourdieu e Seus Usos Sociológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 50.

A autonomia do campo social é observada, como afirmado, através do *habitus*, que pode ser entendido como predisposições comportamentais que o agente incorpora inconscientemente, e que denunciam seu pertencimento a um determinado campo. Basta observar, por exemplo, o modo de se vestir e falar de um estudante do primeiro ano da faculdade de Direito e de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aos poucos, esse aluno incorpora no seu comportamento o domínio de certo tipo de código de vestimenta, de termos e expressões próprios do campo jurídico, da língua culta etc., se assemelhando aos poucos com modos dos agentes dominantes. Somente após incorporado o *habitus* jurídico, o agente estará em condições de jogar o jogo e acreditar na importância dele, o que Bourdieu chama de *illusio*, ou seja, a naturalização do valor do troféu, que só pode ser enxergado e compreendido por quem joga o jogo.

A estrutura do campo é um estado de relação de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das relações anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Essa estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições.<sup>98</sup>

O campo, portanto, é um espaço rigorosamente estruturante e estruturado, composto por agentes que possuem capitais específicos de forma desigual, dando ensejo, assim, à distância social, que na dinâmica do campo é simbólica, não geográfica, o que permite observar a distância social do aluno de Direito para o Ministro do Supremo. Quanto menor for a distância geográfica entre os agentes, mais obviamente será evidenciada a distância social que há entre ambos. Ao definir os agentes no campo é preciso o uso de definições tautológicas, uma vez que, para definir o dominante, necessariamente deve-se empregar a definição de dominado.

Na luta pelos troféus, os agentes colocam em marcha suas estratégias considerando o tamanho do capital acumulado que podem fazer uso. O campo se traduz em uma relação de poder pelo simples fato de os dominantes, por terem capital consolidado, ocuparem as posições de decisão no campo, ou seja, aquelas que definem o significado do jogo, como ele será jogado. Assim, as estratégias dos dominantes serão sempre conservadoras, uma estratégia ortodoxa, enquanto que

---

<sup>98</sup> BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p. 90.



para os dominados, as estratégias serão sempre as de subversão, as heterodoxas, as de ressignificação do jogo, tornando o campo um espaço dinâmico, estruturante e estruturado em função da luta entre os agentes para a conquista e manutenção da posição dominante. O que deve ficar claro é que o agente dominado emprega estratégias heterodoxas enquanto não possui capital suficiente para subverter o jogo, entretanto, quanto maior o acúmulo de capital e maior o poder de subverter o jogo, menos haverá interesse em fazê-lo, ou seja, quem deseja mudar o jogo é porque está perdendo. Nas palavras de Pierre Bourdieu: “as pessoas tendem a dizer que tudo vai bem quando vai bem para elas”<sup>99</sup>.

Aqueles que, num estado determinado de relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem a estratégias de conservação – aquelas que nos campos da produção de bens culturais tendem à defesa da ortodoxia – enquanto que os que possuem menos capital (que frequentemente são também os recém-chegados e portanto, na maioria das vezes, os mais jovens) tendem à estratégias de subversão – as da heresia. É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica, frequentemente ligada à crise, juntamente com a doxa, que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento “direito” e de direita, visando restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa.<sup>100</sup>

Por detrás das lutas pelos troféus no campo social, existe o embate filosófico sobre qual tipo de moral vai ser instalada no campo; e esta moral vai ser a origem de todo o significado e valor dos troféus a serem disputados, bem como o instrumento pelo qual os dominantes irão se manter nas posições de poder. Cada campo, portanto, possui uma moral específica, que irá autorizar ou não certos tipos de estratégias para a conquista de capital. No campo esportivo, por exemplo, copiar a maneira de jogar de outro agente é plenamente aceitável, assim como é aceitável, no campo econômico, que dois ou mais agentes explorem a mesma atividade. A reprodução de estratégias e condutas são plenamente aceitas nesses campos. Ao contrário, no campo acadêmico, esse tipo de estratégia é punido severamente. A ética do campo, então, se torna a gênese das regras tacitamente aceitas na dinâmica do campo. É aqui o campo de influência do *habitus* e seu efeito estruturante do campo.

---

<sup>99</sup> DOCUMENTÁRIO. La sociologie est un Sport de combat (A sociologia é um esporte de combate). C-P Productions et VF Films. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=41W3RapeK5Q>>. 17:01. Acesso em 18.dez.2018.

<sup>100</sup> BOURDIEU, Pierre. **Ob. Cit.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p.90.

Levando em conta todas essas perspectivas, observa-se que o suporte filosófico que atualmente sustenta a moral instalada no campo jurídico está relacionada ao pensamento pragmático, pensamento consequencialista que aufere o valor moral de uma determinada ação tendo em vista o resultado, não a ação em si, tal como acontece quando se privilegia o cumprimento da meta imposta pelo Conselho Nacional de Justiça como troféu do campo jurídico, aplaudindo a quantidade em detrimento da qualidade e eficácia do trabalho realizado. Como visto ao longo deste trabalho, a meta se torna uma ferramenta de dominação utilizada para controlar o comportamento, os desejos e a ascensão dos demais agentes no campo jurídico.

Como visto no capítulo 2, o pragmatismo parte do princípio de que o homem é um ser desejante, que, segundo a definição Platônica<sup>101</sup>, é a busca incessante por aquilo que faz falta, e o mundo é escasso, finito, o que permite concluir que não existe mundo para todos. Sendo o mundo finito e o desejo do homem infinito, estão presentes os ingredientes necessários para a instauração de uma “guerra” e o trabalho dos dominantes do campo, através do suporte pragmático, é justamente utilizar a razão para fazer com que aquele que não teve seu desejo saciado aceite de forma pacífica a vitória do outro para tornar a convivência possível, o que Bourdieu vai se referir como legitimidade e violência simbólica, ou seja, a conversão de uma situação de fato em uma situação de direito e a defesa da submissão pelo próprio submisso.

Legitimando a ordem social que lhes dá vantagens, os dominantes exercem uma violência simbólica sobre os dominados [...]. Uma vez legitimada, a dominação aparece efetivamente como “natural” não somente aos dominantes, mas também aos dominados, que desconhecem os mecanismos de imposição deste arbitrário. [...] A invisibilidade da dominação repousa sobre a produção de crenças não explícitas formando a *doxa*, isto é, uma opinião comum, partilhada e não questionada. Esta *doxa* impede toda tomada de consciência da dominação.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Na obra “O Banquete” Platão nos apresenta uma ocasião social entre amigos em que o tema central da conversa gira em torno de Eros. Desta feita, cada participante do debate apresenta uma versão sobre o Amor, sendo que consideramos como a mais adequada aquela trazida por Sócrates, que se apresenta no seguinte diálogo:

*Sócrates*: Experimenta, pois, agora, responder-me sobre Eros, se é amor de alguma coisa ou não.

*Agáton*: O amor é...

*Sócrates*: Basta! Guarda para ti o “de que”, na memória; mas responde-me apenas a isto: Eros deseja ou não o objeto de que ele é amor?

*Agáton*: Sem dúvida, deseja.

*Sócrates*: Mas, quando deseja e ama, possui ou não a coisa que deseja e ama?

*Agáton*: Parece que não possui.

*Sócrates*: Pensa bem, e diz-me se não devemos afirmar, não que *parece*, mas que necessariamente não possui a coisa aquele que a deseja, e que se a tivesse não a desejaria? Creio ver aí algo que é necessário; e tu, que achas?

*Agáton*: Sim, necessário que não a possua.

Nesta perspectiva, podemos entender o Eros como desejo; e que este pressupõe a falta. Uma vez alcançado o objeto do desejo, não mais existe Eros. (PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013, p. 134.

<sup>102</sup> JOURDAIN, Anne. **Ob. Cit.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p.140.

Com a formação da *doxa* através da violência simbólica, os agentes dominados do Poder Judiciário veem na meta de julgamento algo natural, algo que necessariamente deve existir, defendendo o instituto e fazendo o que estiver ao alcance para atingir o objetivo, pois é a partir dessa conquista que o agente poderá passar uma instância maior dentro do Poder Judiciário. A conquista e manutenção da posição dominante no campo é pressuposto de lutas e estratégias de eliminação dos inimigos.

Quanto mais recente se é no campo, maiores as chances de lutar apoiado em estratégias de subversão; inversamente, quanto mais capital se acumulou durante a trajetória, a luta passa a ser a de manutenção do espaço, apoiados em estratégias de conservação. Sem nenhuma pretensão de “fidelidade” a um ponto de vista, é possível observar que o mesmo agente adota as duas estratégias em sua trajetória, atacando o *status quo* enquanto dominado, mas defendendo-o enquanto dominante. Nessa linha, o pensamento pragmático é o que vai sustentar as estratégias, seja para a conquista ou a conservação da posição de poder.

Surge daí uma questão: é melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas. Isto porque geralmente se pode o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizerem bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se. O príncipe que se apoia inteiramente em suas palavras, descuidando-se de outras preocupações, se arruína, porque as amizades que se obtêm mediante pagamento, e não com a grandeza e nobreza de ânimo, se compram, mas não se possuem, e, no devido tempo, não podem ser usadas. Os homens têm menos receio de ofender a que se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona.<sup>103</sup>

Tal como observado no capítulo anterior, a moral pragmática se preocupa com a consequência da ação perpetrada pelo homem e não com a ação em si. Assim, o pragmatismo se traduz em uma moral relativista e que, por óbvio, não vale para todos, pois desconsidera completamente as consequências que uma conduta terá sobre o outro, reconhecendo o triunfo de uma ação como boa e o fracasso como inaceitável, sem entrar no mérito de se a conduta em si era

---

<sup>103</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Ob. Cit.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008, p. 80.

justa ou injusta. O mesmo pode-se dizer da eficiência e da eficácia. Enquanto que a primeira se alinha à perspectiva pragmática, pois analisa apenas o cumprimento ou o não cumprimento da meta como fronteira entre a boa e a má conduta, descartando qualquer tipo de preocupação com as consequências da ação para além dos “muros” do Poder Judiciário, a eficácia buscaria justamente o contrário, privilegiando as ações que trariam mais benefícios para a sociedade como um todo, pois alinhada à perspectiva utilitarista.

Naturalmente, o campo jurídico se constitui, nesse sentido, em um campo social relativamente independente<sup>104</sup>, formado por regras próprias, tacitamente aceita por todos que pertencem ao campo e onde os agentes dominantes usam de seu capital cultural, social e simbólico para ditar as regras do jogo e seu significado, principalmente quando afirmam que o Poder Judiciário cumpre seu papel quando seus agentes dominados cumprem as metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, fazendo das metas uma construção social de significado no campo, que é utilizado como parâmetro para a ascensão do agente, para a distribuição de um capital específico, transformando a meta em um troféu a ser conquistado por aqueles que almejam as posições de poder para o exercício da violência simbólica.

Ao privilegiar o cumprimento da meta, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza apenas a conduta do magistrado que a cumpriu, sem avaliar as consequências da decisão para a sociedade. Um dos problemas do pragmatismo é: até quando devo esperar para saber se a conduta foi boa ou não, se o valor moral está no efeito? Para o Conselho Nacional de Justiça, que privilegia a meta, esta é o ponto final. Descobrimos que o Poder Judiciário possui uma teleologia e que esta reside em pacificar os conflitos sociais através da boa aplicação e interpretação das leis, sempre voltada para o bem maior da sociedade. Nesse sentido, o valor moral da ação estaria na pacificação dos conflitos sociais, fato este que demandaria um estudo específico para descobrir em que momento ela se manifesta.

O que se percebe com as análises de Pierre Bourdieu é que existe uma fronteira simbólica entre o Poder Judiciário e a sociedade, mostrando que os agentes que lá estão se preocupam mais com seu próprio triunfo do que em prestar um serviço público de qualidade para a maior parte da sociedade, evidenciando assim uma moral egoísta de interesses pessoais que se mascara em

---

<sup>104</sup> Não se pode descartar o fato de que as forças Políticas da sociedade, tais como as manifestações legítimas, não tenham o poder de influenciar as estratégias dentro do campo jurídico, em especial no Supremo Tribunal Federal, que acumula as funções de Corte Jurídica e Política, constando enquanto membro do poder judiciário a função de proferir decisões jurídicas (ministro) e de alimentar o sistema político (“Corte Constitucional”).

discursos e longos votos que duram mais de duas horas. Muito diferente de uma moral utilitarista, mais condizente com a eficácia, que avaliaria o número de beneficiados com a decisão, que para beneficiar a maioria, deve ser feita com rigor, profundidade e qualidade a fim de alcançar o maior número de pessoas, cumprindo assim não só a teleologia do Poder Judiciário, mas também prestando um serviço público que beneficia a própria sociedade.

### **3.2. O CAMPO JURÍDICO E O STF COMO INSTITUIÇÃO DOMINANTE**

A importante contribuição de Pierre Bourdieu no campo da sociologia pode ser bastante explorada em análises que procuram compreender a dinâmica das relações de poder que se mascaram na estrutura de nosso sistema de justiça e que, necessariamente, influenciam o seu funcionamento, a sua efetividade, a sua eficácia e, inclusive, o seu arcabouço ético movimentado na fundamentação de suas decisões. Por óbvio, estamos aqui diante de um recorte metodológico que revela uma moldura específica desse objeto, mas que, ao mesmo tempo, nos permite estabelecer um arcabouço teórico e uma fundamentação estrutural para outras análises científicas, teóricas e, também, pesquisas empíricas sobre o tema.

O campo jurídico tem história secular, completamente tradicional e ressignificado ao longo do tempo, resguardando no seu núcleo a característica de espaço frequentado e dominado pela nobreza e por aqueles que possuem um forte capital cultural, ou seja, desde o início, o campo jurídico é um campo de nobres e intelectuais que possuem “destaque” e “renome” (reconhecimento social), que utilizam os discursos jurídicos como ferramenta para o exercício e manutenção do poder, não apenas no campo social, mas por toda a sociedade.

O campo jurídico, assim, se constitui como um *cosmos* próprio, onde os agentes que dele participam orbitam por diversos eixos do campo, seja na advocacia, na magistratura, no funcionalismo público, e cada eixo tem sua regra própria de jogo e seus troféus a serem disputados. O que se busca no campo jurídico, de forma ampla, é a legitimidade de interpretar e aplicar a norma, de tal maneira a dar uma legitimidade à violência simbólica ou física que será praticada quando de sua aplicação.

É notório que o Poder Legislativo – que nos referimos aqui como campo político – é historicamente influenciado pela burguesia, posto que detém a legitimidade constitucional de produzir as normas, que serão tanto mais benéficas à burguesia quanto maior for o *lobby* investido

para esta finalidade. Igualmente e cada vez mais, o campo jurídico passa a sofrer influências de grupos seletos com interesses pontuais, e um dos motivos provém das decisões jurídicas que muitas vezes causam um impacto econômico não suportado pela burguesia. Desta feita, através de pressões de agentes dominantes do campo econômico e do campo acadêmico, criou-se a corrente chamada “Análise Econômica do Direito”<sup>105</sup>, que, em termos simples, significa interpretar a norma jurídica de tal maneira a proporcionar uma maior eficiência econômica. O jurídico passa a se condicionar ao econômico a fim de manter as estruturas da reprodução social.

Não obstante, o campo jurídico é formado por uma linguagem própria, um entendimento sobre uma codificação específica que regula as relações na sociedade. A codificação, que é objeto de luta política e econômica, traz a impressão de que o seu texto é uma expressão sincera e desinteressada dos anseios da sociedade, justificados por expressões como “vontade da lei”, fazendo acreditar que seu texto, permeado por termos universais, exclusivos e impessoais, escritos na terceira pessoa, está livre das pressões dos agentes e instituições, que usam seu capital, seja ele qual for, para fazer constar no texto legal seus desejos e motivações.

O mesmo se observa na produção da Jurisprudência, que pressupõe um “desinteresse” na entrega da tutela judicial, realizada de forma imparcial por agentes desinteressados, mas sua formação é construída de tal maneira a satisfazer os interesses dos grupos dominantes e manter o *status quo* já conquistado, bem como se posicionar favoravelmente na luta dentro do campo, ou seja, a formação da jurisprudência é o entendimento legítimo sobre uma matéria que interessa a um grupo dominante. Isso pode ser observado, por exemplo, na Justiça do Trabalho, onde o entendimento sobre o dano moral é de tal forma construído, mitigado, que não permite ao trabalhador ganhos financeiros exponenciais, mantendo-o na sua classe (ou no linguajar popular: para “mantê-lo em seu lugar”). Caso contrário, a Justiça do Trabalho seria uma instituição de distribuição de capital através de um entendimento jurisprudencial formado, subvertendo a lógica capitalista.

A luta finalista do campo jurídico, portanto, é a acumulação de capital para ter a legitimidade institucionalizada de dizer o Direito, de empregar à norma jurídica seu significado legítimo, a fim de criar a ilusão de que o silogismo jurídico é uma técnica pura e desinteressada, ao passo que, ao contrário, é objeto de luta pelo seu monopólio, tal como exercido institucionalmente

---

<sup>105</sup> Corrente proveniente da Escola de Chicago e que tem como nomes mais influentes Ronald Coase e Richard Posner.

pelo Supremo Tribunal Federal, o que torna a meta um instrumento eficaz de controle e manutenção dos agentes do campo jurídico, instigando a cadeira do STF como troféu máximo a ser perseguido por aqueles que desejam obter este monopólio.

Trazendo os conceitos de Pierre Bourdieu para o Poder Judiciário, constata-se que este pode ser entendido como um campo social, um “microcosmo” da sociedade que possui suas regras próprias; regras de vestimenta, de conduta, de linguagem, de interpretação do mundo, ou seja, o Poder Judiciário possui um *habitus* próprio que o distingue de todos os outros campos sociais que permeiam o espaço social. Partindo dessa premissa, constata-se também que este campo é formado por agentes dominantes e dominados, ou seja, agentes que ocupam as posições de tomada de decisão e aqueles que condicionam suas estratégias no campo às definições e mandamentos dos dominantes.

Assim, temos que os Ministros do Supremo Tribunal Federal são claramente os agentes dominantes do campo jurídico, pois possuem o capital cultural, social e simbólico exigidos para esta posição, exercendo a violência de uma pressão simbólica legitimamente reconhecida pela instituição. Mas não só isso, esses agentes ocupam também posições de poder em outras instituições reconhecidamente dominantes do campo jurídico, tais como o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral.

Diversamente, na extremidade inferior da hierarquia social do campo, temos que os juízes substitutos e juízes de primeiro grau são os dominados – apenas para ficar nos magistrados – uma vez que são portadores de um capital “leve” e não tem soberania sobre suas ações no campo, cabendo apenas obedecer as diretrizes e regramentos dos dominantes, tais como aplicação de súmulas, precedentes e o cumprimento de metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, que se limita a estipular metas do tipo “julgar mais processos que os distribuídos”, como visto.

Nesse sentido, mudar a dinâmica do jogo interno do campo social fica a cargo dos agentes dominantes, uma vez que estes ocupam os postos de tomada de decisão, sendo que qualquer modificação na estrutura do jogo pelos dominados, apesar de difícil, depende estreitamente de uma aliança com um dominante, mas mostra-se possível e tem a finalidade única e exclusiva de tomar o poder ou conquistar um determinado troféu. Aqui observa-se que patrocinar a eficiência se mostra mais como estratégia de jogo e menos como uma necessidade de mostrar algum tipo de satisfação à sociedade.

O triunfo da subversão é rigorosamente complexo, posto que, primeiro, há de se ter a noção de que a autoridade do dominante não se traduz apenas em um mandamento legal, mas também em uma violência simbólica, o que pressupõe um repertório cultural lúcido. Segundo porque o dominado, por não estar no espaço de tomada de decisão, encontra na execução de suas estratégias uma barreira quase que intransponível, caso sua estratégia esteja em contradição com os desejos dos dominantes, que querem justamente conservar o poder. Então, é importante perceber que existem, muitas vezes, pequenas brechas ou fissuras onde se produzem vozes de uma resistência à estrutura do campo. Porém, como já dito, geralmente elas são minoritárias e acabam, de uma maneira ou de outra, sendo absorvidas e incorporadas nos elementos estruturantes da hierarquia da disputa, o que Pierre Bourdieu se referiu em sua sociologia como aculturação dos agentes dominados e a reprodução social das condições materiais e ideológicas que permitem a manutenção do *status quo*.

Como todo campo, há também no campo jurídico os chamados “pretendentes”, que são aqueles que ainda não jogam o jogo porque não passaram pelo “funil” de entrada no campo. Este *gate keeper* podemos apontar como a aprovação no Exame de Ordem e/ou a aprovação no Concurso da Magistratura, que são requisitos de ingresso no campo, sem eles o agente não joga o jogo, assim como não se joga o jogo acadêmico sem passar pelo Mestrado. Esse “funil” será tanto mais apertado quanto maior for o interesse dos dominantes em controlar a taxa de aprovação ou reprovação, numa tentativa de manter a exclusividade do jogo, bem como impedir sua banalização. Há décadas atrás no Brasil, um título acadêmico estava reservado apenas aos agentes dominantes. Com o avanço das políticas públicas, o ensino universitário se universalizou e tornou o diploma de graduação menos consagrado no mercado, que passou a criar outros critérios de reconhecimento, como por exemplo, o conceito da instituição ou a exigência de outros títulos acadêmicos mais escassos.

Nesse ponto, o capital cultural exigido para ocupar certas posições também se mostra como um requisito do campo, tendo em vista que a maioria dos ocupantes das cadeiras do Supremo Tribunal Federal são egressos das universidades públicas brasileiras, que em sua dinâmica de campo social também possuem um “filtro” que deixa de fora boa parte da população não proveniente das classes burguesas, posto que, como afirmado por Bourdieu, exigem um certo nível de capital cultural não acessível a todos, o que gera o efeito de elitização das camadas superiores do funcionalismo público, tornando verídica a máxima de que a concentração de riqueza leva a concentração de poder.



O concurso para a magistratura, fundado no princípio da isonomia de oportunidades a todos os interessados, se mostra como uma ferramenta que legitima a desigualdade dos agentes, pois – igual a escola – privilegia um certo tipo de conhecimento que não está disponível para todos, entregando os cargos para os agentes que já ocupam as altas camadas sociais, que possuem um capital cultural, social e econômico já reconhecidos, o que torna o instituto do Concurso a chancela da Aristocracia.

Apenas a título de exemplo, podemos notar algumas características comuns daqueles que, atualmente, ocupam o Supremo Tribunal Federal. Na composição atual<sup>106</sup>, por exemplo, das onze cadeiras, apenas duas são ocupadas por mulheres, a Ministra Cármen Lúcia e a Ministra Rosa Weber, sendo que as outras nove, são ocupadas por homens. Com a Ministra Ellen Gracie formase a lista de todas as mulheres que já passaram pela Corte (apenas três em toda sua secular história). Toda a Suprema Corte, nesta atual composição, é formada por pessoas brancas e egressas de Universidades tradicionais do Brasil. Historicamente, é possível observar que o Supremo Tribunal Federal foi composto de homens brancos, provenientes da alta camada social, socializados pela cultura erudita e formados academicamente pelas universidades dominantes no Brasil<sup>107</sup>. Em algumas exceções, observa-se a presença de homens negros, como Pedro Lessa (ministro entre 1907-1921), primeiro ministro negro do Supremo Tribunal Federal, que sofria constantes ataques de Epitácio Pessoa<sup>108</sup>, presidente do Brasil (entre 1919-1922), que igualmente ocupou um cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (entre 1902-1912), ou Hermenegildo de Barros (ministro entre 1917-1931) e, por fim, o terceiro negro a ocupar as cadeiras da Corte, inclusive de sua presidência, Joaquim Barbosa (ministro entre 2003-2014), características estas que corroboram o quadro político e social brasileiro.

Nesta esteira, a influência do capital social também é observável na dinâmica do campo jurídico como definição de estratégia para a conquista de troféus. Sendo este capital acumulado através da posse e manutenção de uma rede de relacionamentos, formada por agentes que possuem

---

<sup>106</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Composição Atual.** Disponível em: <[www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao)>. Acesso em 15.jan.2019.

<sup>107</sup> A lista completa das Universidades que formaram Ministros do Supremo Tribunal Federal pode ser obtida em seu próprio site. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ministros.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stf&tipo=faculdade>>. Acesso em 15.jan.2019).

<sup>108</sup> COLON, Leandro. *Primeiro Negro do STF, Pedro Lessa Sofria Ataques de Epitácio Pessoa*. In: **Folha Online – Poder**. 01.jun.2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463239-primeiro-negro-do-stf-pedro-lessa-sofria-ataques-de-epitacio-pessoa.shtml>>. Acesso em: 15.jan.2019.

o mesmo nível de capital ou superior – para que possa ter efeito – seja do campo jurídico, político ou econômico, este tipo específico de capital é um dos requisitos necessários para a ascensão no campo jurídico, pois uma vez atravessado o “filtro”, a ascensão no campo não depende mais só do agente, depende do tamanho do capital social e simbólico que acumulou durante a carreira, tendo em vista que as regras para a conquista do troféu dos cargos de Desembargador e Ministro não se fazem através de um novo concurso público, mas dependem de eleições e indicações de dominantes de outros campos, principalmente o político através da indicação do Presidente da República.

Tal procedimento – que poderia ser outro – é evidência da relação de poder que há no campo jurídico. Para ilustrar bem esse raciocínio, citamos abaixo um trecho da Revista Veja, cuja matéria central é “As Vênias e a Toga”, uma verdadeira descrição dos bastidores do Supremo Tribunal Federal.

Fux percorreu “carreira completa”, diz ele, de magistrado: juiz singular, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ministro do Superior Tribunal de Justiça e, em fevereiro de 2011, ministro do Supremo Tribunal Federal. Por isso, fora a responsabilidade que aumenta ao ganhar a missão de “uniformizar o ordenamento jurídico nacional, o STF não teve para ele “nenhum mistério”. Para ascender à mais alta corte, teve apoio de Sergio Cabral, então governador, e de Antonio Palocci, então ministro da Casa Civil. “Sem apoio político não se consegue”, diz. “Nomeação para o STF exige mérito mais apoio político”. Tinha o apoio de Cabral, seu conterrâneo, mas precisava também de São Paulo, “a caixa de ressonância nacional”, e procurou Palocci, a quem conhecia de um processo de interesse do governo que relatou no STJ. O então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, também ajudou.<sup>109</sup>

Deste trecho extrai-se a importância dos conceitos de Pierre Bourdieu para entender a dinâmica do campo jurídico, suas lutas internas travestidas de votos e os critérios necessários para a conquista e manutenção de uma posição de poder. Percorrendo o histórico de todos os membros da Corte, é possível identificar os elementos que fazem da sociologia de Bourdieu necessária e pressuposta para o entendimento de uma luta incessante que se mascara na “defesa do Estado Democrático de Direito”.

Temos então que a escolha da eficiência em detrimento da eficácia é resultado de um entendimento dominante no campo jurídico, se tornando a meta um instrumento de poder utilizado para a manutenção da posição dominante, uma espécie de fio de nylon que controla a conduta, os

---

<sup>109</sup> REVISTA VEJA. *O Supremo Por Dentro: Uma Radiografia Exemplar do Tribunal que se Tornou o Epicentro do Poder no País*. In: **Revista Veja**, Edição 2.582, ano 51, nº 20, p. 63. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tveja/ultima-edicao/o-supremo-por-dentro/>>. Acesso em: 15.jan.2019.

anseios e os objetivos dos dominados dentro do campo, como uma marionete. De tal maneira, a jurisprudência pacífica, solidificada no Supremo Tribunal Federal se mostra então como a opinião dos dominantes acerca de uma determinada matéria, levando em conta na sua construção o capital social e simbólico que será extraído de uma ou outra posição.

O próprio conceito de eficiência e seu entendimento é resultado de uma construção social dos dominantes do campo, tendo em vista que a eficiência não existe no mundo, ela existe porque há intelectuais para criá-la. Assim, dizer que eficiência é julgar mil processos por mês, a pergunta que se faz é: por que mil e não novecentos? O que faz com que mil seja considerado eficiente e novecentos ineficiente a não ser a arbitrariedade do dominante que estipulou a meta? Nesse sentido, observa-se que o instituto da meta é na verdade um instrumento de poder, utilizado pelos dominantes para o controle sobre os demais agentes no campo.

O Supremo Tribunal Federal está no centro de um sistema organizacional que pressupõe três etapas: recebimento de demandas, processamento e decisão. A eficiência se concentra apenas no segundo degrau – processamento – ou seja, no cumprimento da meta. Com esse pensamento não se coloca o foco no efeito que decisões tomadas apenas em razão da eficiência causam no sistema como um todo. Tal metodologia não garante que o sistema não será realimentado – muitas vezes com a mesma matéria – criando um ciclo vicioso que não tem fim. Nessas três etapas, a eficiência, por si só, não garante o alcance do resultado finalístico almejado, qual seja, a pacificação dos conflitos sociais. Contrariamente, a conduta eficaz, que por vezes compromete a eficiência, se torna, nesta perspectiva, a mais indicada para o cumprimento do resultado finalístico, pois se traduz na redução de reinserção e realimentação do sistema, uma vez que discutida a tese principal de forma exaustiva, não há razão para a mesma matéria entrar novamente no sistema.

Esses dois pontos de vista demonstram a dicotomia entre o pragmatismo e o utilitarismo. Nos dois casos o pensamento é consequencialista, ambos julgam o valor moral da ação tendo em vista o resultado desta no mundo, a diferença é que no pragmatismo, quem se beneficia com o triunfo da ação é o próprio agente que cumpriu a meta, mesmo se a sociedade sair prejudicada, enquanto que no utilitarismo, quem se beneficia com o triunfo da ação é a sociedade no seu maior número. Um pensamento utilitarista, assim, seria o mais condizente com o campo jurídico, ou qualquer outro que se diz interessado no bem comum. Entretanto, a dinâmica do campo social se traduz como uma barreira que impede a disseminação da filosofia da eficácia, pois vai de encontro aos interesses dos agentes dominantes.

O que se buscou com essas análises foi evidenciar que nem sempre uma boa ideia será colocada em prática, pois sua execução exige tirar de alguns certos privilégios que estão enraizados na cultura do campo. O campo social é um espaço de lutas, violência simbólica e estratégias de meios e fins para se manter vivo e alcançar uma posição segura e, principalmente, conservar esta posição conquistada. Desta maneira, uma filosofia que parte da premissa de que a felicidade da maioria é o bem maior não ganha sequer espaço para ser discutida, pois muitas vezes a felicidade da maioria implica na miserabilidade de alguns, a minoria, lugar onde ninguém quer estar, mesmo que a sociedade e a nação saiam prejudicados. Diante disso, podemos entender com mais clareza por que o pragmatismo está impregnado no campo jurídico, por que a eficiência é tida como mais importante do que a eficácia.

## CONCLUSÃO

Obviamente há muito o que se investigar sobre a eficácia e como ela pode ser melhor explorada e aplicada no campo jurídico, o que demanda um esforço pessoal do investigador, mas também a concessão do espaço legítimo para ideias novas serem discutidas e aplicadas no Poder Judiciário. Podemos concluir que a eficácia se torna o verdadeiro paradigma da justiça, pois é através da sua aplicação em todas as esferas sociais que seu resultado poderá ser colhido pelas gerações futuras. A eficácia, enquanto estrutura de pensamento voltada para o bem da maioria, se constitui como dever de todo Estado Democrático de Direito e deve ser perseguida por todos os agentes, sociais e políticos.

O presente trabalho reflete o olhar do investigador e se mostra como a síntese do repertório prévio e das informações descobertas quando da análise do objeto, o que significa dizer que mudando-se o investigador, muda-se o entendimento sobre o objeto, pois diferentes as bagagens acumuladas na trajetória pessoal e o repertório acumulado pelo capital cultural. Neste sentido, espera-se que este trabalho seja tido mais como um olhar pessoal – com os rigores que exigem o pensamento científico – sobre um determinado objeto e menos sobre uma espécie de discurso que tem a pretensão de dizer uma “verdade” sobre o objeto. Nas palavras de Pierre Bourdieu: fazer sem saber completamente o que se faz é dar-se uma chance de descobrir, no que se fez, algo que não sabia<sup>110</sup>.

O presente trabalho foi apoiado em grandes nomes da Filosofia e Sociologia ocidental, e com eles foram dadas a oportunidade privilegiada de criticar a própria ideia de eficiência, tão aplaudida e perseguida nos dias de hoje, propondo ainda um contraponto, uma nova visão sobre o tema que ainda não foi discutida e que tem o potencial de criar uma nova linha de pensamento, seja com a sociologia do Poder Judiciário, através das ferramentas de Pierre Bourdieu, seja com a discussão sobre o paradigma da eficácia, e como este instituto pode ser melhor aperfeiçoado e aplicado no Poder Judiciário para que os objetivos traçados na Constituição Federal possam ser de fato concretizados.

Começamos a investigação de maneira superficial, apresentando conceitos literais e evidenciando a clivagem conceitual que existe entre a eficiência e a eficácia. A partir daí,

---

<sup>110</sup> Cf. BOURDIEU. Pierre. **Homo Academicus**. Stanford: Stanford University Press, 1990, p. 27.

aprofundamos a análise e mostramos que as palavras e seus significados são objeto de uma luta social permanente para instituir o seu significado legítimo. Aqui, a investigação começou a ganhar um novo rumo, pois se os significados das palavras são objeto de luta, logo estão permeadas e condicionadas pelas instâncias de poder, que como vimos não está apenas presente na relação entre o Estado e o povo, mas em toda e qualquer relação social, capilarizada em todas as instituições civis e estatais.

Conclui-se então que a eficiência não seria apenas um modo de se comportar diante do tempo universal, mas também uma ferramenta de dominação mascaradas pelo discurso da eficiência e de tudo aquilo que esta palavra traz consigo, como a meritocracia, a busca pelo desejo, a busca incessante. Se apropriar do discurso da eficiência no campo jurídico se traduz como a legitimidade de exercer o poder, de estipular as metas que deverão ser perseguidas por todos aqueles despidos de tal poder, que tem apenas o direito de condicionar suas vidas em busca de uma meta arbitrariamente imposta.

Se tal entendimento pode ser válido no campo econômico, nas empresas, que vivem em função do lucro, uma busca instrumental e, portanto, infeliz, ao campo jurídico entende-se que as prioridades devem ser outras, pois ao contrário do empresário, que exerce uma atividade para viabilizar a própria subsistência, o servidor público deve ter na sua consciência o espírito de doação, de altruísmo, assim como as instituições que ele representa. Nesse sentido, a eficiência, o cumprimento da meta, beneficia mais o agente que a alcançou do que a sociedade em sua maioria, posto que, como vimos no decorrer do trabalho, a conduta eficiente colocada em marcha pelo Poder Judiciário não se reflete em diminuição das ações que entram no sistema.

Ainda assim, aquele que cumpriu a meta percebe os frutos dentro do campo, tais como aferição de bônus salariais pelo cumprimento da meta, cargos nas instâncias superiores e assim por diante. Diante disso houve a preocupação no presente trabalho em mostrar que eficiência e eficácia são duas coisas completamente distintas e que a mais importante delas – a eficácia – não é sequer considerada, nem no campo acadêmico como preocupação de investigação, nem mesmo nas instituições jurídicas, que arbitram metas aleatoriamente e concluem que o magistrado bom é aquele que moveu esforços para alcançar a “cenoura” colocada em sua frente.

Diante disso, entendemos como necessidade de investigação o papel teleológico do Poder Judiciário, e com suporte das Filosofias de Platão e Aristóteles, vimos que a teleologia do Poder Judiciário está em resolver os conflitos sociais que chegam a seu conhecimento, e para que isso

possa ser realizado de maneira excelente, o emprego da conduta eficaz se mostrou mais importante do que a conduta eficiente, que se mostrou como um bem menor, uma busca instrumental e que não tem a pretensão de conquistar o objetivo que o Poder Judiciário deve perseguir, que é a pacificação social.

A fim de dar mais substância a essa clivagem conceitual e prática que há entre a eficiência e a eficácia, utilizamos o suporte das Filosofias consequencialistas, e mostramos que a eficiência e o pragmatismo andam lado a lado, mas beneficiam apenas aquele que age, indo na contramão dos objetivos buscados pela teleologia do Poder Judiciário. Enquanto estratégia de conduta para o campo econômico, o pragmatismo e a eficiência estão perfeitamente colocados, pois visa o triunfo daquele que age – o burguês – com a acumulação incessante de lucro. Ao poder Judiciário, entretanto, as premissas devem ser outras, pois como serviço público que é não pode agir tendo em vista o benefício apenas dos próprios servidores, mas da sociedade. Concluiu-se, portanto, que a conduta apenas eficiente não condiz com a natureza do Poder Judiciário e não contribui para a concretização de sua teleologia.

Surge então a necessidade de entregar uma opção viável e fundamentada de uma outra maneira de se comportar diante do tempo universal e ao mesmo tempo cumprir a teleologia do Poder Judiciário. Com a ajuda do pensamento de John Stuart Mill e seu utilitarismo, apresentamos a eficácia como o paradigma legítimo da justiça, posto que alinhados aos objetivos almejados pela teleologia do Poder Judiciário, qual seja, a pacificação dos conflitos sociais. Se a sociedade é a destinatária das decisões judiciais, logo, a felicidade da maioria deve ser o critério de verificação da ocorrência da teleologia do Poder Judiciário, não uma meta arbitrariamente imposta e que tem como ponto final de verificação a própria meta, não suas consequências na sociedade.

Com o pensamento de Mill vimos que a doutrina da utilidade, ou o princípio da maior felicidade, se alinha com os conceitos de eficácia trazidos ao longo do trabalho, posto que, enquanto estrutura de pensamento que visa a felicidade da maioria, este seria o suporte filosófico ideal de qualquer instituição Estatal, principalmente o Poder Judiciário. Encontramos aqui o alinhamento entre a teleologia do Poder Judiciário e a conduta ideal para alcançá-la. Entretanto, assim como a própria filosofia utilitarista alerta, o princípio da maior utilidade só pode ser alcançado através de um esforço coletivo, ou seja, cada agente, na medida de sua possibilidade, deverá agir em busca da maximização da felicidade geral, de tal maneira que as instituições, por terem uma abrangência

maior e formada por mais pessoas, estas teriam as condições materiais de buscar a felicidade da maioria, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

Conclui-se, portanto, que, além de ser a eficácia o modelo ideal de conduta, ela deve ser acompanhada de outras “eficácias”, ou seja, o Poder Judiciário sozinho não resolverá o problema (que por sinal não foi ele que criou), as instituições civis e políticas devem estar engajadas na doutrina da utilidade, e isso implica desde políticas públicas a formação dos profissionais do direito, que hoje – como constatado – são formados para o litígio, e, portanto, para o afogamento do Poder Judiciário em processos infinitos.

Para compreender a incidência da eficiência e da eficácia no campo jurídico, nos valem da doutrina do filósofo francês Pierre Bourdieu, que nos forneceu as ferramentas necessárias para concluir que o campo jurídico é um campo de dominação, formado por agentes dominantes e dominados que se posicionam e agem tendo em vista única e exclusivamente o acúmulo de capital social para se tornar um dominante campo. De tal maneira, observamos que em uma arena de luta as estratégias pragmáticas são mais eficazes do que as estratégias utilitárias, ou seja, a eficiência é eficaz, mas enquanto estratégia de dominação, não como modelo de justiça.

Assim, o presente trabalho conclui que o Poder Judiciário é um ente que pertence a um meio que o forma e o transforma e que não pode, sozinho, ser verdadeiramente eficaz naquilo que está sob sua responsabilidade, que é a interpretação e aplicação das leis. Concluimos que, assim como tudo na sociedade, o Poder Judiciário possui uma finalidade específica, e que esta finalidade pode ser resumida em pacificação social. Descobrimos que há uma clivagem entre a eficiência e a eficácia, e, para cumprir sua finalidade, o Poder Judiciário deve se preocupar em ser eficaz, ao invés de eficiente, posto que a eficiência é egoísta, enquanto que a eficácia é utilitária, mais condizente com os objetivos de qualquer serviço público.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1901.

AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima Pobreza: Regras Monásticas e Forma de Vida** [*Homo Sacer* IV, 1]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus – Volume II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: EDIPRO, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e a Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BARAQUIN, Noëlla; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário Universitário dos Filósofos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 1991.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Ética Jurídica: Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Profissão do Sociólogo: Preliminares Epistemológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Homo Academicus**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Fonte: Planalto. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 12.jan.2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

COLON, Leandro. *Primeiro Negro do STF, Pedro Lessa Sofria Ataques de Epitácio Pessoa*. In: **Folha Online – Poder**. 01.jun.2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463239-primeiro-negro-do-stf-pedro-lessa-sofria-ataques-de-epitacio-pessoa.shtml>>. Acesso em: 15.jan.2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Metas Nacionais para 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em 18.ago.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2018**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2017**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2016**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2015**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2014**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 11.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Justiça em Números 2013**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio\\_jn2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_jn2013.pdf)>. Acesso em 01.dez.2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução 106, de 6 de abril de 2010**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_cnj/resolucao/rescnj\\_106.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_106.pdf)>. Acesso em 19.ago.2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>>. Acesso em 30.ago.2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre as Metas**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/sobre-as-metas>>. Acesso em 30.ago.2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/2011-05-20-21-22-50/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 30.ago.2018.

**DICIONÁRIO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#3>>. Acesso em 28.abr.2018.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico Universitário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

DOCUMENTÁRIO. La sociologie est un Sport de combat (A sociologia é um esporte de combate). C-P Productions et VF Films. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=41W3RapeK5Q>>. 17:01. Acesso em 18.dez.2018.

EASTON, David. **An Approach to the Analysis of Political Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1957.

FERRY, Luc. **A Mais Bela História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Soberania e Disciplina*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do Direito na Sociedade Informacional: Introdução a Uma Teoria Social Sistêmica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

\_\_\_\_\_. **Teoria Processual da Constituição**. São Paulo: RCS Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. *O princípio constitucional da proporcionalidade*. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas/SP, n. 20, pp. 85-89, jul./set. 2002. Disponível em <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/109032/2002\\_guerra\\_filho\\_willis\\_principio\\_constitucional.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/109032/2002_guerra_filho_willis_principio_constitucional.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 27.jan.2019

\_\_\_\_\_. **Para Uma Filosofia da Filosofia**. Fortaleza: Editora Casa José de Alencar/UFC, 1999.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Topologia da Violência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

JOURDAIN, Anne. **A Teoria de Pierre Bourdieu e Seus Usos Sociológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MACIEL, Luis Carlos. **Sartre: Vida e Obra**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo: Hunter Books, 2014.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: As Formas de Governo, a Federação, a Divisão dos Poderes**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio – Opinião Pública: Nosso Tecido Social**. Santa Catarina: Editora Estudos Nacionais, 2017.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Reforma do Poder Judiciário*. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 16, n. 71, mar/abr 2008.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Banquete**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

REVISTA VEJA. *O Supremo Por Dentro: Uma Radiografia Exemplar do Tribunal que se Tornou o Epicentro do Poder no País*. In: **Revista Veja**, Edição 2.582, ano 51, nº 20, p. 63. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tveja/ultima-edicao/o-supremo-por-dentro/>>. Acesso em: 15.jan.2019.

SANDEL. Michael J. **Justiça – O Que é Fazer a Coisa Certa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Resp nº 1.141.490/RJ. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 14/02/2019.

\_\_\_\_\_. REsp nº 1.149.487/RJ. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 15/02/2019.

SUPREME COURT OF THE UNITED STATES. **The Justices' Caseload**. Disponível em: <<https://www.supremecourt.gov/about/justicecaseload.aspx>>. Acesso em 23.dez.2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Ministra Cármen Lúcia anuncia início de funcionamento do Projeto Victor, de inteligência artificial*. In: **Notícias STF**. 30.ago.2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388443>>. Acesso em 12.jan.2019.

\_\_\_\_\_. **Composição Atual**. Disponível em: <[www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao)>. Acesso em 15.jan.2019.

\_\_\_\_\_. **Ministros**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stf&tipo=faculdade>>. Acesso em 15.jan.2019.

\_\_\_\_\_. *Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF*. In: **Notícias STF**. 30.abr.2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>>. Acesso em 12.jan.2019.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do STF – Acervo Processual**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=acervoinicio>>. Acesso em 23.dez.2018.

YEUNG, Luciana Luk-Tai. Além dos "Achismos" e das Evidências Anedóticas: Medindo a Eficiência dos Tribunais Brasileiros. Tese de Doutorado. Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo: Editora Pensamento/Cultrix, 1967.

WOODCOCK, George. *A Ditadura do Relógio*. In: **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.